

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ROSÂNGELA DE SOUSA MOURA SOUTO**

**MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES RURAIS  
NA REGIÃO DO ARAGUAIA (1960-1990)**

UBERLÂNDIA

2018

**ROSÂNGELA DE SOUSA MOURA SOUTO**

**MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES RURAIS  
NA REGIÃO DO ARAGUAIA (1960-1990)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais.

Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida

UBERLÂNDIA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

S728m Souto, Rosângela de Sousa Moura, 1972-  
2018 Memórias e experiências de trabalhadores rurais na região do  
Araguaia (1960-1990) / Rosângela de Sousa Moura Souto. - 2018.  
105 f. : il.

Orientador: Paulo Roberto de Almeida.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-Graduação em História.  
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.911>  
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. História social - Teses. 3. Trabalhadores rurais  
- Araguaia, Rio, Região - História - Teses. 4. Guerrilhas - Araguaia, Rio,  
Vale - História - Teses. I. Almeida, Paulo Roberto de. II. Universidade  
Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III.  
Título.

---

CDU: 930

**MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DOS TRABALHADORES RURAIS  
NA REGIÃO DO ARAGUAIA (1960-1990)**

Dissertação aprovada para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, pela banca examinadora formada por:

Uberlândia, 23 de fevereiro de 2018.

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Janaína Ferreira Silva (UFG – Catalão)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Célia Rocha Calvo (UFU)

---

Prof. Dr. Paulo Roberto Almeida (Orientador -UFU)

*Dedico este trabalho à minha ancestralidade.*

*Sei que muitas lutas, muitas dificuldades, muitas mortes, muita fome, muitas tristezas e muitas coisas difíceis, meus antepassados passaram. Mas, por outro lado, herdei muita força, muito amor, muita gratidão e alegria à vida, pois dentro de mim tenho o fio que nos liga à todos que vieram antes.*

*Agradeço a cada um. Foi seu instinto de sobrevivência que me fez chegar até aqui.*

## AGRADECIMENTOS

Os projetos nascem dos sonhos e os sonhos só podem ser realizados se tivermos os apoiadores. Dito de outra forma, é necessário termos parceiros que acreditam na realização dos nossos projetos e que nos apoiam no caminho a ser percorrido para a realização de nosso objetivo. Sem o suporte dessas pessoas, o caminho seria bem mais difícil, árduo e exaustivo.

São as energias de amor, carinho, esperança e o afago desses apoiadores que nos abastece em momentos de tristeza, insegurança, desalento, solidão e desânimo. Afinal, existem momentos em que ficamos tão vulneráveis que, sem o auxílio dessas pessoas a jornada perderia seu brilho e cor. Por isso, sou imensamente grata por cada pessoa que tive contato, pois de alguma forma contribuíram para meu crescimento pessoal e intelectual.

Feito esse reconhecimento, gostaria de deixar registrado alguns nomes, significativos na conclusão do presente trabalho. Todavia, se por ventura eu deixar de citar alguns, não será por menos importância, mas por lapso. De qualquer forma, todas as pessoas que direta ou indiretamente conviveram comigo neste processo, devem se sentir abraçadas e reconhecidas.

Quero agradecer à minha família de origem, que acredita nos meus projetos e me apoia, *sempre*, no que se faz necessário para realizá-los. À minha mamãe, Nair, deixo aqui meu respeito e gratidão. Mulher forte, guerreira e protetora, de quem herdei recursos emocionais preciosos. Foram eles que me fizeram ser forte na vida, enfrentando os obstáculos com a certeza de que um dia eles desapareceriam. Companheira em viagens para realização de entrevistas, amorosa e muito boa companhia: *mamãe eu te amo muito e sou grata por ser a minha mãe!*

Ao meu pai, a quem não tenho a presença física, também agradeço. Sua energia de força e amor me acompanham, todos os dias. Sinto-o como um rio caudaloso, no qual tenho a autorização para fluir na vida e, quando preciso me abastecer, vou ao seu encontro me deixando ser cuidada. Sou grata à você, papai, por me lembrar que está sempre ao meu lado e que, se eu me sentir fraca, basta parar um pouco, olhar para trás que serei suprida pela força do seu amor.

Agradeço aos meus cinco filhos: dois no céu e três na terra. Aos do céu, fica meu reconhecimento. Sei que por algum motivo não tivemos a duradoura relação mãe e filhos, mas vocês serão sempre lembrados em meu coração.

Aos da terra, começo meus agradecimentos pela mais velha, Monalisa. Menina meiga e ao mesmo tempo forte, sou orgulhosa de ser sua mãe. Você é um ser humano muito especial.

Com você, no exercício diário de amor maternal, é preciso cuidado para que não sejamos apenas amiga. Antes da amizade sincera e carinhosa que nos une, também somos mãe e filha. E esta é a dimensão mais importante em nossa relação, pois é nela que cultivamos o respeito, o carinho, a obediência, a segurança e acima de tudo o lugar *de mãe e o lugar de filha*. Gratidão por toda a ajuda que me foi dada nesse período. Sei posso contar com você, sempre, assim como você também sabe que pode contar comigo. *Você será sempre meu amor eterno.*

Ao Leandro, homem tranquilo, sempre sinalizando que “na hora que eu precisar”, ele está disponível, quero dizer que também tenho muito orgulho de ser sua mãe. A cada dia se supera, buscando nas variadas linhas da vida encontrar seu próprio caminho. Umas, ele já sabe, outras está testando. De coração imenso e acolhedor, forte e amável, apesar de procurar não demonstrar a própria meiguice, às vezes deixa escorrer aquela lágrima, ficando todo sem graça...*Você é um homem bom, Leandro. Um homem do bem. Amo-o de todo meu coração e será sempre meu amor eterno.*

Ao caçula, Pedro Lucas, fica o reconhecimento do quanto gosto de sua companhia. Gosto dos seus abraços, dos filmes assistidos ao seu lado. Filho bom, a cada dia juntos descubro algo novo. Na busca por sua identidade, saiba que o apoio, procurando lhe transmitir que na vida devemos fazer escolhas. Independentemente da sua, eu estarei por perto para quando precisar. *Pedro Lucas: abasteço-me no seu amor e alegro-me com sua companhia em minha vida, mesmo sabendo que você experimentará seu próprio caminho na vida. Você será sempre meu amor eterno.*

Também agradeço aos meus irmãos. Ao Messias, com seu jeito calado, mas sempre à disposição, caso precisemos de sua ajuda. Aprendo com seu silêncio e tenho por você imenso amor. À Raimunda, apelidada carinhosamente por Rai, mulher forte e doce, é pura energia do bem! Nossas conversas são maravilhosas, assim como nossa troca de energia e gratidão. Agradeço à você por cada gesto de amor comigo. A Marinalva, que mesmo distante, é dona do meu carinho, agradeço pela transmissão de energia boa em minha vida! À Maria Eliene, mulher de coragem e de coração imenso, onde a dureza da vida não tirou a beleza interior, admiro sua garra e sua paciência de esperar o tempo “ajeitar aquilo que não pode resolver de imediato”. Tenho por você profundo amor e respeito e também agradeço a companhia nas viagens para as entrevistas e nossas conversas agradáveis. À caçula, Wadylla Bethânia, mulher de agradável companhia, que luta por aquilo que acredita, sempre com um sorriso nos recebe, por quem tenho muito carinho, agradeço de coração a atenção dada.

Agradeço ao meu genro, Ernesto, por toda a ajuda na realização deste trabalho. Sou grata por você fazer parte de minha família. Reconheço sua generosidade e sua torcida para que

ao final tudo desse certo. Obrigada! Tenho por você muito carinho e gratidão ainda maior por, da sua relação com minha filha, vieram Laura e Davi, amores que transbordam em minha alma, meu exercício pessoal de amor sublime. Minha prática prazerosa de amor “voternal”. E como esquecer do meu cunhado, o Francisco Baptista? Jamais! À você, por quem tenho uma profunda admiração, agradeço por sua generosidade, por sua sabedoria, amabilidade e por todo o aprendizado! Muito obrigada por nossas conversas e por sua companhia!

Agradeço à Eva pelas orações e pela companhia em minha primeira viagem, à procura dos entrevistados. À ela, minha gratidão, imenso carinho e respeito. À Margarida, agradeço pelo zelo comigo e com minhas coisas. Para a realização dessa pesquisa tive duas casas: uma em Araguaína, em Tocantins e outra em Uberlândia. Minas Gerais. Sempre disponível para cuidar da melhor maneira de minha casa no Tocantins, Margarida me deixou despreocupada. Obrigada! Ao Dásio, gratidão por tudo que fez. Com você aprendi muitas coisas, as quais ficarão guardadas em meu coração com amor e respeito.

A todos os meus familiares, tias, tios, primos, primas, sobrinhos, sobrinhas, este trabalho também é em homenagem a vocês que, de alguma forma, me ajudaram na conclusão do projeto.

Quero registrar meu reconhecimento e gratidão pela acolhida em Uberlândia pela Maria da Paz, Dona Júlia, Aline, Douglas, Alan e Andressa. Vocês foram e são pessoas importantes em minha vida, pois me receberam com muito carinho. Fui acolhida e abastecida de amor por pessoas com energia do bem. À vocês, guardarei cada gesto de carinho em meu coração. Meu muito obrigada!

Meus agradecimentos e profundo respeito aos professores da Universidade Federal de Tocantins, onde fiz minha graduação e onde comecei meus primeiros passos acadêmicos, obrigada pelo apoio na construção do projeto de mestrado. Um agradecimento especial ao Professor Dr. Euclides Antunes de Medeiros e à Professora Dr.<sup>a</sup> Olívia Macedo Miranda Medeiros, que muito me auxiliaram na construção do projeto de pesquisa e no encaminhamento das leituras necessárias. Disponibilizaram-me atenção, tempo, carinho, sempre me apoiando em todos os momentos. À vocês sou imensamente grata pela ajuda dada. Homenageio vocês, finalizando essa pesquisa, pois não foi fácil terminar! Mas existia um compromisso e respeito por todo um trabalho em conjunto, para que o projeto tivesse êxito. Eu não poderia, jamais, desapontá-los! Muito obrigada ao casal!

Agradeço aos colegas. À Artur Nogueira Costa, por sua paciência, me ajudando a sanar dúvidas na burocracia universitária, sempre disponível em me ajudar quando eu precisava. À Cátia Sanfelice, pela companhia, pelas conversas acaloradas e pelo carinho. Muito prestativa, aprendi muito com você. Pessoa meiga, de uma sensibilidade humana incrível, fica meu carinho

e gratidão pela amizade. Aos colegas da UFU, Cássia Abadia, Ana Bertolino, Diego Leão, Bruno, Lucileide, Auricharme, Priscila, Fabiano, Aline, Mateus, Éder e Iraneide, agradeço pelas discussões em sala, pela contribuição em meu percurso intelectual. À todos você fica aqui meu abraço de gratidão.

À Professora Dr.<sup>a</sup> Célia Rocha Calvo agradeço pela orientação no início da pesquisa, pela forte contribuição para a minha caminhada e para o desenvolvimento posterior da investigação.

Ao Professor Dr. Paulo Roberto de Almeida, agradeço por ter aceitado o desafio de orientar a dissertação no último ano. Sua postura firme e didática foram fundamentais para que a pesquisa tivesse fluidez, me indicando novas e preciosas possibilidades e rumos. Sou muito grata à orientação precisa nos encaminhamentos para a conclusão dessa pesquisa.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, em especial à Dr.<sup>a</sup> Marta Emísia Jacinto Barbosa e à Dr.<sup>a</sup> Regina Ilka Vasconcelos pelas orientações e discussões acerca das muitas questões que, para mim, pareciam incompreensíveis. Em suas disciplinas pude perceber os muitos rumos que a pesquisa pode tomar. Emaranhada em conceitos engessados, elas foram fundamentais para que eu conseguisse ampliar minhas perspectivas de investigação histórica, ajudando-me a compreender os problemas que a investigação se apresentava. Gratidão por cada ajuda dada. Aos meus olhos vocês são exemplos de ética e compromisso.

Finalmente, meu agradecimento muito especial aos trabalhadores rurais da região do Araguaia por terem permitido que eu fizesse as entrevistas. Muito pacientes e disponíveis, como eu também ansiavam para que suas histórias fossem reconhecidas por outras esferas. Sou grata a cada um dos entrevistados e entrevistadas. Aprendi com vocês, sobretudo, que a história é feito de sujeitos sociais, estando ou não nos escritos dos historiadores. Com vocês aprendi a escutar e procurar nas sutilizas das palavras os fios que conectam passado, presente e projeção de futuro. Muito obrigada!

*Quisera ser cantador  
de verso ardente e ligeiro  
para cantar lutador – flor do povo brasileiro,  
tua luta e tua dor  
no vão desse mundo inteiro*

*Quisera ser violeiro  
violeiro do sertão  
pra dizer ao povo inteiro  
da terra seca e de praia  
o teu valor, meu irmão*

*E dizer que tens na mão  
o sol que afinal já raia,  
madeireiro ou seringueiro  
lavrador ou castanheiro  
guerrilheiro do Araguaia*

Primeiras Cantigas do Araguaia, 1980.

## RESUMO

Esta pesquisa investiga os modos de viver e trabalhar dos moradores – denominados em nossa investigação por trabalhadores rurais – que habitaram ou habitam a região identificada como *Região do Araguaia*, no contexto da Guerrilha do Araguaia, entre 1960 e 1990. Observamos tanto a formação das experiências anteriores à guerrilha quanto as que a sucedem, em uma trama de memória e de cultura. Transitando no campo da História Social, buscamos compreender a dinâmica dos modos de viver daqueles sujeitos, bem como a relação entre a desestruturação de suas práticas costumeiras e a construção de uma memória acerca do conflito armado. A análise privilegiou os vínculos entre a construção da experiência e da memória e as demandas do passado e do presente dos sujeitos.

**Palavras Chave:** História Social. Memórias. Trabalhadores rurais. Experiências. Guerrilha do Araguaia.

## **ABSTRACT**

This research investigates the ways of living and working of the inhabitants - called in our investigation by rural workers - that inhabited or inhabit the region identified as Araguaia Region, in the context of the Araguaia Guerrilla between 1960 and 1990. We observed both the formation of experiences previous to the guerrilla as those that happen, in a plot of memory and culture. Transiting in the field of Social History, we seek to understand the dynamics of the ways of living of those subjects, as well as the relationship between the destructuring of their customary practices and the construction of a memory about the armed conflict. The analysis privileged the links between the construction of experience and memory and the demands of the past and the present of the subjects.

**Key Words:** Social History. Memoirs. Rural workers. Experiences. Guerrilla of the Araguaia.

## ILUSTRAÇÕES

MAPA1-	Região onde ocorreu a Guerrilha do Araguaia	31
MAPA2-	O Mapa da Guerra – Bases Guerrilheiras e militares	32

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1. REMONTANDO O CAMINHO: OUTROS OLHARES, OUTROS SUJEITOS, OUTRAS HISTÓRIAS	31
CAPÍTULO 2. LEMBRANÇAS E EMBATES: AS MUITAS CONSTRUÇÕES DA MEMÓRIA	51
CAPÍTULO 3. A EXPERIÊNCIA SOCIAL DEPOIS DO CONFLITO NO ARAGUAIA: NOSSAS HISTÓRIAS E NOSSAS MEMÓRIAS ENRAIZADAS NESSE CHÃO	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	
A. FONTES DOCUMENTAIS	94
B. BIBLIOGRAFIA	97

## INTRODUÇÃO

Toda investigação acadêmica nasce da relação entre o investigador e seu objeto. O mesmo se dá com a presente dissertação<sup>1</sup>.

O motivo que nos instigou à realização desta pesquisa, situa-se em nossa relação pessoal com a região na qual se localizam as cidades de Xambioá, no norte do Tocantins, e São Geraldo do Araguaia, ao sul do Pará<sup>2</sup>. Ambas são ladeadas pelo Rio Araguaia e se inserem no palco de um sangrento conflito armado, travado durante a ditadura civil militar brasileira: a *Guerrilha do Araguaia*.

Em 1999 residimos na cidade de Xambioá e neste período tivemos a oportunidade de ouvir fragmentos de histórias contadas “ao pé do ouvido”, sempre com o cuidado de se observar “quem estava por perto”. Tratavam-se de extratos de memórias compartilhados de forma velada pelos moradores, dando conta de um tempo seccionado em dois momentos: o *antes* e o *depois* da Guerrilha.

As histórias ficariam rondando nossa memória pessoal, suscitando o desejo de compreender o “porquê” de serem narradas de forma tão encoberta. Nestas idas e vindas, nos perguntávamos como as lutas cotidianas, desenroladas no processo da Guerrilha, seriam interpretadas pelos próprios moradores. Por outro lado, ao pensar sobre o tempo *do antes* e *do depois*, referenciados nas conversas, nos indagávamos também sobre a função dos tempos: o tempo de outrora, o tempo presente e o tempo histórico, que deixa aqui de ter uma função cronológica e assume uma objetivação figurada de compreensão, tanto do presente quanto de organização da memória e do passado.

É claro que a problematização de uma pesquisa faz parte de um *processo*. No presente trabalho, também ela se anela à nossa trajetória pessoal, agora do ponto de vista acadêmico. Importa destacar que nossas leituras sobre a *Guerrilha do Araguaia* nos aguçaram a vontade de

---

<sup>1</sup> Para a normalização do presente trabalho, assumimos as orientações indicadas pela Universidade Federal de Uberlândia no “*Guia para normalização de publicações técnico-científicas*”, organizado por Fuchs et. al. (2013).

<sup>2</sup> Embora a discussão que se segue diga respeito, notadamente, à relação pessoal da autora com o processo de problematização da pesquisa, optou-se pela utilização da primeira pessoa do plural na construção narrativa. Para tanto, nos amparamos em Michel de Certeau ao lembrar, em sua *Operação historiográfica*, que “[...]o nós do autor remete a uma convenção (dir-se-ia em semiótica, que ele remete a um “verossímil enunciativo”). No texto ele é a encenação de um contrato social “entre nós”. É um sujeito plural que “sustenta” o discurso. Um “nós” se apropria da linguagem pelo fato de ali ser posto como locutor. Por aí se verifica a prioridade do discurso histórico em cada obra historiográfica particular. A mediação deste “nós” elimina a alternativa que atribuiria a história ou a um indivíduo (o autor, sua filosofia pessoal, etc.) ou a um sujeito global (o tempo, a sociedade, etc.). Substituí a estas pretensões subjetivas ou a estas generalidades edificantes a positividade de um lugar onde o discurso se articula sem, entretanto, reduzir-se a ele.” (CERTEAU, 1982, p.62-63).

reconstruir, dentro do seu contexto, a posição ocupado pela população local. Nossa vontade decorria da percepção de que, nos poucos relatos construídos sobre o conflito, a população aparecia de forma opaca, sem muita substância ou “lugar”. Esta ausência foi nosso convite à investigação. Todavia, esta perspectiva de análise foi gestada a partir dos nossos embates *internos* quanto à problematização dos sujeitos e do próprio conflito. Nesse sentido, foi necessário um grande esforço intelectual para alargarmos algumas concepções, em especial no que diz respeito aos sujeitos históricos.

Em nossa graduação, já percebíamos a possibilidade de pesquisar e compreender as lutas sociais dos moradores da região do Araguaia, dentro do contexto do confronto armado. Pensávamos em trazer à luz os sujeitos que conhecíamos e dos quais havíamos escutado conversas sobre o período. Contudo, a transição burocrática de nossa instituição universitária de origem, suprimiu a experiência curricular da pesquisa e a consequente elaboração de um trabalho de conclusão de curso<sup>3</sup>. O tema e o problema só seriam retomados mais tarde, quando de nosso ingresso no curso de Mestrado, no Programa de Pós Graduação em História da UFU, mais especificamente, dentro da linha de pesquisa *Trabalho e Movimentos Sociais*.

De pronto, as discussões postas na etapa inicial do curso demonstraram a importância de “flexibilizar” nossa concepção de sujeitos sociais. Afinal, os compreendíamos de forma condensada, tomando-os em blocos rígidos e sem mobilidade. Além disso, foi necessário enfrentar e *desconstruir* nossas noções macro históricas e, dentro destas, a fixação dos seus “marcos”. Para tanto, foi imprescindível a desobstrução de conceitos que abarcam a sociedade como um bloco homogêneo e que, ao mesmo tempo, fossilizam as ações dos atores sociais. Tal qual observou Raymond Williams, nos colocamos num momento de “crise” de referenciais, sendo necessária a sua redefinição:

É, literalmente, um momento de crise: um salto na experiência, um rompimento no sentido da história, que nos faz recuar em relação a tantas coisas que pareciam positivas e ao nosso alcance – todas as inserções já prontas numa argumentação crucial, todas as entradas acessíveis à prática imediata.... Quando percebemos de súbito que os conceitos mais básicos... não são conceitos, mas problemas. (WILLIAMS, 1979, p. 17).

Não foi sem sofrimento que abrimos mão de nossas "certezas". No entanto, compreendemos, igualmente, que o caminho intelectual a ser percorrido deve ser mais pleno de

---

<sup>3</sup> Nossa graduação em História teve início no ano de 2000, dentro da UNITINS – Universidade Estadual do Tocantins, na cidade de Araguaína. Esta unidade seria federalizada, tornando-se um dos campus da nova Universidade Federal do Tocantins, a UFT. Nosso graduação foi posteriormente integralizada em 2003, agora na UFT que, devido aos ajustes iniciais de calendário e matriz curricular, não conseguiu oferecer aos alunos concluintes, egressos da UNITINS, as disciplinas de metodologia de pesquisa.

*incertezas* do que de afirmações. Assim, nosso olhar para o campo social será sempre de possibilidades e nossa investigação exigirá, sobretudo, um limite de abrangência.

O momento pessoal de “crise”, nos fez acolher novas referências conceituais e, no bojo destas, foi possível “problematizar” nossa própria *problematização*.

Ora, ao longo deste processo, percebemos que havíamos nos emaranhado numa “teia de ciladas” derivadas, justamente, de nosso apego aos *marcos* e não aos sujeitos. Embora buscássemos um caminho que reconhecesse os moradores da região como atores de sua própria história, permanecíamos presas ao *marco da Guerrilha do Araguaia*. Desta forma, as experiências dos moradores locais estavam sempre em segundo plano das argumentações, ainda que de forma involuntária. Dito de outra forma, defendíamos o marco como se ele, por si só, representasse as vivências dos sujeitos que desejávamos investigar.

Foi necessário o embate. Só assim, percebermos que o percurso até então adotado na problematização da pesquisa, não respondia ao nosso anseio original pois as experiências e memórias dos moradores locais estavam diluídas na história da guerrilha. Colocado sob esta perspectiva, o marco da luta armada se sobrepunha às vivências dos sujeitos, objeto original de nossa investigação.

No processo crítico de revisão de nossos referenciais, clarificou-se nosso desejo de pesquisar as experiências e memórias das pessoas “comuns”. Ou seja, das pessoas “inominadas”, que ainda não tiveram suas histórias contadas, a partir das experiências vividas naquela região. Destarte, delimitamos nossa problematização de modo a indicar que a presente pesquisa versasse sobre as experiências e memórias partilhadas, e disputadas, no contexto da Guerrilha do Araguaia, o movimento armado que, no início da década de 1970, expressou a recusa em aceitar a opressão do regime político instaurado pela ditadura civil militar, que tomou o país em 1964.

Nossa trajetória de reflexão nos conduziu a novo patamar: definir *nossos sujeitos*. Tratava-se, agora, de delimitar com clareza quem eram, afinal, as “pessoas comuns” às quais nos referíamos.

Logicamente, já sabíamos que não seria possível abarcar em nossa pesquisa “todos os sujeitos sociais” que anonimamente experienciaram suas vidas no contexto da luta armada no Araguaia. Assim, optamos por privilegiar aqueles moradores que, à época do conflito, viviam em áreas rurais, sendo possuidores de uma pequena faixa de terra na região, nela plantando e/ou criando animais para sua subsistência. Por este motivo, nesta dissertação são chamados de *trabalhadores rurais*.

Agora que nossa problemática ficara evidente e nossos sujeitos delimitados, o trajeto teórico também foi se clareando. Nossas leituras e discussões travadas em sala de aula, no período de créditos do mestrado, apontaram para um caminho no qual os trabalhadores rurais não seriam tratados dentro de um esquema dual, ou seja: *dominado* versus *dominante*. Cabia perceber, sobretudo, que no campo social as relações dos sujeitos têm suas similaridades, consonâncias e também suas dissonâncias.

Por este motivo, elegemos como campo teórico o terreno da História Social. Este viés analítico nos possibilitou reconhecer os trabalhadores rurais da região<sup>4</sup> como sujeitos que disputam lugar numa arena social e que, por meio das suas reminiscências, também disputam lugares no âmbito das memórias pretendidas hegemônicas.

Todavia, pensar a pluralidade de sujeitos históricos, dentro do processo que investigamos, impõe compreender que o espaço social é um fervilhar de multiplicidades, em cuja tessitura são inoculadas as ações dos agentes históricos. Não por acaso, ao refletir sobre a história, Fenelon e outros (2004), nos lembra:

Com relação à história, uma questão que nos parece bastante difícil é o desafio de produzir e articular outras histórias para além daquela que se valida e que se torna visível no universo acadêmico. Nessa direção, algumas interrogações se colocam: em que medida assumimos construir narrativas que se constituam e se validem como outras histórias e com quais exigências o fazemos? Como socializá-las, como e onde difundi-las e com qual destinação? (FENELON, et al., 2004, p. 07).

Diante do exposto, entendemos que nossa contribuição com o debate historiográfico se encontra, especialmente, na possibilidade de incluirmos os sujeitos pesquisados como agentes do processo histórico. Ou seja: como construtores igualmente relevantes da história.

Ao observarmos suas memórias, dentro das quais o *tempo* é dividido entre o *antes* e o *depois* da Guerrilha do Araguaia, procuramos apreender os significados atribuídos à esses tempos múltiplos, compreendendo, ainda, a relação entre as memórias individuais e a memória social na composição do mosaico das histórias de vida desses sujeitos.

Para tanto, adotamos como ponto de partida a recomendação de Khoury (2010, p.08), de que “[...] tomamos a memória como campo social de reflexão e diálogo, minado pelas lutas sociais engendradas cotidianamente”. Na busca dos vestígios tangíveis – e também dos que nem sempre são perceptíveis, mas que nos dão pistas de conflitos e/ou apontam para caminhos

---

<sup>4</sup>Doravante, nos reportaremos à localidade investigada, notadamente Xambioá e São Geraldo do Araguaia, como *Região do Araguaia*, posto ser desta forma que os trabalhadores rurais, sujeitos de nossa pesquisa, denominam o espaço territorial no qual se inserem.

alternativos, como possibilidades de investigação –, procuramos estabelecer um diálogo com os moradores da região.

Por certo, foi necessário cuidado não só para observar as entrevistas, mas para com elas construirmos uma história que resguardasse aos trabalhadores ouvidos, a narrativa de suas histórias de vida. Com este intuito, direcionamos nosso olhar sobre suas memórias, acreditando na possibilidade de levantar outros questionamentos na relação *do que é lembrado, do que é vivido agora, no momento da entrevista, e de como projetam seu futuro*. Para isso, ancoramos nossa reflexão naquilo que Sarlo (2005, p.60) esclarece como oportunidade de “[...] pôr as dissidências em foco [...] aguçando a percepção das diferenças como qualidades alternativas [sic].”

Em vista disso, buscamos pelas "dissidências" percebendo o social como plural em sua interface com outras dimensões: a cultural, a econômica, a política, a local. Assim, procuramos desvelar outras possibilidades de análise, que evidenciassem o processo histórico não como algo dado, mas como processo em formação.

Como justificativa, a realização da pesquisa se impõe por buscar um caminho alternativo, diferente das construções historiográficas que renegam a agência de uma boa parte dos sujeitos históricos. *Pari passu*, procura fazer emergir as histórias das pessoas desconhecidas da História dita "oficial"<sup>5</sup>, atendendo à demanda do nosso próprio momento histórico no qual ainda são prementes os esclarecimentos sobre as ações cometidas no período da ditadura civil-militar.

Por meio da História Social, é possível perceber o embate contínuo entre os sujeitos que refutam uma memória estanque, imposta de cima pra baixo e, dentro de suas possibilidades, também com ela disputam espaço. Por este motivo, perseguimos uma visão que não seja “de fora pra dentro”, mas que possibilite aclarar as vivências dos trabalhadores rurais, deslocando a precedência dos discursos que vão se legitimando e que, com uma força esmagadora, deformam os sujeitos e elegem uma única perspectiva histórica.

Ao longo de nosso percurso, procuramos entender que as relações sociais são organizadas e reorganizadas pelos sujeitos que as vivem, dentro de sua dimensão histórica, como nos adverte Edward Palmer Thompson. Dito de outra forma, são os sujeitos que interpretam, reinterpretem e significam a sua experiência social.

---

<sup>5</sup>Entendemos por História "oficial" aquela narrativa que é composta por uma voz unívoca que busca representar e legitimar sua visão sobre um processo histórico.

Pensar sobre as ações dos trabalhadores rurais, em suas lutas cotidianas no período da luta armada, impõe colocar em tela a *experiência* desses sujeitos, conforme observa Thompson:

O que descobrimos ... está num termo que falta: "experiência humana". É esse, exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, com o nome de "empirismo". Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro desse termo, não como sujeitos autônomos, "indivíduos livres", mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismo, e em seguida "tratam" essa experiência em sua consciência e sua cultura... das mais complexas maneiras... e em seguida... agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981, p. 182).

No intuito de apreender as experiências dos sujeitos eleitos para a pesquisa, percebemos com Thompson que trazer à tona as suas vivências implica, ao mesmo tempo, em travar um diálogo relacional entre *prática e teoria*. Nessa perspectiva, compreender as relações cotidianas desse grupo de trabalhadores tornou-se indispensável pois, por meio delas, podemos perceber quais eram as práticas representativas de seu modo de viver. Através de suas narrativas, colhidas por meio de entrevistas orais, investigamos como se desenvolvia seu trabalho, seu lazer, suas crenças; o entrelaçamento entre o espaço, o trabalho e a sua própria sociabilidade.

Para ouvir os trabalhadores rurais do Araguaia, nos deslocamos para a região em janeiro de 2016. É importante lembrar que há alguns anos já havíamos nos mudado para a cidade de Araguaína -TO, distante 130 km de Xambioá -TO e de São Geraldo do Araguaia-PA. Por este motivo, buscar os entrevistados revelou-se um desafio. Assim, cabe narrar nossos percalços, bem como sua superação.

Nossa primeira dificuldade foi encontrar os sujeitos. Em se tratando de Xambioá, pensamos, em princípio, que por se tratar de uma cidade pequena e por termos lá residido, teríamos um acesso fácil aos moradores. Todavia, não foi bem assim que aconteceu.

Ao voltar à cidade, não conseguimos localizar pessoas que se ligavam direta ou indiretamente, com a “Guerrilha do Araguaia”, se dispendo a falar sobre o tema. Observamos que “procurar pela cidade” quem estivesse disposto a falar sobre o confronto, demandaria tempo. A morosidade do processo, por seu turno, colocava em risco a realização das entrevistas e a própria construção de nossa dissertação.

O problema estava posto: como fazer? Como alternativa, buscamos a rede de relacionamento que ainda possuíamos. Num primeiro momento, através de *Cláudia*, uma

colega moradora da cidade de Xambioá, tivemos contado com duas pessoas: o secretário de Educação, que também era professor de História e o Secretário de Infraestrutura.

Tivemos com o Secretário de Educação um único encontro. Quando nos recebeu na Prefeitura, conversou conosco, ao telefone e com várias pessoas que também estavam em sua sala, tudo ao mesmo tempo. Emprestou-nos um material, para cópia, que ele mesmo havia elaborado intitulado a *Guerrilha do Araguaia*. Tratava-se de, aproximadamente, seis páginas escritas e dezoito de ilustrações, contendo mapas e fotos de guerrilheiros. De acordo com o Secretário, este material era fruto de uma pesquisa sobre o tema e servira para ministrar uma palestra em uma escola, na cidade de Araguaína - TO.

Neste contato tenso e atabalhado, o Secretário nos informou que era muito ocupado, que “*fazia muitas coisas ao mesmo tempo*” e que, por este motivo, não poderia nos acompanhar pela cidade para nos apresentar às pessoas. Sua única indicação, a própria mãe, que vivia na cidade desde a década de 1950, não quis falar sobre o assunto.

Em seguida, procuramos pelo Secretário de Infraestrutura. Nosso contato foi exclusivamente por telefone, pois não nos encontramos pessoalmente. Através de ligação telefônica, ele nos informou que “*não tinha o que contribuir para a pesquisa*”. Mesmo assim, iria disponibilizar o contato de uma pessoa chamada *Luís Alves Ribeiro*, conhecido por *Luís Poeta*. De acordo com o Secretário de Infraestrutura, “*este sim*”, poderia nos ajudar no que precisávamos. Questionado se poderíamos ter acesso à documentação alocada na Prefeitura, o Secretário imediatamente nos dissuadiu, dizendo que “*ali só tinha documentação atual*” e que, portanto, não iria servir. Encerrada a conversa, ligamos imediatamente para o *Luís Poeta*. Na oportunidade, ele não se encontrava na cidade e, por este motivo, nos pediu para “*voltar outro dia*”.

Nos encontraríamos na segunda vez que retornamos à região, em junho de 2016. Desta vez, *Luís*, o poeta da cidade de Xambioá, exercia o cargo de Secretário das Comunicações. Formado em História, trazia a “*poesia na alma*”. Já havia lançado vários livros de poesia sobre a cidade. Destes, lemos alguns. Nossa impressão foi de que *Luís Poeta* possuía a magia das palavras para retratar sua cidade e sua gente.

Importa registrar que *Luís* nos auxiliou muito no início da pesquisa, sendo sempre solidário. Andou conosco pela cidade, apresentou-nos a moradores que nela viviam desde os anos de 1950. Bastante interessado em que as entrevistas acontecessem, foi sendo nosso “*escudeiro*” na busca pelos entrevistados.

Da mesma forma, *Luís* nos ajudou na compreensão de algumas questões, especialmente no momento inicial da investigação. Inexperientes na relação que se trava entre entrevistado e

entrevistador, nas primeiras entrevistas realizadas juntos, ele fez perguntas que embora nascessem de sua curiosidade, contribuíram para sanar nossas próprias minhas inquietações.

*Luís* nos levou à casa de vários moradores: o *Sr. Sebastião*, o primeiro prefeito de Xambioá; o *Sr. Horário Maranhão*, pessoa influente no meio rural, afeito à leitura, dono de uma biblioteca variada, muito articulado e “proseador”; o *Sr. Edson*, barqueiro, que nos falou um pouco sobre a região, embora pouco sobre a Guerrilha e, finalmente, o *Sr. Antônio Alves de Sousa*, um dos sobreviventes do período da Guerrilha na região. Infelizmente, ele não se encontrava em casa e sua esposa, *D.<sup>a</sup> Maria*, não sabia dizer se ele demoraria a voltar. Por este motivo, agradecemos e ficamos de voltar em outro momento.

Ao retornarmos à região do Araguaia pela terceira vez, *Luís* não pôde nos acompanhar em nossas andanças, pois um imprevisto o obrigara a se ausentar da cidade. Diante do impasse, nos arriscamos a seguir sozinhas à casa do *Sr. Antônio Alves de Sousa*, enfrentando o receio de não sermos recebidas.

Ao chegarmos à casa do *Sr. Antônio*, nós o encontramos sentado, com um olhar vago que “parecia buscar algo”. Fomos a seu encontro e nos apresentamos. Informamos que estivéramos em sua casa, com o *Luís*, e que pretendíamos gravar com ele uma entrevista. Evitamos abordar diretamente o tema da Guerrilha, preferindo dizer que estávamos ali para saber um pouco dele e da região.

Percebemos que o *Sr. Antônio* nos analisou. Seu olhar nos mediu cima à baixo e naquele momento soubemos que tecia, mentalmente, uma série de perguntas sobre nós e sobre a situação. Contudo, com muita gentileza, nos pediu para que nos sentássemos e a partir daquele momento começamos a conversar. De imediato, nos recordamos da observação de Alessandro Portelli que, ao atentar para a troca de olhares numa entrevista, levanta a questão “[...] de quem observa quem na entrevista”. (PORTELLI, 1981, p.21).

Para nossa surpresa, o *Sr. Antônio* nos concedeu um depoimento que abarcou sua própria história de vida. Através de uma narrativa forte, sua memória trouxe à tona inclusive detalhes sobre as torturas e as perdas ocorridas durante o período da Guerrilha do Araguaia.

Quando encerramos a entrevista e já nos encaminhávamos para a saída, uma pessoa na rua, parou diante da casa e se dirigindo ao *Sr. Antônio*, perguntou: “*E aí como está o processo?*”. Atentas à conversa travada entre ambos, observamos que havia algo a mais na história de vida de nosso entrevistado. Assim, encerrado o diálogo com o amigo, insistimos em nossa própria conversa. Foi apenas nesse momento que o *Sr. Antônio* nos contou que *ajudava as pessoas que sofreram torturas e/ou perdas no período da Guerrilha a receber indenizações*.

A conversa revelou que o Sr. Antônio foi um dos moradores que contribuiu com os trabalhos da Comissão da Anistia, cujo objetivo definido por Lei era “reparar moral e economicamente as vítimas de atos de exceção, arbítrio e violações aos direitos humanos cometidas entre 1946 e 1988”<sup>6</sup>.

Retomamos nossa conversa, desta vez sobre os processos indenizatórios. Ao final da conversa, firmamos um acordo: de que, quando voltássemos, ele nos auxiliaria na pesquisa, levando-nos às casas das pessoas que estavam na região desde a década de 1950, em especial aqueles que já haviam sido ouvidos pelas Comissões, para que nós pudéssemos entrevistá-las.

Nas próximas vezes que voltamos à região do Araguaia – notadamente na quarta, quinta e sexta incursões o Sr. Antônio foi nosso “tutor”. É importante registrar que só conseguimos entrevistar os sujeitos que compuseram nossa documentação oral, devido à sua mediação. Como observamos por diversas vezes, as pessoas se mostravam reticentes e muito receosas em contar suas histórias. Não raro, mesmo chegando às casas acompanhadas pelo Sr. Antônio, ainda rondava um pouco de desconfiança. Muitas vezes nosso “tutor” precisou intervir diretamente, falando aos entrevistados (as): “*Pode confiar, eu não vou trazer ninguém pra te prejudicar.*”

Realizamos, ao todo, quatorze entrevistas. Gravamos as memórias de homens e mulheres, entre cinquenta e oitenta anos, sendo sete entrevistados moradores na cidade de São Geraldo do Araguaia-PA; seis entrevistados moradores em Xambioá -TO; e um entrevistado residente na cidade de Ananás -TO. Nessas entrevistas um dado foi fundamental para entendermos a constituição desses sujeitos como trabalhadores rurais à época do conflito: sua trajetória até a região do Araguaia.

Dos quatorze entrevistados, somente dois sujeitos não chegaram à região em busca de terra: um, por ter nascido na região, embora seus pais fossem oriundos de outra localidade; e outro por ter ido “a serviço”, decidindo-se por ficar quando a atividade se encerrara.

---

<sup>6</sup> A **Comissão de Anistia** foi criada no governo de Fernando Henrique Cardoso, em 2002, através do Artigo 12 da Lei 10. 559 de 13 de novembro de 2002. A Comissão da Anistia está ligada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, sendo composta por 23 conselheiros, em sua maioria agentes da sociedade civil ou professores universitários, indicados pelos anistiados políticos e pelo Ministério da Defesa. Conta com mais de 75 mil pedidos de anistia protocolados. Já a **Comissão Nacional da Verdade**, foi criada em 2011, sob o governo da Presidenta Dilma Rousseff, através da Lei nº 12 528, de 18 de novembro de 2011, com a finalidade de “[...] examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”. A chamada **Comissão Nacional da Verdade** foi instituída em 16 de maio de 2012 e, tem por objetivo as violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Sobre o tema, consultar: < <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>> e < <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia>>

Doze, dos quatorze entrevistados, migraram do Estado do Maranhão, nas décadas de 1950 e 1960. Diante desta informação, uma pergunta se colocou: quais seriam os motivos que levaram estes sujeitos a se deslocarem de seu Estado para a região do Araguaia?

Os relatos nos indicaram que eles foram para a região *em busca de um pedaço de terra para plantar*. O trajeto era feito em grupos familiares, sob a tutela do pai, ou seja: o pai de família trazia sua esposa e seus filhos na busca por terra devolutas, de matas virgens para se instalarem.

Com o intuito de perscrutar as experiências desses trabalhadores rurais, foi necessário procurar refletir, igualmente, sobre a dimensão da *cultura*, conforme observou Thompson (1998). Ao mesmo tempo, compreendíamos que a reflexão acerca de suas vivências também nos colocava a necessidade de contemplar todas as dimensões sociais em que os sujeitos estavam inseridos.

Nesse sentido, os diálogos com Thompson (1997;1998), Williams (1979) foram cruciais para entendermos a cultura e/ou culturas, enquanto " [...] um processo social constitutivo, que cria modos de vida específicos e diferentes" (WILLIAMS, 1979, p.23). Dito de outra forma, os sujeitos expressam-se através de sua cultura, via elementos materiais e imateriais, que os movem no tempo e no espaço.

Para esmiuçar, e posteriormente recompor, o feixe cultural indicado por Thompson (1998), foi necessário investigar os caminhos utilizados pelos trabalhadores rurais para ocupação da terra na região do Araguaia. Tanto no sentido do espaço de viver e morar, quanto no sentido das construções e afirmações de valores partilhados ou conflitados entre os próprios trabalhadores rurais e os fazendeiros da região.

Nessa perspectiva, foi possível compreender que na segunda metade do século XX a terra, na região do Araguaia, já era espaço de luta e de resistência agrária. Por outro lado, também se intensifica naquele período o processo de concentração fundiária, decorrente da exploração e das desigualdades geradas pelas políticas socioeconômico vigentes à época. Essas desigualdades culminaram no surgimento do *posseiro*, o sujeito que possuía a terra, mas não a sua propriedade, utilizando-se dela para trabalhar na agricultura de subsistência.

A posse de terras foi tanto o reflexo de resistência do trabalhador rural, em defesa do direito à uma pequena faixa de terra para prover seu sustento e de sua família quanto, além disso, um instrumento para o de exercício de relações de poder. Desta forma, os trabalhadores rurais foram se assentando nas matas do Araguaia, constituindo e instituindo modos de viver *sui generis* na localidade. Novas práticas culturais foram se desenhando ao longo dos anos,

produto da relação, não raro tensa, entre os sujeitos que já estavam na região e aqueles que iam chegando.

Cabe lembrar que desde a década de 1930, através do governo federal, se implementava no país uma acelerada industrialização. Conforme observa Cano,

Entre 1930 e 1945, com o I Vargas, pudemos avançar a industrialização, graças à inequívoca condução de uma política nacional de desenvolvimento. Entendamos, contudo, que tal política continha muitas falhas temáticas e sociais, e não poderia conter, para saná-las, maiores recursos e uma estrutura específica de planejamento. [...] No início, o processo de industrialização foi mais facilitado pela existência de grande capacidade ociosa industrial. Depois, à medida que essa capacidade se esgotava, e que a implantação de novas plantas em novos segmentos exerciam altas pressões sobre as importações, os problemas também cresceram. Não só os de caráter financeiro e cambial, mas também os de caráter da administração pública, do planejamento e da inflação. (CANO, 2015, p.448).

Em muitos aspectos aquela industrialização obteve grande aquiescência das populações urbanas, as quais assistiam suas condições de vida e acesso aos bens de consumo durável se ampliarem. O capitalismo priorizou os investimentos na região centro-sul, em detrimento das macrorregiões norte e nordeste. Estas últimas permaneceram sob o jugo dos interesses coronelistas, cujos caciques políticos eram – e continuam sendo –, grandes latifundiários, donos de vastas extensões de terra, excluindo a maior parte da população.

Neste processo, a expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste, que teve início na década de 1940, mais conhecida como a “Marcha para o Oeste”, teve importante papel, ao acelerar o deslocamento sobre os territórios “novos”, já ocupados pelas frentes de expansão anteriores. É nesse sentido que Martins (1997) chama a atenção para a dimensão conflitiva existente nas regiões de fronteiras, onde a (re) ocupação dos territórios era feita por meio do encontro entre as frentes, o que, na maioria das vezes, se culminava em conflitos violentos. De acordo com Bezerra e Cleps Jr.,

A nova fronteira agrícola esteve assentada, durante um período, em projetos de colonização privados e estatais, que entraram em crise, tanto por falta de interesse político como por falta de planejamento e investimentos. Os agricultores que viviam nos assentamentos foram gradativamente engolidos pelos latifundiários, expondo a ineficiência desses projetos. (BEZERRA; CLEPS Jr., 2004, p.34-35).

A partir da década de 1950 o Governo Federal implementaria uma política de desenvolvimento, dentro da qual era pauta “povoar” o interior do país com o intuito de atrair investimentos e ampliar a área produtiva. Dentro da nova geopolítica de expansão se encontrava

a região do Araguaia, na divisa com os Estados do Pará e Maranhão. Não obstante, ainda Bezerra e Cleps Jr. lembram que “[...] nas décadas de 1950 e 1960, os pequenos produtores, que tomaram posse da terra no primeiro momento da abertura da fronteira agrícola, tiveram a função de desmatar e preparar a terra a um baixo custo para posteriormente ela ser apropriada por grandes fazendeiros, que se dedicavam à pecuária extensiva.” (BEZERRA; CLEPS Jr., 2004, p.36).

No caso da expansão rumo ao Araguaia, contribuíram bastante a construção da Rodovia Belém-Brasília e, posteriormente, da Transamazônica. Uma e outra foram projetos com o objetivo de ampliar a exploração capitalista, com claro prejuízo às populações indígenas que habitavam a região. Sem embargo, várias cidades foram surgindo às margens da Rodovia 153 e suas adjacências. Encravada no meio do processo, a região do Araguaia se tornou alvo de uma significativa transferência de população, vinda das regiões centro-sul, traduzida nos discursos oficiais como sinal de "progresso" para o norte do país.

Todavia, a política desenvolvimentista implantada pelo Governo Federal na região norte-nordeste não eliminou o "atraso" agrário e, muito menos, o desenvolvimento desigual. Ao contrário, aprofundou-o. Conforme observam Oliveira e Carleial (2013), tanto os projetos privados quanto aqueles implementados pelo Estado brasileiro entre as décadas de 1970 e 1980, na região, tiveram por consequência,

[...] a dissipação do capital social formado inicialmente e já existente nessa região, provocando assim, um estímulo à imigração desordenada, à grilagem de terras e, conseqüentemente, o desequilíbrio socioambiental da região, que é palco de conflitos até hoje. As grandes queimadas para a abertura de fazendas de gado, a extração da madeira, o garimpo clandestino foram (e são) os grandes vilões do cenário socioambiental que temos hoje, provocado pela ausência de um Estado regulador e supervisor desta ocupação, alimentada através de políticas públicas de caráter desenvolvimentista e predatório. (OLIVEIRA; CARLEIAL, 2013, n.p.).

Apesar dos planos de desenvolvimento, com o objetivo de “atenuar as disparidades regionais” e as "desigualdades sociais", entre os projetos políticos e as práticas políticas havia uma longa distância. Somente os grandes proprietários de terra tiveram acesso às políticas de crédito, garantindo empréstimos para o financiamento de lavouras e a modernização tecnológica da terra. (Cf. OLIVEIRA; CARLEIAL, 2013).

No caso específico da região do Araguaia, o repartimento da terra foi realizado, sobretudo, através de *Grilagem*,

[..] a ocupação irregular de terras, a partir de fraude e falsificação de títulos de propriedade. O termo tem origem no antigo artifício de se colocar documentos

novos em uma caixa com grilos, fazendo com que os papéis ficassem amarelados (em função dos dejetos dos insetos) e roídos, conferindo-lhes, assim, aspecto mais antigo, semelhante a um documento original. A grilagem é um dos mais poderosos instrumentos de domínio e concentração fundiária no meio rural brasileiro. (INCRA, 2009).

As chamadas terras devolutas do Araguaia, se tornaram propriedade de "donos" de grandes extensões de chão. Através de falsificação de documentos pelos próprios órgãos federais, suborno dos responsáveis pela "regularização" da terra e do assassinato de trabalhadores, foram se formando as grandes fazendas do Araguaia.

Como registrou a memória do Sr. José Costa de Sousa, a luta pela terra era implacável:

[...] havia uma coisa lá, lá pegaram os posseiros em tal lugar, chamava era posseiros. O cara estava caçando lá, matando uma cutia, os pistoleiros pegam, amarram, passa um, passa dois, passa três dias com ele amarrado, judia e tal. Quando ele escapole de lá corre para o São Geraldo para dar parte para os padres. O padre disse não é aqui não, é no sindicato. (SOUSA, 02 ago.2016).

A migração, como forma de sobrevivência e/ou resistência, fez com que os trabalhadores rurais se deparassem com novas modalidades de enfrentamento. Em todo o território ocorria a usurpação de pequenas propriedades, retroalimentando um projeto político que favorecia os grandes latifundiários e expropriava os pequenos agricultores.

É evidente que existiam os que, acertadamente, observavam que as políticas de desenvolvimento econômico não representavam, fosse nos centros urbanos ou no meio rural, a inclusão da maioria. Ainda: que, a longo prazo, o capitalismo empobreceria ainda mais a população brasileira. Assim, uma tendência à esquerda foi ganhando espaço nos discursos políticos, influenciada pela vertente comunista ou socialista da disputa internacional. Estas vozes representavam um ponto de discordância frente à política capitalista do governo brasileiro. Dentre estes, destacavam-se grupos de estudantes, intelectuais, políticos, militantes de partidos, clérigos e alguns setores militares. Estes últimos, embora divergissem quanto às concepções políticas e objetivos práticos, tinham em comum com a esquerda a rejeição à proposta econômica, política e social vigentes.

De acordo com Campos Filho (1997), dentro do grupo dissonante, coexistiam comunistas desejosos de uma revolução armada e outros que propunham uma transição pacífica; anarquistas defensores do fim do Estado e de qualquer poder instituído; militares insatisfeitos com sua situação na corporação; socialistas; congregações eclesiais contrárias ao comunismo, mas que lutavam pela melhoria das condições de vida dos pobres. Ainda que

defensores de perspectivas e doutrinas diferentes, estes setores se uniam na oposição às políticas sociais e econômicas em vigor.

Principalmente os movimentos de esquerda, clandestinos ou não, buscavam “despertar entre as massas” interesses de grupo ou de classe e algum conhecimento sobre o papel do Estado. Esse esforço, mais ou menos racional e planejado de conscientização das massas, visava “despertar” na sociedade a “consciência” de seu “valor potencial” enquanto participantes ativos e beneficiários de uma transformação social.

Desses movimentos faziam parte o PCB – Partido Comunista Brasileiro – que, orientado pelas convicções comunistas e pelas experiências dos países que haviam feito a “revolução socialista”, propunham para o Brasil a substituição do sistema capitalista pelo comunismo.

Por óbvio, os caminhos para consecução do projeto comunista revelaram-se bem mais problemáticos, sendo sério elemento de divergência dentro do próprio PCB. O impasse sobre meios adequados à revolução brasileira, estavam diretamente relacionados às ramificações políticas que se desdobravam no campo socialista dentro da conjuntura internacional: de um lado, o viés alinhado com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a URSS, que propunha meios pacíficos de transição para o comunismo; e, de outro, as vias Chinesa e Cubana que defendiam uma revolução armada.

Estas divergências foram decisórias para o sucesso do golpe civil-militar imposto ao Brasil em 1964. Enquanto a esquerda discutia, a direita e o Exército articulavam-se com os Estados Unidos da América que, por receio de um alinhamento do Brasil com Cuba, imediatamente apoiaram as Forças Armadas na consolidação do Regime Militar, sob os olhos de uma esquerda perplexa. Sobre o contexto, Campos Filho observa que “[...] enquanto ocorriam profundas divergências quanto ao caráter da revolução [...] os setores conservadores[...] tomavam a iniciativa de conter o avanço das esquerdas [...]” (CAMPOS FILHO, 1997, p. 34).

O Partido Comunista Brasileiro também defendia o nacionalismo. De acordo com Schwarcz e Starling (2015), nessa questão aproximava-se das concepções do presidente João Goulart, defendidas desde que assumira a pasta do Ministério do Trabalho, em 1953, no governo de Getúlio Vargas. Todavia, a defesa do nacionalismo por Goulart era vista pela direita, em inícios da década de 1960, como uma forte tendência ao comunismo e isso, segundo os setores mais reacionários da sociedade, significava um risco para o país e sua população.

Ainda conforme Schwarcz e Starling (2015), o argumento de que Jango, com o apoio das esquerdas, transformaria o Brasil em um país comunista, foi amplamente utilizado pelos

articuladores do golpe, e particularmente aceito pelas camadas médias urbanas. Receosas de serem privadas de suas “conquistas”, passaram a defender a queda do presidente.

Para Alves (1984), este quadro de inquietação política desenhava-se sobre uma realidade de intensa desigualdade social, marcada por uma forte concentração de renda nas mãos de uma minoria abastada. Embora a classe média não acreditasse, esse abismo socioeconômico somente aumentaria nas décadas que se seguiram. Porém, esta parecia uma questão de “só menos importância” no início dos anos de 1960. O que movimentava a sociedade, em particular a classe média, era o temor do comunismo ser implantado no Brasil, levando a população a perder seus “poucos” bens e suas “liberdades”. Estavam lançadas, assim, as bases para o golpe e a implantação de uma ditadura civil-militar<sup>7</sup>.

O golpe de 1964 modificou drasticamente os rumos políticos do Brasil. As esquerdas e os legalistas ficaram atônitos com a derrocada democrática. A esperança de que a transição do capitalismo para o comunismo seria realizada de forma pacífica, ruiu. Nos anos seguintes a esquerda esfacelou-se diante da falta de consenso sobre o que deveria ser a ação política de oposição ao regime militar e quais estratégias seriam válidas para a realização da revolução social. No contexto da ditadura implantada, o Partido Comunista Brasileiro subdividiu-se em diversos movimentos que, sob muitas linhas de ação, procuraram combater o regime repressor. (Cf. CAMPOS FILHO, 1997, p.32). Entretanto, quaisquer que fossem as escolhas dos grupos dissidentes do PCB, a maioria concordava que não haveria revolução social no Brasil por vias pacíficas. Inspirados pela Revolução Cubana e pelas lutas de guerrilha chinesas, muitos partiram para a luta armada.

Obviamente, a situação da esquerda brasileira não era confortável. O endurecimento dos órgãos de repressão dificultou a ação dos movimentos de combate à ditadura nas cidades, principalmente os membros do PCB. Confinados à prisão e sob tortura, a maioria dos guerrilheiros urbanos não ultrapassava um ano, cabendo à uma minoria uma sobrevivência de dois. (Cf. GORENDER, 1987; ARQUIDIOCESE, 1985).

Com base no exemplo da China, onde a estratégia da guerrilha rural fora bem sucedida, a ideia de alargar o campo de ação armada ganhou força. A linha chinesa foi defendida no Brasil pelos dissidentes do Partido Comunista Brasileiro, sob uma nova denominação: Partido Comunista do Brasil, o PCdoB. Conforme destaca o documento “*Guerra popular – caminho da luta armada no Brasil*”, veiculado pelo comitê central do Partido, em 1969, a opção pela

---

<sup>7</sup> Sobre o tema consultar, dentre outros: Alves (1984); Gorender (1987), Schwarcz; Starling (2015).

luta armada, sob a forma de guerrilha rural, tinha por meta a derrubada do regime militar e a realização da revolução socialista:

[...] No interior, as forças armadas populares terão a seu dispor amplo campo de manobra que lhes permitirá evitar o cerco, poupar e acumular forças. Nele é possível assegurar a sobrevivência dos grupos combatentes na difícil fase inicial da guerra popular. Assim, o terreno onde se desenvolverá a guerra popular será fundamentalmente o interior.

[...] Os brasileiros não podem esperar uma vitória rápida na luta contra seus inimigos mortais. Para tornar vitoriosa a revolução em todo o país, é necessário destruir as forças armadas dos reacionários – Exército, Marinha, Aeronáutica e demais instrumentos de repressão.

[...] O interior é o campo propício à guerra popular. Aí existe uma população que vive no abandono, na ignorância e na miséria. Nos mais diversos níveis, os camponeses empenham-se na luta pelos seus direitos. Devido à repressão brutal dos latifundiários e da polícia, as ações no campo assumem logo caráter radical. Sobretudo nas regiões de posseiros são frequentes os choques armados com os grileiros. Como acentuou a VI Conferência Nacional do Partido, a massa camponesa é uma grande força a ser mobilizada para a conquista dos objetivos nacionais e democráticos. Tem manifestado, inúmeras vezes, sua aspiração à posse da terra. Representa um grande potencial revolucionário que, embora no momento não esteja despertada, é sensível às lutas mais altas e capaz de fornecer a massa principal dos combatentes da guerra popular. O interior é o elo mais débil da dominação das forças reacionárias no país. Estas não contam com suficientes efetivos militares para ocupar as vastas áreas rurais. Nem alguns milhões de soldados, brasileiros ou norte-americanos, poderão ocupar as regiões mais agrestes do Brasil. (O COMITÊ, 1969).

Entre um projeto político de sociedade e sua consecução prática, muitas questões deveriam ser planejadas, resolvidas, organizadas e consideradas sob as mais diferentes adversidades. Também aqui, no processo de organização da guerrilha rural brasileira, estes aspectos foram considerados. Porém, entre os insatisfeitos com o regime militar não havia muitos que estivessem dispostos a lutar pela revolução no meio da selva. Da mesma forma, com exceção daqueles que receberam treinamento do Partido, na China, também não havia os que possuíssem pleno domínio das técnicas de guerrilha.

De acordo com o material instrucional veiculado pelo PC do B (O COMITÊ, 1969), uma das principais barreiras que os guerrilheiros deveriam vencer era, justamente, a hostilidade humana e da natureza, no local escolhido.

Não obstante a pouca experiência dos membros do movimento guerrilheiro do PCdoB, a preparação para a ação revolucionária foi planejada e executada sob critérios que se reportavam aos movimentos de libertação organizados por Che Guevara e pela Revolução Chinesa. Como exemplo, os alinhamentos para a escolha do local consideravam, em primeiro

lugar, que o mesmo deveria estar o mais distante possível das benesses do sistema, para que a receptividade da população local fosse maior às ideias de oposição. Em segundo lugar, considerava-se que a distância desempenhava importante função nas questões de estratégia militar, pois quanto mais deslocados estivessem os aparelhos físicos e intelectuais do regime, maior seria o tempo disponível para a preparação de uma resistência popular e ainda mais complicado o deslocamento de forças suficientes para uma ação militar da ditadura.

Os pontos acima contemplariam os dois aspectos de preparação, considerados essenciais para a Revolução: a conscientização da população quanto à sua condição de explorada, promovendo a formação de novos quadros revolucionários; e a facilitação da movimentação dos guerrilheiros em uma possível luta armada. Assim, era fundamental alcançar a simpatia e o apoio das populações na região de resistência.

A este respeito, destacamos de Moura (1985), no *Diário da Guerrilha do Araguaia*, diversas referências às relações de amizade que, com o passar do tempo, os militantes recém-chegados firmavam com a população do Araguaia. Na perspectiva particular dos militantes, da qual o *Diário* é representante, observamos uma representação oposta à versão veiculada pelos militares de que os militantes embrenhados na selva eram “bandidos” e que toda a população da Região do Araguaia era contrária ao seu estabelecimento no local.

Porém, uma e outra representação dão conta, apenas, do ponto de vista de *quem fala*. Da mesma forma, mesmo quando se desconstrói a leitura do regime acerca dos militantes, indicando que em diversas ocasiões estabeleceram boas relações com a população do Araguaia, por outro lado o posicionamento dos próprios militantes acerca de como se desenrolou seu convívio com a população, especialmente depois desta tomar conhecimento de *quem eles de fato eram*, exclui a perspectiva da *própria população*. Cabe, pois, *ouvi-los*.

De fato, desde a última década do século XX há campos abertos no processo de devolução do direito à memória aos trabalhadores que vivenciaram a Guerrilha do Araguaia. Nestes campos, os sujeitos expressam uma memória reelaborada, articulada aos interesses que estão em jogo no presente. Especialmente, a ressignificação da violência cultural e física sofrida pelos trabalhadores, os quais colocam em suas narrativas a esperança de que também sejam reconhecidos como *vítimas* da Guerrilha. Aquela esperança recai, sobretudo, no processo de reparação levantado pela Comissão de Anistia<sup>8</sup>.

Sabemos que a partir das Comissões da Anistia e da Verdade, abriu-se um fio de luz, permitindo espaço para que vozes dissonantes fossem ouvidas. No entanto, observamos que o

---

<sup>8</sup> Sobre as Comissões da Anistia e da Verdade, ver a nota 6.

campo ação das Comissões era limitado pois, nascendo dentro de uma estrutura estatal com formas delineadas de atuação, poderiam não cumprir seus objetivos. Conforme destaca Heloisa de Faria Cruz (2016),

[...] as questões sobre a história recente definiram-se dentro dos limites impostos por um processo de anistia restrito, que se alimentou da noção de perdão e do esquecimento dos crimes cometidos, e que foi carregado por mais de duas décadas dentro de um arranjo negociado pelas elites no processo de transição lenta e gradual (CRUZ, 2016).

Parece-nos que todo o trabalho das Comissões esbarra na lei da Anistia de 1979, criada para “zerar” as contas dos torturadores da ditadura. Assim, em se tratando da Guerrilha do Araguaia, sua ação reduziu-se, praticamente, à abertura dos arquivos secretos da Guerrilha e fazer com que os militares esclarecessem mortes e apontassem onde se encontravam os corpos das vítimas.

A despeito dos limites, por certo houve avanços. Os trabalhadores rurais, mesmo que ligados somente ao confronto da Guerrilha do Araguaia, como apoiadores seja dos militantes ou dos militares, vêm ganhando visibilidade em livros, revistas, trabalhos acadêmicos, mídia televisiva, filmes, e, sobretudo, nas narrativas daqueles que foram obscurecidos do processo histórico, pois perderam o medo de falar. É o que nos aponta *D.<sup>a</sup> Maria Emília Ferreira da Silva*, de 68 anos, moradora da cidade de São Geraldo do Araguaia - PA. Quando a entrevistamos, em agosto de 2016, ao ser perguntada de quando começou a falar de sua história de vida, respondeu-nos:

[...] não, nós sempre aqui acolá a gente comentava [só entre eles], mas não era muito né, porque tinha medo, a gente tinha medo né, e passou tempo gente investigando, gente investigando e nós já morando aqui [...] aqui mais lá no meio do centro, mas a gente tinha medo de falar, eu mesmo tinha medo e até hoje tenho, até minha mão está fria [ela estendeu a mão gelada], é, ainda hoje eu tenho medo, meu Deus será que ainda vão me pegar também, me judiar, eu já tô velha não tenho muita coisa a perder. (SILVA, 05 ago. 2016).

Apesar do medo, *D.<sup>a</sup> Emília* conta sua história. Com as mãos frias e trêmulas, segue no desejo de tornar visível sua história. Assim, é capaz de nos indicar que as memórias que pareciam esquecidas, submersas pelos discursos autorizados ou pela história “oficial”, encontram um caminho alternativo para emergir e confrontar-se com uma memória que pretende ser hegemônica no processo da Guerrilha do Araguaia.

Sobre isso, refletimos que as fronteiras da memória hegemônica sobre a Guerrilha também são tênues, pois os trabalhadores rurais seguem disputando espaços e nas *brechas* construídas pela memória que pretende ser representativa do processo, buscam afirmar sua

versão do período, através do fio que interliga suas experiências de vida e o direito de narrar sua história.

Mas, qual o sentido do passado documentado pelas Comissões da Anistia e da Verdade?

Nunca é demais lembrar que o espaço em que essas comissões se apoiam é a esfera pública, ou seja, o Estado. Assim, ao buscarem apontar e reparar as violações aos direitos humanos, praticados durante a ditadura civil militar, igualmente buscam apontar e reparar crimes cometidos *pelo Estado*.

De qualquer forma, ouvir as narrativas dos trabalhadores do Araguaia, permanece uma tarefa importante para a historiografia, em especial para aquela que se preocupa em discutir as questões relativas ao Trabalho e aos Movimentos Sociais. Neste sentido, oferecemos nossa contribuição na presente dissertação, em três capítulos.

No primeiro, procuramos evidenciar as experiências de vida e os modos de viver peculiares aos trabalhadores da região do Araguaia. Sobre este contexto, situamos as vivências *antes* da eclosão da Guerrilha, destacando nestas a relação com a terra e as práticas sócio culturais pertinentes aos sujeitos. Finalmente, situamos, a partir daqueles modos de vida, as leituras apresentadas acerca das relações estabelecidas com os militantes do PCdoB e com o exército.

No segundo capítulo, buscamos os registros de memória acerca das experiências vividas *durante o confronto*. Aqui, procuramos perceber os impactos provocados pelo conflito no modo de viver dos sujeitos, bem como os impactos pessoais e familiares decorrentes do cerceamento e da violência impingida pelo exército aos trabalhadores rurais, à época da Guerrilha.

Para nosso terceiro capítulo trouxemos à luz o *depois*. Registramos as trajetórias de vida dos sujeitos entrevistados, seus embates e desafios para *recomeçarem* suas vidas após os traumas e as perdas perpetradas pelo exército.

Finalmente, a título de encerramento, apresentamos nossas considerações finais, apontando nossos próprios desafios para a conclusão da pesquisa, bem como o aprendizado advindo do processo.

## CAPÍTULO 1.

### REMONTANDO O CAMINHO: OUTROS OLHARES, OUTROS SUJEITOS, OUTRAS HISTÓRIAS

O confronto armado, denominado por *Guerrilha do Araguaia* “aconteceu” em meio a florestas e generosas águas fluviais. Geograficamente, pode ser circunscrito às margens do Rio Araguaia, na divisa entre o Estado do Pará e o antigo norte goiano, hoje Estado de Tocantins. Do lado do Estado do Pará, o cenário natural contava com a Serra das Andorinhas e suas gigantescas cachoeiras.

MAPA 1: “Região onde ocorreu a Guerrilha do Araguaia”

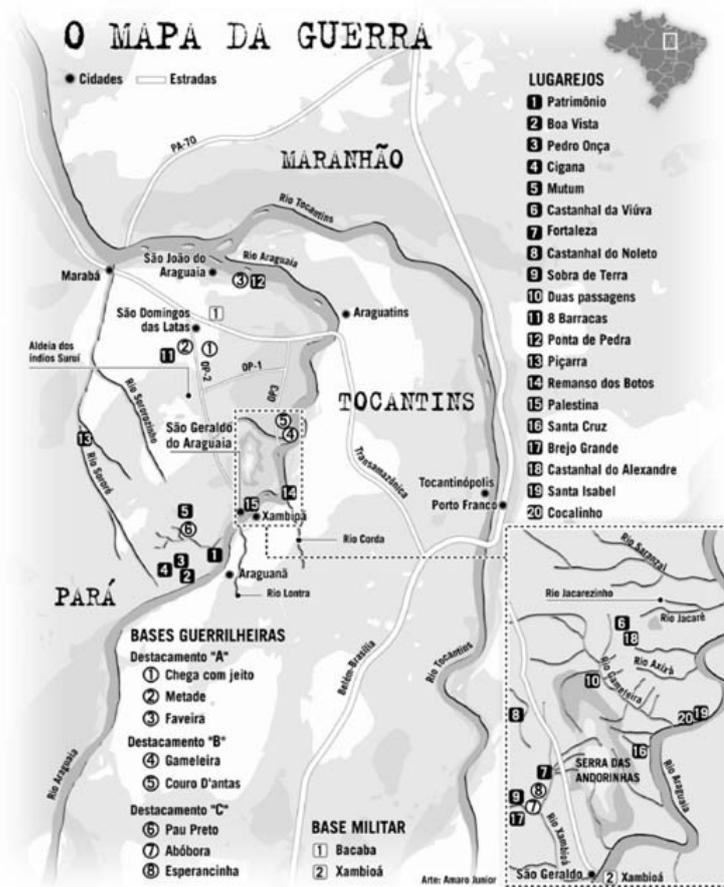


Fonte: UOL Notícias (2014).

Além do conjunto natural, também foram palco do conflito cidades do entorno, como Marabá, São Domingos do Araguaia e São Geraldo do Araguaia, no Pará, e Xambioá, no norte goiano, todas ladeadas, à esquerda e à direita, pelo Rio Araguaia.

A Guerrilha do Araguaia iniciou-se tendo como área de atuação o interior do país, na vasta região conhecida como *Bico do Papagaio*. Nos anos mais tensos do conflito, centralizou-se na região mais próxima às cidades de Xambioá e São Geraldo do Araguaia, ambas divididas pelo Rio Araguaia.

MAPA 2. “O Mapa da Guerra” – Bases guerrilheiras e militares



Fonte: Guerrilha do Araguaia, ontem e hoje, 2010.

Com base no exemplo da China, os militantes procuravam arregimentar a população local, atraindo-a para a luta revolucionária. Em conformidade com a cartilha *Guerra popular – caminho da luta armada no Brasil*, veiculado pelo comitê central do Partido Comunista do Brasil, em 1969 (O COMITÊ, 1969), a adesão à causa significava não apenas uma libertação individual do sistema opressor, mas uma subversão aos valores que regiam a sociedade, proporcionando uma transformação em todo o país. A estratégia militante pressupunha a formação de uma aliança entre campo e cidade, capaz de promover a catalisação das forças sociais em torno da revolução.

A Guerrilha do Araguaia ainda é um tema bastante controverso, especialmente se considerarmos as várias construções que existem a seu respeito. No entanto, parece não haver dúvida quanto ao fato do movimento ter sido violentamente reprimido pelas forças armadas, que comandavam o país desde 1964. O “período de chumbo” do Brasil será lembrado pela supressão dos direitos civis e políticos da população, a despeito da fachada de legalidade que

mantinha à distância as prisões e os porões de torturas e assassinatos. Conforme observou a Arquidiocese de São Paulo, em 1985,

Na verdade, embora a tortura seja instituição muito antiga no país e no mundo todo, ela ocupou, no Brasil, a condição de instrumento rotineiro nos interrogatórios sobre atividades de oposição ao regime, especialmente a partir de 1964. Após aquele ano, sua aplicação sobre opositores políticos não foi um elemento ocasional, nem esteve desligada de toda uma estrutura de poder hipertrofiada com o cimento do autoritarismo. Se a tortura pôde se transformar em fato cotidiano da vida nacional, é porque todas as estruturas do Estado passavam por um processo correspondente de endurecimento e exclusão do direito de participar. (ARQUIDIOCESE, 1985, p. 53).

A sociedade civil era vigiada e impedida de questionar o governo dos militares. A elite das Forças Armadas era o único grupo autorizado a pensar e encaminhar as questões nacionais, de modo que qualquer expressão ou ação em contrário era rapidamente contida em nome da manutenção da “ordem” no país.

Foi, pois, nesse contexto conturbado, de restrição e de torturas que se articulou o movimento de resistência armada ao regime militar, encabeçado pelos membros do PCdoB. Para tanto, escolheram a região do Araguaia como local que reunia as condições necessárias para que o movimento alcançasse êxito. Como podemos perceber no relato de Ângelo Arroyo<sup>9</sup> (1974), militante do partido, as razões para a escolha do local foram as seguintes:

A região do Araguaia oferece condições propícias. É zona de mata, e na mata o inimigo não pode usar tanques, artilharia, bombardeio aéreo de precisão, etc. Tem de estar de pé como o guerrilheiro. É uma zona de massa pobre e explorada (frente pioneira de penetração da massa camponesa sem-terra), circundada por povoados e cidades pequenas e médias também de grande pobreza. (ARROYO, 1974, p. 61).

Observe-se que um dos fatores destacado por Arroyo foi a presença da mata: local que permitiria a *igualdade com o inimigo*. Além disso, há que ressaltar o fato de que a mata também é capaz de garantir alimentos naturais, proporcionar uma barreira natural, pois não é possível a presença de carros ou tanques. Finalmente, a mata exige conhecê-la para se ter êxito na perseguição de alguém.

Se, por um lado, os militantes do Partido Comunista do Brasil empreenderam os preparativos para iniciar uma resistência armada na região, levando muitos militantes a

---

<sup>9</sup> O “Relatório Arroyo” foi escrito pelo guerrilheiro Ângelo Arroyo, em 1974, com o objetivo de reportar ao Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, suas memórias sobre a luta no Araguaia. O relatório foi veiculado, posteriormente, pela Comissão da Verdade, em 2009, mantendo as características originais do texto. O documento pode ser acessado na íntegra através do link: < <http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/upload/010-relatorio-arroyo.pdf>>

habitarem as matas do Araguaia, por outro, as forças armadas organizaram uma operação de guerra que visava desarticular qualquer movimento contra o regime, tendo por objetivo *aniquilar* os “revoltosos”.

Conforme se depreende em documento de 1972, compilado por Moraes e Silva (2005), é claro o planejamento tático das forças armadas com relação aos militantes esquerdistas, considerados subversivos e taxados de “o inimigo interno”. Em trecho a seguir, podemos acompanhar o planejamento em curso, com o objetivo de deter as ações desenvolvidas contra o regime, na região do Araguaia:

As ações de informação e de combate na Região Marabá - S Geraldo foram iniciadas com um informe recebido do CIEX... dando conta de uma possível base de treinamento de guerrilha rural nessa área [...] Segundo os relatórios dos órgãos de Segurança, esta região teria sido eleita pelas organizações subversivas em atividades no país, como a da mais alta importância para a iniciação da ação no campo. O denominado “BICO DO PAPAGAIO”, face as condições ambientais favoráveis, que oferece à implantação e ao desencadeamento da guerrilha rural, há muito tempo vem atraindo as atenções e os cuidados dos nossos órgãos de Segurança. O aparecimento dos “paulistas”

[...] sendo uma área extensa e de difícil acesso e que vinha sendo trabalhada pelo inimigo interno, há mais de cinco anos, não será fácil limpá-la totalmente a curto prazo, daí a continuidade de nossa presença na área em operações sucessivas, na busca do objetivo final: desorganização, captura ou destruição do inimigo. (MORAIS; SILVA, 2005, p. 08).

Cabe, a seguir, observar o que as memórias dos trabalhadores rurais da região, tem a dizer. Conforme foi possível depreender de suas entrevistas, a chegada dos “paulistas” – referência dada pelos militares aos militantes que se mudavam para a região – ocorreu na década de 1960. Sua presença se registra no Araguaia no momento em que a terra era ocupada pelos trabalhadores rurais, sem o interesse de comercializá-la, para prover seu próprio sustento. É o que dizem o *Sr. Raimundo Nonato Alves de Oliveira* e de *D.<sup>a</sup> Maria das Neves*:<sup>10</sup>

[...] Isso aqui não tinha dono na época não, isso aqui você tirava a terra onde você queria, aí ia trabalhar, tiramos um pedacinho e fomos trabalhar, aí quando foi em 69 nós tava morando lá nessa terrinha. (OLIVEIRA, 04. Ago. 2016).

---

<sup>10</sup> A entrevista de D.<sup>a</sup> Maria das Neves, utilizada nesta Dissertação, foi concedida à Vandré Fernandes, para a composição do documentário “**Camponeses do Araguaia**: a guerrilha vista por dentro”, produzido em 2010 pela Oka Comunicações e pela Fundação Maurício Grabois. A referência completa encontra-se ao final do trabalho, na listagem da documentação utilizada.

[...] Lá nesse tempo não tinha dono de terra, lá a gente tirava o tamanho que a gente queria, só aberando o garapezinho e pronto. Tocava a vida que queria, não tinha perseguição na sua vida. (NEVES, 2010).

As lembranças do *Sr. Raimundo Nonato* e *D.<sup>a</sup> Maria das Neves* se apoiam na ideia de “recomeçar a vida”. No tempo do antes, havia a expectativa de possuir a própria terra, de viver sossegadamente da lida com o chão, de trabalhar na lavoura e dela retirar o sustento. Trata-se de um tempo em que *um modo de vida muito específico* era possível.

Postas da forma como foram trazidas ao presente, as memórias acima nos levaram a algumas questões: era possível, naquela região a retirada de pedaços de terra, *sem conflitos*? As terras não tinham donos? Eram do Estado? Como era a relação entre aquele morador que já estava na região com quem chegava depois? Por outro lado, se colocarmos a Guerrilha como elemento mediador do tempo, como os moradores representam a região antes e depois desse conflito?

Deste modo, buscamos entender como teria sido a relação entre os moradores locais e os militantes na década de 1960. Para tanto, através das entrevistas procuramos traçar o perfil dessas relações, a fim de entender como os trabalhadores rurais representavam "os paulistas". Em entrevista para nossa pesquisa, o *Sr. José Costa de Sousa* refere-se aos “paulistas” como “*aquele pessoal*” e, ao ser perguntado se tivera alguma proximidade com eles, nos informa que:

Ninguém sabia nada, esse povo eu via lá na Santa Cruz, eu falei que onde eu vi eles primeiro em 1968 no final do ano, eu via eles como pescador, explorador de garimpo, que era o que eu via eles mexendo para mim, eu não conhecia, tem uns pecadores na casa do Vicente Moge, lá na casa do Dorão, Felipe né. Eles ficavam na casa deles, tem uns pescadores, outros diziam não, eles estão explorando garimpo aí na Serra das Andorinhas. Para mim eram pessoas simples, igual era eles e tudo, e realmente eram né, eles só eram mais sabido do que eu, eu não sabia de nada e eles sabiam. Formado, além deles serem formados, eram informados, nós é que não sabia de nada. (SOUSA, 02 ago. 2016).

Outro entrevistado, o *Sr. Manoel Alves de Sousa*, 68 anos, morador da região do Araguaia na década de 1960, ainda com relação ao convívio com "aquele pessoal", nos disse que:

Eles [o Exército] procuravam se nós conhecia o “pessoal” né, você conhece fulano de tal? Você conhece alguém desse povo? Eu disse, rapaz eu já vi assim, tinha uns aqui que morava dentro da cidade, que nesse tempo não era cidade, hoje é. Mas eu vi uns que o povo falava, que era eles, realmente eles pegaram eles mesmo, que era a Dina e o Osvaldão, também teve uma aí, mais só, eu não tive contato, pra dizer assim conhecimento de ter relacionamento

de conversa, não, com eles não tive contato de jeito nenhum. (SOUSA, 03 ago. 2016).

Tanto o Sr. José Costa de Sousa quanto o Sr. *Manoel Alves de Sousa* referem-se aos militantes como “*esse povo*” ou “*esse pessoal*”. A forma de tratamento nos pareceu uma tentativa de distanciamento, pelo menos em parte, dos moradores locais com os militantes que se deslocaram para o Araguaia.

Leitura oposta, é apresentada pela memória dos militantes, aqui registrada através da descrição de Ângelo Arroyo, reportando-se à relação com os trabalhadores rurais inclusive depois de uma ação militar na região em busca dos “paulistas”:

O êxito maior da nossa atuação nesse período de trégua foi a ligação com as massas. Estendeu-se nossa influência entre o povo. Ganhamos muitos amigos, e não era só apoio moral. A massa fornecia comida e mesmo redes, calçados, roupas, etc. E informação. Contávamos com o apoio de mais de 90% da população. A fraca presença do inimigo na área e a nossa política correta no trabalho de massas proporcionaram esses êxitos. Os guerrilheiros, todos eles, eram bastante estimados pela massa. Os de maior prestígio eram: Osvaldo e Dina [...] Os guerrilheiros ajudavam as massas no trabalho de roça. O “Romance da Libertação” era recitado pela massa. (ARROYO, 1974, p.10).

As memórias dos trabalhadores rurais estão emaranhadas numa representação da memória defendida pelos militantes e, a partir dela, foram sendo construídos significados. Inclusive, com a projeção de imagens míticas como, por exemplo, de que os combatentes Dina e Osvaldão, tinham a capacidade de se transformarem pedra para *enganar* os militares.

A relação da memória com um tempo imemorial, serve para organizar e definir um lugar social para a figura desses militantes e reforçar laços afetivos que foram construídos em torno deles. Da mesma forma, na propagação de que eram pessoas “simples e boas”, busca-se difundir que foram acolhidos pela população local da região do Araguaia.

A memória defendida e propagada pelos militantes, busca construir uma representação relacional com os trabalhadores rurais no Araguaia, marcada pela amizade e proximidade. É esta, ainda, a representação oferecida pelas memórias do guerrilheiro Glênio Sá<sup>11</sup>, publicadas postumamente em 1990:

Tinha um vizinho, o Sr. Joaquim, muito vivo e perspicaz. Osvaldão, quando nos apresentou, disse que era bom de juquirá (corte do mato com facão), coisa que eu não tinha nenhuma experiência. Seu Joaquim logo percebeu isso ao

---

<sup>11</sup> As memórias reunidas na obra dão conta da participação do militante do PCdoB Glênio Fernandes de Sá (1950-1990) na Guerrilha do Araguaia, da qual foi um dos poucos presos que sobreviveram às torturas e violências praticadas por seus captores. (Cf. SÁ, 1990).

apertar minha mão. Fez um ar de riso e retrucou: – Ele deve ser bom mesmo é de caneta! [...] Nossos vizinhos acabaram sendo nossos professores. Darci, um deles, me ensinou como encontrar inhame. Levou-me à nossa capoeira (roça velha) e mostrou alguns pés. Explicou que era preciso ter cuidado para não arrancar as batatas do solo para não perder os fios que serviam de ligação entre elas.” (SÁ, 1990, p. 7).

É possível que os trabalhadores rurais do Araguaia, tenham recebido os novos moradores com certa cautela, pois sabiam que estes não eram pessoas que compartilhavam da labuta da terra, como eles. No entanto, os militantes intentam retratar os trabalhadores rurais como pessoas hospitaleiras, que receberam os novos moradores, “os paulistas”, sem reservas e com estima. Essa perspectiva é incorporada por Romualdo Pessoa Campos Filho, em dissertação apresentada em 1997:

Os militantes do PCdoB procuraram adaptar-se ao universo camponês, apesar da inexperiência da maioria, retribuindo a acolhida da população local com amizade e atendendo-a naquilo que ela mais precisava e não tinha a quem recorrer [...] Tornaram-se, por isso, bastante conhecidos da comunidade. Tanto os que chegaram primeiro, como os que foram para a região posteriormente conseguiram entrosar-se bem, sendo até hoje lembrados e citados como se conhecidos fossem desde há muito tempo. (CAMPOS FILHO, 1997, p. 87).

Não obstante, no que se refere ao processo estudado por nós observamos que os discursos, tanto dos que buscam validar a leitura da esquerda representada pelo PC do B, quanto os que corroboram a ação do Exército, reafirmando sua interpretação, devem ser tratados como falas de sujeitos, localizadas historicamente e, que por isso mesmo, defendem interesses específicos à época de sua construção.

Na perspectiva posta pela memória dos militantes, é notória a ideia de que os moradores do Araguaia teriam amplamente se integrado ao movimento armado. Nesta leitura, os trabalhadores rurais são agrupados à causa revolucionária, simplesmente aderindo ao projeto dos guerrilheiros:

[...] os hinos da guerrilha, elaborados lá mesmo, eram cantados pela massa. Nas sessões de terecô (candomblé) se faziam cantorias de elogio à guerrilha. O primeiro aniversário da luta guerrilheira foi comemorado com a participação de elementos de massa. Na área do Destacamento A, fez-se reunião com a massa (mais de 50 moradores) para discutir medidas contra o Inca. A massa achava que o Inca era nova forma de cativo. Criaram-se, em toda a região, 13 núcleos da ULDP. Antes da terceira ofensiva do inimigo, o trabalho junto a outras forças havia se estendido. Ampliaram-se os contatos com comerciantes, religiosos etc. Na propaganda, alcançou também êxito o folheto A vida de um lavrador, literatura de cordel da autoria de Beto (Lúcio

Petit da Silva). Uma composição musical em ritmo de toada local (Iindô), da autoria de Osvaldo Peri (Pedro Alexandrino de Oliveira), alcançou êxito. A Rádio Tirana era ouvida por muitos elementos do povo e seus comentários eram bem recebidos. Aderiram à guerrilha, como combatentes, vários elementos da massa: em dezembro de 1972, entrou um; em abril de 1973, um; de junho em diante entraram mais cinco no A; dois no B; e dois no C. Uma boa parte da massa realizou tarefas ligadas à atividade guerrilheira. (ARROYO, 1974, p.11).

Certamente, as ações dos militantes poderiam se imbricar aos interesses da população do Araguaia. Todavia, nossa pesquisa demonstrou que estes não eram os interesses diretos dos moradores locais. Faz-se necessário, portanto, atentarmos para o caráter das construções mnemônicas, procurando não reproduzir os discursos de dominação/subordinação, mas, compreendendo a história como algo vivo, numa dinamicidade própria da época em estudo, como nos adverte Déa Fenelon:

Para não perpetuarmos visões de um passado mistificado, com acontecimentos cristalizados, com periodizações que pouco tem a ver com as perspectivas que queremos desvendar, há que definir uma concepção de presente, que nos permita atribuir significados ao passado, e mais, que nos oriente em direção ao futuro que queremos construir, ou estaríamos traduzindo em conservadorismo social o culto pelo passado e transformando a memória em instrumento de prisão e não libertação, como deve ser. (FENELON, 2009, p.29).

É nesse sentido que procuramos dar mobilidade à memória social dos trabalhadores rurais, retirando-a da moldura construída sobre a Guerrilha do Araguaia, seja aquela que privilegia a visão dos militares, seja a que privilegia a visão dos militantes<sup>12</sup>.

Optamos por seguir o caminho de desconstrução da memória coletiva como hegemônica e consensual, conforme nos propõe Alessandro Portelli (1997), para quem a memória é um constructo que se molda de acordo com o tempo, por interesses políticos e culturais. Ou seja, o indivíduo participa da construção social, interagindo com o meio, e a partir daí faz e refaz suas formulações e, através de suas experiências vividas, elucida sua visão de mundo.

Deste modo, se por um lado as memórias individuais estão emaranhadas às memórias ditas *oficiais*, por outro, se apresentam como memórias alternativas, não contempladas pela história que ainda prevalece. No caso de nossa investigação, as memórias dos trabalhadores rurais nos permitiram observar o espectro das histórias esquecidas, ou histórias silenciadas,

---

<sup>12</sup> Vale dizer que até a última década do século XX, o que se conhecia sobre a Guerrilha do Araguaia era o que havia sido difundido pelo Exército, ancorado na ideologia de combate ao comunismo.

pelas narrativas promovidas por militantes ou militares as quais buscaram afirmar suas memórias como representativas do processo.

Assim, acreditamos que por meio das narrativas dos trabalhadores rurais, o espaço pode ser aberto, tornando-se o elemento refutável de uma memória que pretende enquadrar os moradores locais dentro da perspectiva militante e/ou militar. Sob este viés, sua memória não se desvanece sob as memórias de grupos específicos atuantes no processo investigado, mas readquire o direito de contar sua própria história.

Registradas sob narrativas orais, as memórias também nos colocam a necessidade de refletir com e na produção da fonte oral. Não para engrossar o arcabouço das visões macro ou para encaixá-los em teorias e modelos – pois lidar com a fonte oral, em nossa perspectiva, não implica em transformá-la em historiografia –, mas fazer do exercício entre entrevistado e entrevistador, um caminho de aproximação das experiências e memórias dos trabalhadores rurais que viveram no Araguaia, à época da Guerrilha.

Através na nossa própria escrita, buscamos trazer à luz outras expectativas de leitura, que não somente aquela voltada para a reparação social, mas também para a reparação histórica: o exercício de atribuir espaço à reconstrução das memórias daqueles trabalhadores rurais, cidadãos com igual direito à memória social, urgentes de serem reconhecidos também sujeitos do processo histórico Guerrilha do Araguaia.

Ora, observando as cidades de São Geraldo do Araguaia e Xambioá, nas quais concentramos nossa pesquisa, percebemos que à época do conflito possuíam uma população com pouca assistência do poder público. Naquelas cidades, como no restante do entorno, a economia baseava-se em lavouras de subsistência e no extrativismo, sobretudo de coco babaçu, madeira e castanha.

Em se tratando da experiência rural, até a década de 1970 não havia um limite fixo entre “campo e cidade”, permitindo um modo de viver entrelaçado às práticas costumeiras de trabalho na roça, conforme a memória do *Sr. Antônio Alves de Sousa*:

Eu vim pra cá na era de 1953 [...] A época de 1953 até 1976 eu estava no Pará, eu tava aqui na mata na região de São Geraldo, nesse tempo era município de Conceição do Araguaia. Eu mexia com lavoura, tinha uma área de chão, eu comprei uns direitos em 1968 [...] Nós plantava, tinha roça [...] mas eu tinha minha roça boa, meu alqueire de mandioca, tinha meus paióis de arroz, de milho, de fava, feijão, farinha. Fornecia castanhal, aqueles proprietários de castanhal, aqueles camponeses que trabalhavam na região, trabalhavam e faziam aquela lavoura de roça e aí a produção de farinha essas coisas a gente fornecia para o castanhal vender para os povos, fornecer os castanheiros para tirar as castanhas. (SOUSA, 03 jul. 2016).

No tempo recuperado pela memória do *Sr. Antônio*, a paisagem da região era “plena”: terra fértil, alimentos cultivados, castanhais, fabricação de farinha, etc. Da mesma forma, as relações de trabalho se davam numa variedade de serviços como: plantação de roçado, produção de farinha, colheita de castanha-do-pará e de coco babaçu, a pesca, o comércio.

Todavia, quando nos diz "*eu comprei os direitos*", é importante registrar que a expressão não significa, literalmente, a compra da terra. Para os trabalhadores rurais entrevistados, o valor conferido ao “chão” derivava da *benfeitoria* realizada no solo. Assim, como esclarece o próprio *Sr. Antônio*, em outro momento da entrevista " [...] aqueles que comprava o direito era assim [...] não quisesse mais ficar aqui[...] eu vendia aquele direito do serviço, aquele serviço que eu tinha, não vendia a terra". (SOUSA, 03 jul.2016).

Como nos revelou o *Sr. Antônio*, os trabalhadores rurais adquiriram as terras para plantar da seguinte forma:

Muitas vezes nós morava naquele lugar e a mata era muito grande, e aí morador não tinha naquela região [...] aí chegava uma pessoa que não tinha terra, aí a gente como já era morador naquele lugar e tava mais apumado um pouco, já tinha uma rocinha, tinha alguma criação... Chegava um companheiro com precisão, rapaz tira aqui oh, ele pegava naquela mata, fazia aquela picada, fazia aquela área de chão de 10 alqueires, 20 alqueires, conforme fosse, aí ficava morando. (SOUSA, 03 jul. 2016).

A memória resgata uma espécie de equilíbrio entre o trabalhador que chegava com o aquele que já estava assentado na região. Estabeleciam-se relações de reciprocidade e acolhida com aquele "companheiro com precisão" que vinha de outro lugar, buscando atender às suas necessidades materiais.

O *Sr. José Costa de Sousa*, também registrou a vastidão de mata fechada, com poucos habitantes, quando se deslocou para o Estado do Pará em 1969:

Aí eu vim para cá em 1969, em 1969 eu atravessei para o Pará, era tudo brabo, é, para São Geraldo. Existia duas carreirinhas de casa na beira do rio, praticamente ajudei amansar aquelas matas ali. Daí para sair na PA 150, que é a estrada que vai de Marabá a Conceição do Araguaia [...] Mexia com roça nessa terra, é dez alqueires de terra na beira do rio Tira Catinga. (SOUSA, 02 ago. 2016).

A narrativa do *Sr. Manoel Alves de Sousa* também nos deu conta de sua chegada na região e o trabalho que por ali desenvolveu:

Nós viemos de Passagem Branca do Maranhão [...] nós ficamos numa região que chamava Grota Vermelhada [...] Aí quando foi em 1966, nós mudamos de lá pra aqui para São Geraldo em 1966, meu pai veio e eu também, minha mãe tudo junto com a família. Quando nós chegamos aqui em São Geraldo, nós

agradamos de umas terras, terra muito boa, papai comprou a terra, 15 alqueires do senhor de Cícero Carneiro [...] Tinha plantado milho, arroz, mandioca, feijão, cana, todo cereal assim, abóbora, coisa de fruta, coisera mesmo, pois é, nós vivia da lavoura, meus pais só foram lavrador, até que Deus levou a todo dois, e eu fiquei lavrador até hoje, só não tô porque não tenho terra, não tenho terra, aí trabalho para os outros. A terra tinha muita fartura, porque naquela época ninguém ia produzir assim muito legumes, porque nem era vendável não o legume, mas para despesas, assim para nosso mantimento, para despesa de nosso alimento dava que sobrava de uma ano no outro. (SOUSA, 03 ago. 2016).

De acordo com as memórias, o espaço possuía uma “fronteira móvel”, pois sem delimitações geográficas ou normas impostas por órgãos administrativo aos moradores. Assim, é dentro deste espaço em que é possível se locomover livremente, “indo e vindo”, que procuramos perceber os modos de viver dos sujeitos que partilharam as experiências de aproximação e lutas por autonomia nesse espaço fluido.

O elemento que se destaca é a lavoura. Ela significava o sustento do trabalhador rural, pois dela se retiravam, “com sobra”, os alimentos do cotidiano. O excedente servia para adquirir o que não era lavrado na terra:

[...]Todos nós botava nossa lavoura e cada qual tocava um ponto assim, o nosso beneficio que nós tinha, nossas coisas que nós tinha, como bem os cereais, aquilo a gente vendia, quando a gente produzia muito, a gente vendia aquela parte daquele cereal para o comércio que era para sobreviver em outra coisa que a gente não tinha né, como bem comprar o sal, comprar uma roupa, comprar uma ferramenta qualquer [...] vendia para os castanhais, que aquele dinheiro a gente ia comprar outras coisas que da necessidade a gente não produzia lá na mata. (SOUSA, 03 jul. 2016).

As memórias dão conta de que era pela ocupação da terra na região e seus desdobramentos, que se estabeleciam práticas rotineiras constituintes e instituintes de um modo de viver específico desses trabalhadores. Era no manejo desse chão, com a roça, que os trabalhadores rurais viviam e construíam suas experiências na região do Araguaia.

Igualmente, as experiências compartilhadas permitiam níveis de reciprocidade e partilha, expressos especialmente nos momentos em que os trabalhadores percebiam a necessidade do “outro”. Uma necessidade que também já havia sido “sua”, constituía a porta para o acolhimento forjando formas diferenciadas de relacionar-se uns com os outros. Dessa maneira, laços afetivos foram sendo delineados, costurando os acordos sociais entre os moradores daquela localidade.

No entanto, já no início da década de 1970, aquele modo de vida se transforma drasticamente. Os trabalhadores rurais que habitavam a região perdem, inclusive, o direito de ir e vir.

Os entrevistados para a presente pesquisa nos informaram que no final da década de 1960, a região do Araguaia já estava habitada com um significativo número de trabalhadores rurais. A partir daquele período, de acordo com a memória dos entrevistados, registra-se a chegada de pessoas desconhecidas, diferentes daqueles que viviam no lugar e que, para os trabalhadores rurais, eram vistas como pessoas que queriam trabalhar na terra. É o que nos disse o *Sr. Antônio Alves de Sousa*, quando perguntado sobre a chegada desses "novos" habitantes na região:

Chegaram assim como camponês, como pessoas que estava a procura de compração de terra e igualmente compraram mesmo, elas compraram do Raimundo Cantuária [...] chegou como camponês, igualmente um vizinho mesmo que a gente pensava que era vizinho. (SOUSA, 03 jul. 2016).

A memória do *Sr. Darci Alves Taveira*, vai na mesma direção. Porém, já no final da narrativa, nos contou que “[...] o pessoal vinha na nossa casa [...] conversava, o pessoal era satisfeito, conversa satisfeita com a gente, normal, batia papo e sai de novo, mas ninguém sabia quem era não. Depois que a força armada firmou que eles eram terroristas.” (TAVEIRA, 02 jul. 2016).

Nas falas acima, percebemos que a chegada, em primeiro momento, não acarretou mudanças no cotidiano dos trabalhadores. Pareceu-nos, ao ouvirmos os relatos, que a receptividade era traço comum nos relacionamentos sociais dos trabalhadores da região, especialmente entre os pares. Afinal, conforme afirmou o *Sr. Antônio Alves de Sousa*, “aquele pessoal” foi recebido como “camponês”.

A chegada das forças armadas, porém, muda a relação e a nomenclatura. Como nos disse o *Sr. Darci* no momento em que as Forças Armadas chegaram na região, as pessoas agradáveis, de fala satisfeita, são agora nomeados de *terroristas*. No entanto, a nova nomenclatura pouco diz aos trabalhadores rurais que as ouve. Como afirma *Sr. Raimundo Nonato Alves de Oliveira*, não se sabia, exatamente, o que eram “terroristas”:

[...] aí foi quando aconteceu esses problemas que apareceu aí, que a gente nem sabia daquilo né, uma tal de guerrilha, o que eles chamavam de terroristas. Oxente, o quê que é terrorista? Eu nunca vi falar em terrorista, naquele tempo ninguém conhecia nada, aí chegaram aquele povo pra aí, aqui para a região pegando um pessoal que já tinha aqui também que a gente não sabia, só que era pessoa boa, eu não vou dizer que era pessoa ruim porque nunca me fizeram mal, nunca vi eles fazerem mal a ninguém, eu não vou dizer que eles eram

pessoas ruins, porque ruim é aquela pessoa que faz mal a gente, mas eles nunca me fizeram mal, nem a mim nem a minha família, nem ou outros que eu nunca vi. (OLIVEIRA, 04 ago. 2016).

A nova palavra e os novos sujeitos que ali a trouxeram, representam, na verdade, a ruptura com o modo de vida dos trabalhadores da região e não os desconhecidos anteriores, de “fala satisfeita”. A nova realidade de desconfiança e guerra, imposta pelos militares, impõe uma série de transtornos ao cotidiano, redimensionando as relações e a própria vida.

[...] nós mexíamos era vendendo mercadoria, nós tinha dois burros, aí nós viemos para Marabá comprar mercadoria, trazia e vendia para os posseiros. Aí que nem dessa vez, dessa primeira vez, nós tínhamos ido para Marabá comprar mercadoria, eu não lembro a quanto do mês, eu sei que era novembro que era para vender em dezembro, nós vendia café, era roupa, tecido que não era roupa feita, era o pano né, era açúcar, óleo, essa coisera né, nós comprávamos coco, também vendia e comprava mercadoria. Aí quando nós viemos de Marabá, em 1971, só não me lembro a data do mês, sei que era novembro de 1971, aí já topamos a federal, já desacatou tudo, aí já não sei mais nem dos burros pra onde foi, acabou, acabou a mercadoria, jogaram tudo pelo chão, espatifaram tudo, tudo, aí disse que nós já ia levando aquilo era para outro povo, que nós nem conhecia esse povo né, disse que estava lá (na mata) e que tinha esse povo lá que tinha ido, que era pra matar todo mundo, mas, eu não sei quem é esse povo, aí já pegaram meu marido, já começou o destroço, aí bateram, judiaram. (SILVA, 05 ago. 2016).

Considerando o teor das lembranças tecidas acima, é importante registrar que a memória é social e seus fios se estendem, construindo uma teia de compartilhamento que envolve desde a lembrança única do sujeito até as forças políticas e ideológicas, colocadas em movimento em determinada época ou período. Contudo, ela é, também, uma construção que é dada a conhecer ao historiador. Por meio da memória do indivíduo, que tem interesses outros, que não aqueles que o pesquisador deseja satisfazer em sua investigação, essa construção se realiza. Assim, toda narrativa de memória é, igualmente, cheia de armadilhas. Conforme nos alertou Alessandro Portelli, “[...] enquanto os historiadores estão interessados em reconstruir o passado, os narradores estão interessados em projetar uma imagem” (PORTELLI, 2004, p. 300).

Na ocasião em que iniciamos nossa proposta de pesquisa, vivenciava-se um período em que as demandas para a construção da *verdade* sobre o período da ditadura civil-militar estavam latentes, tanto em relação à política nacional quanto à história dos moradores da região do Araguaia. Assim, na época, também compartilhamos com a aspiração de desvelar as agruras do sistema governamental imposto à sociedade a partir de 1964. Porém, as considerações de Maria

Célia Paoli, acerca na noção de Patrimônio Histórico nos fizeram refletir sobre algumas questões:

[...] Parece claro que uma sociedade onde se pensa que tudo pode ser destruído ou conservado, tem uma noção de história – passado e presente – completamente abstrata. Nestas condições, ela não é uma forma de conhecimento, não é um chão de enraizamento, não se produz como referência com a qual se possa refletir sobre a experiência social. Isto aponta claramente para uma sociedade destituída de cidadania em seu sentido pleno, se por esta palavra entendermos a formação, informação e participação múltipla na construção da cultura, da política, de um espaço e de um tempo coletivos. (PAOLI, 1992, p. 26).

Estendemos a leitura apresentada por Paoli ao processo de construção da *verdade* sobre o período da ditadura. Importa, diante das pressões do presente, refletir igualmente sobre a importância de nosso ofício, de nossas convicções e atuações no campo social. Da mesma forma, as considerações de Rémond (2002), nos convidam a refletir sobre nossa atuação nas demandas do presente, lembrando-nos do compromisso social do historiador:

[...] É a confusão dos papéis: os magistrados se fazem historiadores, e pede-se aos historiadores que se tornem magistrados. Tudo isso nos convida a uma profunda reflexão sobre os limites de nosso poder, sobre a relatividade das conclusões às quais chegamos, sobre a exigência da verdade, sobre nossas responsabilidades sociais. Não podemos proceder, como fazem tantas vezes os intelectuais, sem nos preocuparmos com as consequências de nossos atos. [...] Mas a história do tempo presente evoca importância da contingência e do fato: a história é feita de surpresas, mais de surpresas que de ardis. (RÉMOND, 2006, p. 206).

No exercício que envolve uma condição de diálogo com o presente – pois conhecer os sujeitos do passado implica em *conhecer quem somos* – compreendemos que o passado interage com o presente, de forma dinâmica, especialmente quando é trazido através das fontes orais, oportunizando aos sujeitos serem os narradores de sua história.

Refletir sobre isso, trouxe à tona nosso primeiro contato com o *Sr. Antônio Alves de Sousa* em sua casa, em Xambioá. Na segunda parte da entrevista, ele nos contou que ajudava pessoas que haviam sido torturadas e ou tiveram prejuízos materiais no período da ditadura civil-militar, a receberem indenizações. Sua participação nesse processo era de articulador entre a população local e a comissão de Anistia:

Eu represento o povo aqui em Xambioá, eu movimento com eles, com o pessoal da Comissão de Anistia, eu trabalho com eles aí [...] nós estamos com os advogados [...] e eu tô trabalhando junto com eles desse assunto [...] pra ajudar na indenização do povo, nada eu tô fazendo, unicamente, eu tô representando o povo pra eles, pros advogados, juntamente com o pessoal,

pego depoimento do povo, faço depoimento deles, faço recadastramento, cadastro tudo, tô ajeitando pra eles. (SOUSA, 03 jul. 2016).

Várias questões emergiram a partir daquela entrevista. Dentre outras, procuramos compreender o que movia o *Sr. Antônio* no presente, levando-o a se esforçar para ajudar sujeitos que sofreram e tiveram seus direitos cerceados com a Guerrilha do Araguaia. Cabia entender qual seria, enfim, o sentido de sua luta atual pelas indenizações dos moradores da região do Araguaia.

Pensar sobre essa questão, permitiu compreender que o *Sr. Antônio* buscava por uma exigência mínima de reparação para aqueles que tiveram vidas, bens e dignidades destruídos. Essa reparação se daria através de indenizações e publicação de suas vozes, mas também pelo esforço em reconhecer o sofrimento de seus descendentes que, de certo modo, ficaram marcados pelo medo e silêncio de seus pais e avós.

Comprendemos que o *Sr. Antônio*, ao conceder entrevista à nossa pesquisa, buscou um sentido para sua vivência, na inter-relação passado e presente, dando a conhecer a sua história de vida à outros sujeitos. Por outro lado, sua história também se articula com a memória mais ampla, o que nos remete às reflexões de Alistair Thomson (2001) sobre os pontos de intersecção da memória individual com a memória social:

Reelaboramos ou reprimimos memórias de experiências que ainda são dolorosas e “perigosas” porque elas não se ajustam facilmente à nossa identidade atual, ou porque seus traumas e tensões inerentes nunca foram plenamente resolvidos. [...] Compomos nossas memórias de forma que se ajustem ao que é publicamente aceitável – ou, se formos excluídos da aceitação pública geral, buscamos públicos restritos que afirmem nossas identidades e reconheçam a maneira pela qual queremos lembrar nossas vidas. (THOMSON, 2001, p. 86-87).

De acordo com o autor, no processo de afloramento das lembranças, as camadas da memória individual podem apontar para diversos caminhos, experiências externadas ou suprimidas que sinalizam para ramificações profundas na história de vida dos sujeitos sociais. Assim, percebemos que os recursos empregados pelo *Sr. Antônio* não foram “por acaso”. Ao contrário, apesar de nos informar sobre sua mediação junto à Comissão de Anistia, sua proximidade e movimentação não significavam, necessariamente, que sua versão do confronto não tivessem aspectos dissonantes da leitura da Comissão, em especial na representação que a instituição fazia dos moradores nesse processo.

Contudo, ainda como observa Thomson, “[...] o processo de recordar é uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história”. (THOMSON, 1997,

p. 57). O *Sr. Antônio* procura ligar sua história com a história dos demais, para que possa ser transmitida e alcance visibilidade em outros espaços. Por este motivo, busca ser a ponte entre os anseios dos trabalhadores rurais do presente e os objetivos da Comissão de Anistia. Dessa forma, procura uma identificação de sua história com a dos demais e, ainda, com a história representada pela Comissão.

Entretanto, este movimento não significa que fique subjugado aos interesses da Comissão, pois dentro dessa relação faz suas escolhas. Como exemplo, podemos citar que ele define quais são as pessoas que irão fazer os depoimentos para a Comissão da Anistia. Assim, ao selecionar as pessoas, também seleciona o que deve ser relatado.

Dito de outra forma, se ele “facilita” o trabalho da Comissão ao recolher os depoimentos dos moradores na região, por mais que as narrativas selecionadas se entrelacem aos objetivos perseguidos pela Comissão de Anistia, da mesma forma o *Sr. Antônio* se utiliza desse instrumento para demarcar o espaço das histórias dos trabalhadores rurais da região do Araguaia, selecionando o que deve e o que não deve permanecer.

Logo, passa pelo seu crivo as histórias de vida que são “agraciadas” para fazerem parte do processo de anistia. Igualmente, cabe à ele eleger quais depoimentos estão em acordo com o método que a comissão trabalha e quais deverão ganhar espaços nesse processo. Além disso, contribui com que *sua própria história*, junto à dos demais selecionados, ganhem visibilidade em outros espaços, como, por exemplo, *em nossa dissertação*.

Ao narrar sua história o *Sr. Antônio* busca vincular-se ao passado, que por alguns anos ficou silenciado, reelaborando seu presente e projetando sua imagem para o futuro. Neste movimento, as lembranças do passado carregam aspectos que ajudam a moldar as identidades no presente e prospecções de futuro. Como ainda salienta Thomson (1997), há uma via de mão dupla pois “[...] nossa identidade molda nossas reminiscências; quem acreditamos que somos no momento e o que queremos ser afetam o que julgamos ter sido” (THOMSON, 1997, p. 57).

Observamos que o quê identifica o *Sr. Antônio* com o grupo é a relação de reciprocidade, isto é, ele e os outros passaram por situações que modificaram sua vida cotidiana na região, à época da Guerrilha. Mas, também agora permanecem nas mesmas condições, lutando pelo reconhecimento de seus direitos, sobretudo, o direito de lembrar e narrar sua história. Não por caso, quando nos afirma “*nada, eu tô fazendo*” igualmente nos informa que não tem nenhum ganho econômico nos processos indenizatórios. Diferente dos advogados envolvidos, cujos honorários variavam entre 10% a 15% sobre o valor total. Para o *Sr. Antônio*, o principal interesse era uma demanda de cidadania, representada pelo reconhecimento do seu sofrimento e dos sofrimentos de seus companheiros.

Por todos estes motivos, o *Sr. Antônio* nos aponta para uma memória dissidente construída pelos habitantes da região do Araguaia, a saber: a memória dos trabalhadores rurais, na contramão das memórias pretendidas por grupos específicos sobre a Guerrilha. De fato, a memória dos trabalhadores parece não obedecer às normas estabelecidas “oficialmente” sobre o que deve ser rememorado.

Se por um lado seus depoimentos são incorporados às narrativas, balizando discursos que legitimam diferentes interesses e que, de certa forma, estão camuflados pelos agentes que “aspiram” reparar as injustiças sociais, por outro, o processo de Anistia tem, realmente, a possibilidade de averiguar as crueldades sofridos pelos trabalhadores rurais da região do Araguaia. Desta forma, pode oferecer um contraponto a memória *oficial*, que tem omitido o direito de cidadania a esses trabalhadores, excluídos ou ocultados da história pretendida hegemônica.

Sem dúvida, percebemos que as memórias são construídas e que, da mesma forma, os sujeitos sociais travam disputas em torno do direito à memória. Justamente por isso, a partir de discussões que colocam as demandas pelo reconhecimento do direito à memória dos trabalhadores rurais da região do Araguaia, entendemos que a luta pelo direito à memória é, também, uma reivindicação de cidadania.

Nesse sentido, as memórias dos sujeitos de nossa pesquisa buscam no cenário político do presente em que são construídas, as “reparações sociais” pelas atrocidades cometidas no período da ditadura civil-militar e postular seus direitos.

Muitos dos entrevistados possuem clareza das contradições protagonizadas pelo Estado. É o caso do *Sr. Manoel Alves de Sousa* que, retomando a lembrança das agressões sofridas à época da Guerrilha, nos disse: “[...] não tinha pra quem apelar, porque se foi o Exército quem mandou nós sair, aí a gente tem que apelar primeiramente pra Deus, depois pra justiça e eles foi quem mandaram nós se retirar, aí ficou difícil”. (SOUSA, 03 ago. 2016).

A questão dos direitos humanos, obviamente foi colocada em pauta, diante da criação das Comissões da Anistia e da Verdade. No entanto, a violação daqueles não pode ser circunscrita ao período investigado pelas Comissões. Conforme observam Boaventura de Sousa Santos e Marilena Chauí,

A hegemonia dos direitos humanos como linguagem de dignidade humana é hoje incontestável. No entanto, esta hegemonia convive com uma realidade perturbadora. A grande maioria da população mundial não é sujeito de direitos humanos. É objeto de discursos de direitos humanos. Deve pois começar por perguntar-se se os direitos humanos servem eficazmente a luta dos excluídos, dos explorados e dos discriminados ou se, pelo contrário, a tornam mais difícil. (SANTOS; CHAUI, 2013, p. 42).

Para os autores a concepção de direitos humanos tem uma matriz liberal ocidental que, por isso mesmo, seguiu uma linha de pensamento dividindo o mundo entre sociedades metropolitanas e coloniais. Por este motivo, “[...] dividiu-o de tal modo que as realidades e práticas existentes nas colônias, não podiam pôr em causa a universalidade das teorias e das práticas que vigoravam na metrópole”. (SANTOS; CHAUI, 2013, p. 41).

Distantes do “mundo metropolitano”, esquecidos nas florestas do Araguaia, os trabalhadores rurais depositaram nas Comissões que para lá se deslocaram a busca de seus direitos, não raro duvidando de que os possuía. Conforme as palavras do *Sr. José Costa de Sousa*:

Estou procurando os meus direitos pra ver se realmente eu tenho direito numa indenização do meu dano, porque pra mim foi um dano pesado, eu sofri, não só eu como aquela minha esposa, porque hoje nós somos separado, mais ela participou da luta toda. Inclusive no meio dessa batalha que foi lá no Pau Preto [...] Ela estava grávida e ela perdeu a criança, tá tudo na história lá, contei tudo na história, aonde tiver a minha história tá contando isso lá, porque tanto eu falei lá na entrevista, como dei tudo por escrito também para a advogada, ela pediu, dei tudo por escrito e eu estou correndo atrás [...] Há tempos era pra eu ter corrido atrás disso, mais eu não achava por onde, agora que eu estou correndo atrás, eu quero que as autoridades veja essa situação e faça alguma coisa por mim, ainda não fui indenizado em nada até agora. (SOUSA, 02 ago. 2016).

Todavia, até a data de nossa própria entrevista, o Sr. José Costa ainda não havia sido indenizado. Como muitos outros, contou sua história às Comissões que vez ou outra aportaram na região, coletaram depoimentos e deixam a esperança de indenização. Como observamos, se por um lado “abre-se” a possibilidade dos trabalhadores rurais do Araguaia serem reconhecidos como vítimas do Estado, por outro mantém-se a incerteza de que serão devidamente reparados.

Por estes motivos, procuramos identificar a maneira como os sujeitos de nossa pesquisa eram referenciados nos relatórios da Comissão da Verdade. Interessava-nos compreender a “imagem” que os relatórios traçavam dos moradores da região do Araguaia. E, assim, observamos:

[...] a convivência dos camponeses com os guerrilheiros presentes na região do rio Araguaia, no sudeste do Pará, desde 1966, parece ter sido harmônica, dado o esforço de integração dos militantes comunistas ao modo de vida da população naquela área... Nessa perspectiva e tendo em mente a presença pouco efetiva do Estado, o núcleo guerrilheiro do PCdoB realizava atividades que visavam tanto aproximá-los da população local, como vistas a um futuro político, o “trabalho de massas”, como atender às necessidades dessa população. (COMISSÃO DA VERDADE, 2014, p. 684).

O que percebemos, dentro daquele movimento, é uma tentativa de “alinhar” a história dos trabalhadores rurais do Araguaia com interesses políticos impostos de fora pra dentro. Observamos que, se por um lado os trabalhadores rurais lutam por seus direitos, ao mesmo tempo são colocados na difícil posição de ter suas histórias fragmentadas, alinhadas com visões que fogem às suas demandas, pois há uma tentativa de tornar hegemônico uma visão defendida por interesses políticos que busca unificar os moradores locais a grupos específicos.

Entendemos que é necessário olhar o passado, mas com vistas a compreender o que move os sujeitos no presente. No entanto, também sabemos que nossa análise é lacunar, pois o processo de reconstrução das experiências dos trabalhadores rurais e suas memórias, ainda exige superar a visão maniqueísta que os coloca ora como vítimas ora como partidários da Guerrilha do Araguaia.

Em nossa pesquisa, procuramos enveredar por perspectivas históricas que evidenciassem a história e a memória de outros sujeitos, principalmente daqueles que se encontram subsumidos à memória e à história pretendida *oficial*. Desta forma, procuramos ampliar nossas categorias de análises e abordagens sobre a memória e as linguagens historiográficas, conforme nos advertiu Déa Fenelon:

[...] como qualquer experiência humana, a memória é também um campo minado pelas lutas sociais. Um campo de luta política, de verdades que se batem, no qual esforços de ocultação e de clarificação estão presentes na disputa entre sujeitos históricos diversos, produtores de diferentes versões, interpretações, valores e práticas culturais. A memória histórica constitui uma das formas mais poderosas e sutis de dominação e legitimação do poder. Reconhecemos que tem sido sempre o poder estabelecido que definiu, ao longo do tempo histórico, quais memórias e quais histórias deveriam ser consideradas para que fosse possível estabelecer uma “certa” memória capaz de cunhar uma História “certa” (FENELON, 2008, p. 132).

Foi nossa intenção historicizar os trabalhadores rurais da região do Araguaia, perscrutando novos significados nas entrevistas concedidas à nossa pesquisa. Porém, por entendermos o social como um campo de múltiplos sentidos, igualmente tratamos as histórias narradas como espaço de conflitos e de interesses, mas também de deferências, concessões, negociações, resistências e adequações.

Este tipo de tratamento oportuniza ao historiador colocar as diferenças no cerne da investigação, de modo a fazer emergir possibilidades alternativas de análises. Assim, buscar as dissidências no diálogo que estabelecemos com os trabalhadores rurais, que atuam ou atuaram em posições alternativas às estabelecidas convencionalmente pela historiografia, permite evidenciar a função dinâmica da história e sua vitalidade.

Conforme observaremos no próximo capítulo, permite à história oferecer explicações *do presente* a partir das demandas postos pelo presente de trabalhadores rurais que, durante as incursões do Exército no Araguaia, devastou seu modo de vida, submetendo-os à humilhações, à prisões e à tortura.

## CAPÍTULO 2.

### LEMBRANÇAS E EMBATES: AS MUITAS CONSTRUÇÕES DAS MEMÓRIAS.

Por meio dos processos de anistia, os trabalhadores rurais, sujeitos da presente pesquisa, têm tido a possibilidade de trazer à luz as crueldades sofridas durante a Guerrilha do Araguaia. Neste movimento, contrapõem a memória pretendida *oficial*, que lhes negou a cidadania, excluindo-os ou ocultando-os da história. Compreendemos que por meio das suas narrativas, podemos elencar algumas de suas percepções, apreendendo como vivenciaram o período histórico que agora vem à tona. Através de suas memórias será possível dimensionar sua experiência no processo e como se locomoveram no contexto da Guerrilha, elaborando formas de sobrevivência.

Quando os sujeitos rememoram aquele período, parece-nos que algumas feridas ainda jorram sangue. O *Sr. Antônio*, ao se lembrar das torturas, pausa longamente. Lança o olhar para o horizonte e com um suspiro profundo, nos diz: "[...] é... não é brincadeira não". (SOUSA, 03 jul. 2016).

Sabemos que com o tempo, as recordações vão se modificando e sofrendo interferência do presente. Entretanto, cremos que seja possível conhecer em parte as experiências dos trabalhadores rurais naquele momento. Através das entrevistas, percebemos que alguns dos entrevistados ainda não conseguiram compreender o *porquê* das torturas às quais foram submetidos. Em seu entendimento, os moradores do Araguaia estavam simplesmente em suas terras, trabalhando, vivendo cotidianamente como pessoas que não faziam mal a ninguém. Como nos diz o *Sr. Antônio Alves de Sousa*, "[...] porque ninguém sabia de nada, todo mundo foi preso, foi judiado, mas até hoje eu tô sem saber o porquê, ninguém sabia de nada!" (SOUSA, 03 jul. 2016).

Nessa direção, *D.<sup>a</sup> Maria Martins Jorge dos Santos* se recorda de que a chegada dos militares na região ocasionou mudanças no cotidiano das pessoas e nos deixa antever um pouco de sua aflição e dos demais moradores, no período:

[...] mas de noite eu escutava muito tiro, muito, muito, de noite, a gente escutava muito tiro, todo mundo com medo, mulher, todo mundo com medo. Quantas vezes a gente deitava no chão com medo da bala, um sofrimento, um sofrimento grande, e não foi só pra mim, foi pra todos daquela época, todos, todos sofreram, todo mundo do mesmo jeito, o meu vizinho era perto, mas só que ele estava na mesma situação, na casa dele só tinha a mulher dele, só a mulher dele também com os filhos. (SANTOS, 05 ago.2016).

Mais adiante, D.<sup>a</sup> Maria nos relata os momentos de privação, infligidos pelos militares que se deslocaram para a região do Araguaia.

Nessa época nós tínhamos três filhos. Levaram ele [seu esposo] pra guerra e aí aquilo vai só se acabando né, a roça de arroz, perdemos a roça, tinha vez que eu ia lá [roça] pegava um pouquinho de coisas, começava a roubar para os filhos comer e corria pra dentro da casa, não podia sair de casa, e tudo foi perdendo né, tudo vai perdendo, bicho vai acabando, aí pra não morrer de fome [...] se nós tivesse comia, se nós não tivesse nós não comia, era assim, a gente passava mais fome do que comia. Eu tive uma criança que se queimou, tinha um ano de idade, porque estava com fome e eu tinha feito uma comida e deixei em cima do fogão de lenha, ele subiu, queimou isso tudo aqui dele [mostra com as mãos toda a parte da frente do corpo], queimou daqui pra baixo dele, queimou tudo, tudo, tudo, tudo e eu não sabia o que fazer. Aí fiquei doida, passei um pano assim, no que passei o pano aquela pele saiu toda e eu comecei a chorar e comecei a gritar. Aí chegou meu primo, foi quem me ajudou, foi quem passou a noite comigo lá balançando aquele menino, sem puder levar ele em lugar nenhum porque não podia sair já era avisado. (SANTOS, 05 ago.2016).

A lembrança é traumática. Eclode, evidenciando o sofrimento, mas atribuindo claramente ao Exército a responsabilidade por cercear seu direito de ir e vir, impedindo que buscasse socorro para o filho queimado. O alento, mais uma vez veio das relações estabelecidas entre os próprios trabalhadores. Mesmo sendo enfática quanto à ordem de *não poder sair de casa*, aparece por ali “um primo”. A memória não dá conta nem de como e nem do porquê. Mas, se recorda de que o parente passou a noite toda, “[...] balançando aquele menino, sem poder levar ele em lugar nenhum[...] quando um soltava o punho da rede o outro abanava com um paninho até amanhecer o dia”. (SANTOS, 05 ago. 2016).

A ação do tempo recai sobre as narrativas. Lembrar é também trazer à tona a memória da violência física e emocional, que ocasionou uma série de limitações na vida até então pacata daqueles trabalhadores. Agora, era impossível sair de casa para socorrer o filho. Para comer, era necessário arriscar a própria vida, em busca de alimento na roça. O temor da morte ronda, incessante. A única certeza era a própria insegurança.

Com o marido transformado em “mateiro”, pego para andar com os militares pela mata, D.<sup>a</sup> Maria se viu desprotegida, obrigada a cuidar sozinha da casa e do sustento dos filhos. Ausente, o esposo ficava até seis meses fora. E quando o via, cerca de duzentos metros da casa, “[...] não podia encostar e nem falar [com ela]. (SANTOS, 05 ago. 2016).

Responsáveis pelo sustento de sua família, visto que na região, à época, era costume do homem suprir sua família, os entrevistados se reconhecem cerceados da sua própria função. Como podemos perceber nos relatos, saber que sua família estava passando dificuldades e

serem impedidos de praticar seus afazeres, estabelecia na vida cotidiana dos trabalhadores rurais uma desconexão com as práticas costumeiras do grupo. O *Sr. Antônio Alves de Sousa* relata as dificuldades enfrentadas por sua mulher, quando ele fora preso no mês em que ela iria dar à luz o segundo filho. Sozinha, com uma filha pequena, de um ano de idade, agora com um recém-nascido:

Certo que na hora que ela ganhou o menino tinha uma tia dela, estava junto com ela, mas foi terminando de ganhar aquele menino e ela foi indo para casa, e ela (sua mulher) ficou aqui na casa sem ter outra pessoa que fizesse nada e nem comida, a comida que tinha no dia que ela ganhou, foi o derradeiro pouquinho de arroz. (SOUSA, 03 jul.2016).

A experiência narrada pelo *Sr. Antônio*, é semelhante àquela vivenciada pelo *Sr. Raimundo Nonato Alves de Oliveira*. Retirado de casa pelo Exército, foi obrigado a deixar a esposa sozinha, de resguardo:

[...] ficou de resguardo, eu não podia ficar com ela né, ela ficou lá de resguardo com duas criancinhas, uma de dois anos e a outra de três anos e o recém-nascido, e quem vai cuidar dela? Quem ia cuidar dela? Ela mesmo de resguardo, tinha que..., nós tínhamos um poço em casa, bebia água era da grotta né, tinha que ir lá no igarapé pegar água, pilar arroz que não tinha máquina para pilar arroz, ela tinha que fazer isso tudo, esses trabalhos ela tinha que fazer, tinha que ir pegar lenha para fazer a comida dela, então, era ela mesmo, só era nós dois e aquelas crianças, eu tinha saído e ela ia fazer o quê? ela mesmo tinha que fazer o trabalho, era sofrido, era sofrido. (OLIVEIRA, 04 ago. 2016).

Vale lembrar que em sua entrevista, o *Sr. Raimundo Nonato* não queria falar sobre o período. Recebeu-nos com muito receio e foi necessária a intermediação do *Sr. Antônio* para que se convencesse a rememorar sobre “aqueles tempos”. Como dissemos em nossa Introdução, além de o *Sr. Antônio* nos “afiançar”, afirmando que a entrevistadora era “pessoa de confiança”, também insistiu na importância de que o *Sr. Raimundo* “falasse”. Convencido, baixada a guarda, ao narrar suas experiências mostrou-se inconformado com a situação trazida pela memória. Suas feições e seus gestos demonstravam, juntamente com a fala, o desconforto da lembrança. Afinal, a rememoração fazia emergir o sentimento guardado de injustiça. Em momentos, o *Sr. Raimundo* fazia paradas longas; em outros, ficava inquieto com as mãos e os pés, como se quisesse encerrar aquela página da vida.

Da mesma forma, eclodiram as lembranças do *Sr. Darci Alves Taveira*. Aposentado, com 73 anos, morador de Xambioá -TO, reside em casa de aluguel, sobrevive com um salário mínimo. No mês que “sobra”, os dez reais restantes são utilizados para comprar “alguma carne e mistura”: verduras e legumes. Todo mês o pouco salário é deixado na farmácia, para compra

de remédios. Os males que o corpo hoje suporta – dores na coluna, cardiopatia, gastrite nervosa e infecções na próstata – são agravantes de uma saúde fragilizada com as torturas que sofreu. Ainda com medo, com dores e profundamente angustiado, o *Sr. Darci* nos conta:

Me pegaram, fui para a taca, aqui foi muitos aí, apanhei aqui na base deles [dos militares], a base que eles tinham aí, me surraram, me judiaram muito, aí depois eu voltei para Santa Cruz, depois que acabou a guerrilha, eu voltei para Santa Cruz de novo. (TAVEIRA, 02 jul. 2016).

Das memórias do *Sr. Darci* emergem, ainda, as torturas sofridas por seus vizinhos de terra e a morte de seu irmão:

Meus vizinhos também vieram pra cá contaram as histórias deles, aí voltaram. João Felipe mesmo...esse morreu de peia, morreu de taca, é verdade, algemaram ele e botaram ele, tinha um formigueiro de formiga de fogo assim, assanharam as formigas de fogo, os soldados assanharam assim e botaram ele lá, no outro dia João Felipe até na pestana dele tinha borbulha só da formiga de fogo, quando ele morreu não tinha mais o couro dele não, o couro dele largou todinho na borbulha. Cansei de ir lá aonde ele tava, vê se ele tava melhor, ele deitado no curral de arame, metia a mão nele assim levantava, chega ficava pregado na minha mão os couros agarrados, só dessa malvadeza que fizeram. Mas liberaram ele, mas morreu mesmo. Faz que nem meu irmão, meu irmão apanhou muito, eu apanhei muito mas ele apanhou muito mais que não aturou um mês. Ele era forte, era o caçula, ele era forte, não aturou um mês depois que soltaram nós, ele faleceu, foi tratando de emagrecer de uma hora pra outra as carnes, mas também as costas dele fofou todinha, eu cansei de meter a mão pegar assim nas carnes podre, tirando carne podre, aí as Forças Armadas aplicaram um remédio, aí foi sarando, quando liberou nós já estava sarado, mas ficou arreventado, pegou uma tosse, uma tossinha seca e quando escarrava, não escarrava a gripe não, escarrava umas toras de pus com sangue, rebentou todo. (TAVEIRA, 02 jul. 2016).

As memórias do *Sr. Darci* nos indicam que as marcas da violência impingida não são apenas físicas. Permanecem, sobretudo, as marcas psicológicas e os estigmas sociais, materializados nas humilhações, no terror de cavar a própria cova, na observação da putrefação do corpo, no testemunho impotente da morte do irmão.

Todavia, o horror trazido do passado não se restringe a algumas memórias. Pelo contrário, as arbitrariedades cometidas pelas forças armadas aparecem com regularidade nas suas entrevistas, assim como a angústia, as pausas, os suspiros prolongados. Os sinais de que a lembrança é profundamente dolorosa, também emergem das memórias do *Sr. Antônio*, quando traz à tona a memória da tortura:

Eu fiquei na base preso, aqui nessa base [Xambioá], me trouxeram de lá da base das abóboras, rodaram comigo por cima dessa Serra das Andorinhas um

bocado, jurando de me empurrar, eu disse: [...] – *não, eu estou na mão de Deus primeiramente, segundo na mão de vocês, vocês é quem sabe o que pode fazer, eu não sei de nada, só Jesus sabe.* [...] Eles disseram: [...] – *que Jesus coisa nenhuma, ainda está falando em Jesus* [...] Aí me rodou para atrás do barraco amarrado em uma corda e me levou num formigueiro de fogo, dez horas do dia no meio de um formigueiro de fogo, um toco na altura desse padrão bem aqui, sem palha, sem nada. Aí botaram açúcar para as formigas juntar, aí pegaram um talo de coco, me botaram em cima, os pés amarrado aqui no tronco de coco, os braços amarrado para trás, aí assanharam aquelas formigas e as formigas subiram aqui, eu só de short, subiram e tomaram conta do meu corpo, eu só olhava, mas não podia me esfregar, não podia me coçar, estava com os pés e as mãos amarrados, aí só fechei os olhos e a boca e as formigas tomaram conta. Eu só rangia os dentes, a gente adormeceu logo e aí ficou, me deram umas lapadas com o talo de coco [nesse momento seu Antônio dá uma pausa na conversa] e foram lá para o barraco do torturamento. Lá, de vez enquanto o senhor Romeu assanhava as formigas, vez em quando, vez em quando. Eu disse: [...] – *rapaz me dá ao menos água ou então mata logo, se vocês querem matar.* Ele respondeu: [...] – *não, não é hora de você morrer, deixar que tem hora de você morrer.* [...] Mas água não me deram não. Aí quando foi de tardzinha eles vieram, me bateram, me bateram, me bateram, me bateram, aí quando foi pra cinco horas pra cinco e meia mais ou menos, aí me desataram dali, eu todo mordido, todo empolado de formiga de fogo, todo, todo, todo, aí me mandaram eu me sentar em cima de uma bola de arame farpado, disseram: [...] – *senta aí nessa bola de arame.* [...] Aí pegaram no meus ombros e pá: [...] – *senta aí vagabundo.* [...] Aí eu me sentei [pausa prolongada e um suspiro profundo]. Aí o que foi que eles fizeram, investigaram muito: [...] – *conta o que foi que tu fez.* Eu disse: [...] – *rapaz eu não posso falar nada, eu nunca fiz nada, eu nunca matei, eu nunca roubei, não devo nada a ninguém.* Eles disseram: [...] – *você vai contar agora.* [...] Pegaram uma máquina assim, botaram no meu lábio e na minha orelha aí largaram choque, aí pronto, disseram: [...] – *conta o que foi que tu fez.* [...] E ia repetindo o choque. Me bateram muito e levaram para o barraco de torturamento. (SOUSA, 03 jul. 2016).

A fala do Sr. Antônio, nos mostra claramente que as memórias sofrem a ação do presente e são reelaboradas a todo tempo. É, pois, da natureza da memória movimentar-se assim, sinalizando ao historiador que não lhe cabe, de forma alguma, emitir juízo de valor sobre a narrativa. Da mesma forma, a despeito da reelaboração e, talvez mesmo *permitido por ela*, a memória do sofrimento também emerge. Tanto as sensações físicas quanto o inconformismo psicológico por ter sido torturado *por algo que não fez*, são trazidos do passado também pela ausência das palavras: em meio ao relato, o Sr. Antônio faz pausas, sua voz embarga, o ar lhe falta, dificultando ainda mais a respiração comprometida pela asma, com a qual convive desde a infância.

Relembrar os momentos de tortura provocou nele sensações que, muito provavelmente, preferia esquecer, daí as pausas. Todavia, da mesma forma, deixar a lembrança submersa no esquecimento, em nada contribuiria para a luta travado no presente pelo direito à memória e à cidadania. Assim, pausa após pausa, o *Sr. Antônio* retomava conosco o diálogo.

As narrativas destacadas acima, nos indicam que a sujeição dos trabalhadores rurais da região do Araguaia, pelos militares, era constante. Cotidianamente torturados, instados a revelar algo do qual não tinham conhecimento, por diversas vezes afirmaram em suas entrevistas que não sabiam qual era a finalidade dos militares e das torturas por eles empreendidas nos moradores da região.

Através dos relatos, nos é indicado que todo um modo de vida, marcado pela solidariedade na lida diária pela subsistência, foi devastado com a chegada do Exército na região do Araguaia. Assim, depois de ouvidas as narrativas sobre as torturas sofridas, coube indagar acerca do lado oposto e observar o “olhar” dos trabalhadores sobre os *militantes* durante o período da guerrilha. Interessava-nos compreender como os trabalhadores rurais representavam os militantes, depois que o Exército instalara-se na região.

Constatamos que a visão pela qual os trabalhadores rurais percebem os militantes está emaranhada na perspectiva defendida pelos próprios guerrilheiros. Ou seja: de que se tratavam de pessoas boas, prestativas, empenhadas em ajudar a população e que não causaram nenhum transtorno em suas vidas.

Ao serem perguntados como era a relação do “pessoal” – os militantes– com a população local, antes da chegada do militares na região do Araguaia, o *Sr. Antônio* nos informou: “[...] muito boa, gente boa, pelo menos os que eu conheci como bem, a Dina mesmo era uma pessoa, Ave Maria, boa demais, a Dina era enfermeira segundo o povo falava e era mesmo, era enfermeira e cuidava do pessoal”. (SOUSA, 03 jul. 2016).

Em outro momento, reportando-se ao período em que tropas do Exército aportavam na região, o mesmo *Sr. Antônio* nos disse:

Quando os militares chegaram, me botaram pra fora a procura de uma senhora, que justamente eles andavam atrás que era uma senhora de Dina que era minha vizinha, essa Dina chegou como uma pessoa que pra mim ela era, para mim ela era daquilo que ela queria fazer era aquilo mesmo, era uma camponesa, nós julgava ela como uma camponesa igualmente nós, comprou uns direitos de terra ligado com nós. [...] Que nós estava lá quando dei fê ela (Dina) deu sinal para nós, nós olhemos, ela estava assim e me chamou, eu saí com muito cuidado fui lá, cheguei lá ela pediu comida, mandei a mulher fazer comida para ela, a mulher fez aquela comida, eu levei lá onde ela estava. (SOUSA, 03 jul. 2016).

Como já adiantamos, sabemos que as memórias sofrem a ação do tempo. Por isso mesmo, de alguma forma o discurso da *memória militante* se amalgama na reelaboração das lembranças dos moradores. Como exemplo, a palavra *camponês* utilizada pelo Sr. Antônio em vários momentos da entrevista, indica-nos como os discurso vão interferindo na reelaboração de suas memórias. Afinal, *camponês* é o termo empregado pelos militantes do PCdoB para referirem-se aos moradores da região do Araguaia.

Fica para nós, pensarmos até que ponto a constituição da memória dos trabalhadores rurais, alinha-se com a auto representação dos militantes de que se tratava de pessoas boas, justas e simples. Registre-se que até os trabalhadores que dizem não ter tido contato com os militantes, afirmam terem sido “boas pessoas”.

Não obstante, não podemos negar que os trabalhadores rurais tiveram suas vidas modificadas por interesses que não eram seus. Afinal, viviam em consonância com sua realidade, sem conhecer os motivos reais que levaram os militantes à região e, a despeito disso, sentiram na própria pele os desdobramentos da guerra.

Como já observamos, os trabalhadores rurais do Araguaia foram vítimas não só da violência física e psicológica, mas do cerceamento de seu modo de viver, seus costumes e suas práticas rotineiras a partir da instalação do Exército na região. Vejamos o que o Sr. *Manoel Alves de Sousa* relatou sobre a mudança de sua rotina, com a chegada dos militares:

[...] aí eles passaram lá (os militares) e disse: [...] – *Olha vocês tem que sair, todos para a rua porque aqui não pode ficar, não pode ficar, pode até morrer, ninguém sabe o que vai acontecer, nós não responsabilizamos em nada.* [...] Aí nós com medo né, quem é que não tem medo de um horror de homem daquele, era polícia demais [...] Nós viemos para São Geraldo (PA), alugamos uma casinha, nós não tinha casa, fiquemos morando lá, aí ficou sem a gente poder apanhar nada na roça, e um filho de Deus ainda vendia naquele comércio, vender um pouquinho fiado pra nós. Porque nem pra sair assim para uma fazenda, pra dizer assim, eu vou para uma fazenda trabalhar, não podia sair, era trincheira para todo canto. (SOUSA, 03 ago. 2016).

Nos relatos sobre a atuação dos militares na região, percebemos que os trabalhadores lidam com elementos de memória difundida ou por militantes ou por militares. No trecho acima o Sr. *Manoel* nos indica que a chegada dos militares foi o elemento que desestruturou seu modo de vida. Por outro lado, no que diz respeito à presença dos militantes, como nos relata o Sr. *Darci Taveira*, a relação foi amistosa e de ajuda:

Nós mesmo gostava deles [os militantes], eu não vou mentir, nós gostava deles porque eram pessoas distintas, distintas mesmo, tinha até enfermeiro, tinha doutora nesse meio, como a Dina, era doutora e era dado com a gente assim,

mas ninguém sabia quem era eles, sei que era boas pessoas com a gente, eu mesmo um dia faltou um açúcar lá em casa, eu não tinha vindo aqui na Santa Cruz, eu disse, vou lá na casa do seu Osvaldo tomar um açúcar emprestado enquanto eu vou na rua, fui lá e disse: [...] – *Seu Osvaldo tem açúcar para me emprestar ou um pacote mesmo.* [...] Ele respondeu: [...] – *Tenho.* [...] *Aí, comprei outro e fui deixar lá, mas ele não quis não. Ele disse: [...] – pode levar seu açúcar, é seu o açúcar, pode comer, eu não emprestei não, fiz foi lhe dá.* Era desse jeito. (TAVEIRA, 02 jul. 2016).

Como se observa na narrativa, o Sr. *Darci* nos confirma que a relação entre os moradores e os militantes era afetuosa e em conformidade com o modo e vida dos trabalhadores rurais, marcado pela solidariedade na luta diária pela sobrevivência. Nestes termos, podemos inferir que os militantes do PCdoB realmente se adaptaram ao universo e às práticas culturais camponesas (Cf. CAMPOS FILHO, 1997), executando o planejamento do partido quanto a estabelecer relações de proximidade com a população. Com efeito, os aspectos da memória defendida pelos militantes respinga nas interpretações apresentadas pela rememoração dos entrevistados.

Não se trata de afirmar que os trabalhadores entrevistados são depositários de uma contra memória que ora se pretende hegemônica, a memória do PCdoB. Mas, de procurar perceber como o processo se revela e em quais níveis. Como exemplo, cabe citar o questionamento feito aos entrevistados se na década de 1960 teria havido conflitos da região. Boa parte dos entrevistados assegurou categoricamente que houve. O Sr. *José Costa* a firmou: “[...] demais, demais, você chegava lá na paróquia de Conceição do Araguaia tinha retrato das pessoas que foram assassinada devido aos problemas de terra”. (COSTA, 03 jan.2016). Todavia, os trabalhadores não retratam essas lutas como parte de sua história na região. Ou seja: a recorrência que fazem *é a partir* da Guerrilha do Araguaia. Também aqui, na memória dos sujeitos a Guerrilha funciona como marco, opacificando outras lutas sociais travadas na região<sup>13</sup>.

Cabe lembrar que no cotejamento de narrativas sobre a Guerrilha do Araguaia, historiadores, jornalistas, advogados, militares, memorialistas, sociólogo, militantes do PCdoB,

<sup>13</sup> A Igreja Católica protagoniza um importante papel na mediação dos conflitos na região. Desde a década de 1970, com a chegada do Bispo Dom Pedro Casaldáliga, para assumir a Prelazia de São Félix do Araguaia, a Igreja se envolveu com a defesa dos povos indígenas e dos posseiros, ameaçados pela violência dos conflitos agrários e pela expansão dos latifúndios. O mesmo se deu através da Prelazia de Conceição do Araguaia, à qual o entrevistado se refere, assumida por D. Tomás Balduino, atualmente bispo de Goiás. Sobre o trabalho e a presença das pastorais na região, durante a ditadura, consultar: Casaldáliga, Pedro. **Creio na justiça e na esperança**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978; Moura, Antônio Carlos de. *Atuação da Igreja junto aos trabalhadores rurais*. In: **Ensaio de opinião**, v. 11. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; Shapiro, Judith. *Ideologias da prática missionária católica numa era pós-colonial*. In **Religião e Sociedade**, 10. Rio de Janeiro, Tempo e Presença Editora, nov., 1983; FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia**. Petrópolis: Vozes, 1986.

dentre outros, erigiram representações que promoveram como participantes da luta armada somente dois grupos: militantes e militares. E, de acordo com seus interesses buscam legitimar suas visões sobre o processo.

Tanto na perspectiva que defende a visão dos militantes quanto na que defende a dos militares, os trabalhadores rurais são apresentados a partir destes “dois lados”. Assim, as representações oriundas desses grupos são produzidas por uma memória que pretende difundir somente duas visões do confronto, uma esquerdista e outra militar. Neste movimento, suprime a memória de outros sujeitos sociais, como a dos trabalhadores rurais, moradores da região do Araguaia.

Segundo entendemos, a memória sobre a Guerrilha do Araguaia é construída e ao mesmo tempo ressignificada. Nesse sentido, a representação sobre os trabalhadores rurais é parte de um constructo social, com relação ao qual pretendemos perceber como e por quem as memórias são consolidadas enquanto permanências. Assim, no que diz respeito àquela memória, nossa pesquisa também se interessou por compreender como determinados elementos constituintes do processo histórico, foram representados pelos grupos já citados com o intuito de consolidar suas versões do confronto armado.

Nesse sentido, observamos que os trabalhadores rurais aparecem nas memórias dos militantes e/ou dos militares como instrumentos que servem aos interesses de um ou outro grupo. Assim, os interesses e as vivências dos trabalhadores são tratados como de “outra ordem”, fora do âmbito de preocupação da memória daqueles grupos. Contudo, apreender ao menos em parte a memória dos trabalhadores rurais é questão necessária.

Até a década de 1980, a memória da Guerrilha do Araguaia foi construída a partir da ótica dos vencedores. Memória tingida de negro, obscureceu a participação dos trabalhadores nesse processo histórico e, sobretudo, apagou sua agência social em favor de determinados interesses de grupos específicos.

Por outro lado, desde então abriu-se a possibilidade de outras memórias, incluindo a participação dos moradores locais mesmo quando mencionados na qualidade de “apoio”, seja legitimar a memória que de um lado aquela que define os militantes como terroristas ou, de outro, a que lhes atribui a denominação de revolucionários e, por consequência, nomina o Exército como corporação de assassinos. Ainda que, em todo caso, seja relegado aos trabalhadores rurais um papel secundário, e à sua memória um lugar desconectado com a memória social mais ampla, vão emergindo suas próprias memórias no âmbito das novas possibilidades abertas. Assim, vão disputando um lugar que represente suas experiências

sociais, ainda "adormecidas" nas narrativas sobre o processo Guerrilha do Araguaia, seja por meio de depoimentos às comissões, as entrevistas dadas à jornalistas, à pesquisadores, etc.

Partindo dessa compreensão, procuramos desconstruir uma memória coletiva hegemônica e consensual, nos apoiando em Michael Pollak (1989). Para o autor, a memória é um constructo e como se molda, de acordo com o tempo, por interesses políticos e culturais. Nesse sentido, o indivíduo participa da sua construção social, interagindo com o meio e a partir daí faz e refaz suas formulações. Por isso, Pollak considera necessário problematizar a memória coletiva como representativa do processo mais geral de rememoração e, assim, afirma:

Se a análise do trabalho de enquadramento de seus agentes e seus traços materiais é uma chave para estudar, de cima pra baixo, como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas, o procedimento inverso[...] parte das memórias individuais, faz aparecer os limites desse trabalho de enquadramento e, ao mesmo tempo, revela um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais (POLLAK, 1989, p.13).

Não obstante, se a memória é uma construção que é dada a conhecer ao historiador, por meio da memória do indivíduo, é preciso ressaltar que ela possui interesses que nem sempre são aqueles que o pesquisador deseja satisfazer em sua investigação. Com isso não queremos desvalorizar a importância da *atuação social* da memória pois, no caso da memória dos trabalhadores rurais sobre a Guerrilha do Araguaia, reconhecemos que mesmo estando em parte submersa, ela se organiza. E, em determinados momentos, torna-se intercambiável com a memória dos militantes e dos militares, cumprindo, assim, uma diversidade de *funções* políticas.

Se por um lado as memórias dos trabalhadores rurais estão emaranhadas às memórias difundidas tanto pelos militantes quanto pelos militares, por outro, elas também se apresentam como uma memória alternativa. Aquela que mesmo enredada pela memória difundida pelos distintos grupos, ainda nos permite observar e apreender nuances do contexto e do processo, através das experiências sociais vivenciadas pelos trabalhadores.

Destarte, as memórias dos trabalhadores rurais nos permitem observar todo um leque de histórias esquecidas e ainda não consideradas sobre o processo da Guerrilha. Histórias silenciadas pelas narrativas promovidas por militantes e militares, os quais buscaram consolidar suas próprias memórias como representativas do processo. Por outro lado, é importante reiterar que as dimensões políticas da memória permitem vir à tona modos de viver e trabalhar, potencialmente reveladores de conflitos, limites e pressões quando colocam a visão dos trabalhadores rurais na disputa interpretativa pela Guerrilha do Araguaia.

Nesse sentido, buscamos observar como diferentes narradores rememoram experiências semelhantes, situadas no contexto do conflito. O Sr. *Camilo Benito de Moraes* nos respondeu à pergunta se puderam retirar alguma coisa da terra ou de sua casa, quando os militares deram a ordem para saírem. Ele nos disse:

Eles [os militares] deram direito de nós tirar, deram três dias de prazo para nós tirar o gado [...] aí nós tiramos o pessoal [os parentes] aí fomos atravessar o gado, aí não deu de atravessar nos três dias, passamos a semana todinha atravessando o gado de canoinha. (MORAES, 03 ago. 2016).

A narrativa do Sr. *Camilo* nos indica que a memória social está permeada pela memória individual, no contexto do presente e da vivência coletiva. Se por um lado é necessário traçar uma identificação das lembranças apoiadas nos membros do grupo, pois é no coletivo que as histórias ganham visibilidade, por outro lado existe uma memória individual que revela as sinuosidades do mesmo processo vivido. Desta forma, pensamos que embora os entrevistados registrem experiências diferentes dentro do mesmo processo, o fio que interliga suas histórias no grupo não é a forma de como seus pertences foram extraviadas ou não pelos militares, mas, principalmente, a *situação de expropriação* dos bens materiais e ou culturais sofrida pelos moradores.

Assim, o trânsito entre memória individual e social do qual nos alerta Portelli (2004) nos mostra que a memória *sofre* influências externas e, a partir daí, pode *criar* representações acerca do passado. Não por acaso, quando foram entrevistados em grupos, os trabalhadores rurais narravam e *olhavam* para os colegas presentes, como se necessitassem do consentimento do grupo para a tessitura apresentada na narrativa.

No que diz respeito ao embate de forças travado no contexto da Guerrilha, a pesquisa revelou que ora os trabalhadores rurais resistiam, ora “enfrentavam”, lembrando uma espécie de “jogo e cena”, construído a partir do “teatro” e do “contra teatro”.

Para refletir sobre esse “encenar”, nos apoiamos em Thompson (1988) quando, na obra *Costumes em Comum*, especificamente no tópico *Patrícios e Plebeus*, observa que as relações são sempre negociáveis, embora as negociações sejam recobertas por aspectos diferenciados. Nessa perspectiva, autor observa que há uma “reciprocidade” entre o “teatro” e o “contra teatro” dentro das relações sociais: de um lado há o teatro de uma das partes, que se disfarça por mecanismos que buscam incorporar algo que está encoberto por outra ação; de outro lado, encontramos a outra parte que se vale das ações do teatro, mas que também busca estratégias para “resvalar” e contracenar no campo de possibilidades.

As relações pautadas no teatro e contra teatro, na memória sobre a Guerrilha, objetivavam atender interesses específicos de um lado, embora encontre resistência de outro. Nesse palco, em que ora um encena no auditório do outro, vão se formulando as balizas da negociação entre os trabalhadores rurais, militantes e militares, estabelecendo assim os limites dentro dos quais se desenvolvem as representações.

Na representação desenhada pelos militantes, os trabalhadores seriam o fio condutor para a luta armada. A intenção dos militantes do PCdoB era, portanto, arregimentar combatentes para sua causa mas, por isso e também *por causa disso*, aprender com eles o “trato” com a mata. Sendo originários da cidade, a maioria não possuía habilidades na selva, sendo necessário conhecer a mata para sobreviver nela. Assim, o jogo teatral dos militantes buscava estabelecer uma relação de proximidade com os trabalhadores rurais, com o intuito de arregimentar adeptos para a sua causa e, para garantir o êxito, conhecer e aprender a lidar com a terra: caçar, pescar, saber retirar do meio ambiente sua sobrevivência, e nas adversidades poder construir alternativas bem sucedidas para que seu planejamento pudesse ser eficaz.

Adentrar na selva sem experiência, seria suicídio. Além de alimentos venenosos, havia que considerar predadores. Assim, era necessário ter habilidade para sobreviver dentro dela e mover-se, quando fosse necessário, no caso de serem descobertos pelos militares. Dessa maneira, para conseguirem a desenvoltura para manobrar-se na mata, era fundamental travar uma relação de confiança com os trabalhadores rurais, com o objetivo de aprender com eles a se abastecer e a se locomover dentro dela.

Por esse motivo, uma das táticas empregadas pelos militantes, para se aproximarem e ganharem a confiança dos moradores locais, foi a de fornecer assistência médica e social. A partir de então, começaram a desenvolver funções de médicos, dentistas, enfermeiros, professores, etc. Da mesma forma, implantaram uma farmácia e armazém com preços baratos, os quais podiam ser pagos, trocados por mercadorias ou até doados, dependendo da dificuldade que o trabalhador se encontrava naquele momento. Conforme Araújo (2006, p.03), “[...] efetuou-se um trabalho de servir o povo através de atividades de assistência médica, farmacêutica, dentária, alfabetização, comércio, trabalho produtivo comum, visitas, etc. O trabalho político não era aberto antes de começar a luta”.

Toda a disposição dos militantes para com os trabalhadores rurais, estava em parte inserido em seu projeto de fazer com que os trabalhadores aderissem à sua causa. Agiam com um intuito de fortalecer, ou melhor, de “criar” um exército popular, encobrindo seus objetivos com ações assistencialistas. Buscavam gerar uma relação de reciprocidade com os moradores

da região, promovendo um perfil de “gente boa”, pessoas que compartilhavam o que tinham e se dedicavam à serem solidários com os outros.

Os militantes planejaram e articularam passar uma imagem que, a despeito de não estarem com as mãos calejadas pelo manejo com a terra, se assemelhava com os trabalhadores rurais sendo, assim, pessoas boas, cuidadosas, respeitosas, prestativas e solidárias. Projetaram um tipo de comportamento a ser seguido, a fim de esconder suas reais intenções, ou seja: possuíam objetivos bem traçados, partindo de um roteiro a ser cumprido, embora, para os protagonistas, o script real estivesse oculto. Vejamos como os militantes consideravam o apoio da população como parte intrínseca da luta armada que pretendiam deflagrar:

Os organizadores da guerrilha têm certo o apoio maciço da população. Mesmo que no início os militares usem métodos demagógicos para tentar a aproximação, cedo ou tarde partirão para a violência e se isolarão dos moradores. As Forças Armadas se enfraquecerão e os comunistas comandarão a formação do exército regular para combater as tropas oficiais. (MORAIS; SILVA, 2005, p.38).

Na elaboração de seu plano de ação os militantes tinham como certo o apoio dos moradores locais. Nesse caso, o planejamento e a efetivação das ações "sociais" no âmbito esquecido pelo governo, como já citamos anteriormente, eram instrumentos usuais que satisfaziam a população local.

Dessa forma, os trabalhadores rurais faziam parte de um teatro, um jogo de interesses, em que não sabiam quais eram as reais intenções dos militantes, sendo inseridos em projetos políticos que fugiam às suas demandas. Vejamos na fala do *Sr. Antônio Alves de Sousa* como os moradores não tinham uma “ciência” de quais eram os objetivos dos militantes por trás daquelas ações de ajuda aos moradores locais:

[...] A Dina chegou um dia lá em casa, a minha menina, que é a mais velha, estava doente e ela gostava demais da menina [...] Aí correu, chegou lá trouxe dois comprimidozinhos bem miudinhos, aí chegou deu pra mulher e disse assim: – Oh dona Maria você pega um comprimido desse divide bem no meio e faça um chazinho de capim santo e dê pra ela tomar com uma bandinha desse comprimido e mais tarde você dá o outro, a mulher fez o chá e deu pra menina, hum, foi na mesma da hora a menina estava esperta, correndo e caminhando para todo canto e até hoje é muito difícil adoecer. (SOUSA, 03 jul. 2016).

Percebemos que os trabalhadores rurais partilharam suas necessidades com os militantes, recebendo deles atendimento indispensável naquele momento. Os trabalhadores que deram seus relatos se encontravam longe do hospital mais próximo, precisando levar em consideração que podiam ser atendidos ou não no hospital público.

Além disso, era preciso considerar o transporte. Como não dispunham de veículo na região, já que as estradas ainda eram muito precárias, dificultando a locomoção por via terrestre, o transporte só era possível com animais ou pela via fluvial, através dos rios Araguaia/Tocantins os quais, dependendo do fator climático, inviabilizavam a retirada de doentes da região.

Para os trabalhadores rurais, a chegada de pessoas que contribuíam para a diminuição de seu sofrimento, especialmente quando um ente querido adoecia, era bem recebida. Porém, com a chegada do Exército na região, essa “ajuda mútua” transforma as falas dos atores. O Exército chega porque foi informado de que existiam pessoas subversivas na região. A partir dessa informação envia agentes da inteligência, com o objetivo de averiguar secretamente se existia um movimento de resistência à ditadura civil-militar.

Ao perceberem a existência de um “movimento revolucionário” na região do Araguaia, as Forças Armadas voltam seus “olhos” para a localidade e dá início ao planejamento de manobras para desarticular a ação dos revoltosos. Não discorreremos sobre todas as ações, mas trataremos apenas de uma, que é a que nos interessa nesse item.

O Exército espalhou que existiam *terroristas* na região. A nomenclatura aplicada aos militantes pelas Forças Armadas, seguia-se de uma contra propaganda na qual se afirmava que se tratava de pessoas más, com o objetivo de mapear sua localização. Sua intenção era de provocar medo na população local, que mantinham contato com os militantes, fazendo dela informante do local onde moravam os terroristas. Começa, assim, a encenação do Exército na busca pelo apoio da população local.

No plano de ação traçado pelas Forças Armadas, para conquistar a simpatia dos moradores da região, também se desenvolveram ações de “cunho social” como as operações de ACISO –Ação Cívico Social. Nestas, foram oportunizadas a entrega de remédios gratuitos; consultas médicas e dentárias de graça; condução de doentes de helicóptero, quando não havia atendimento necessário ao tratamento; fornecimento de documentos pessoais; distribuição de cestas básicas; campanha de vacinação; investimentos financeiros nas escolas locais, dentre outras ações, citadas em relatório pela inteligência do exército:

[...] No que tange a esta atividade, foram realizados os seguintes trabalhos, em princípio, contando com a cooperação de elementos da localidade: - Pintura de um Ginásio. - Pintura de três escolas primárias. - Pintura de um posto de saúde. - Instalação de uma bomba de água, com fornecimento de material, em um grupo escolar. - Pintura de uma Igreja. - Substituição de 500 telhas de uma escola primária. - Instalação elétrica, com fornecimento de material em um Dispensário. (RELATÓRIO, 1972).

Em depoimento registrado por Sá (1990, p.23) um certo *Sr. Hermógenes* afirma que “[...]o Exército tinha cuidado dos dentes de seu filho e da saúde de muitas pessoas da região”.

Ao que tudo indica, a população local acolheu de bom grado aquelas ações, que traziam melhoria para os moradores. O que não desconfiava é que, por trás das operações de ACISO havia um objetivo principal, o de exterminar os militantes, “os terroristas”, com a sua participação. Em palestra proferida pelo Centro de Informação do Exército, entre 1976 e 1977, os objetivos estratégicos das operações de assistência social, são claros:

[...] Mas, o mais importante talvez, são as Operações de Conquista das Populações, nas áreas de tensão Social, onde levamos um pouco de segurança e bem estar, através dos diferentes Órgãos do Governo. A par desse trabalho Assistencial, ganhamos a confiança da População, a conscientizamos Politicamente, mantendo-a imune às tentativas de penetração do Comunismo. Somente através deste trabalho, que o inimigo tão bem sabe fazer, é que, de fato o neutralizamos[...]. (PALESTRA, 1976/1977).

Como se vê, o Exército ocultou seu objetivo principal, dado que a finalidade das operações de ACISO não era levar para a região ações que sanassem, efetivamente, as necessidades endêmicas da região. Doenças oportunistas, ocasionadas por falta de vacinação nas crianças e a falta crônica de remédios para o tratamento da malária, responsável por um grande número de mortes, continuaram sem solução. Por trás daquelas ações proporcionadas pelas Forças Armadas, havia a intencionalidade de trazer para seu lado o morador local, ter com ele uma relação de confiança, para torná-lo aliado na caçada aos subversivos e ajudá-los a banir qualquer vestígio que existisse na região de pessoas revoltosas com o sistema governamental da época.

A saber, quem mais conhecia as matas do Araguaia senão os moradores locais? Assim, os trabalhadores rurais se tornaram “peças-chave” para que o Exército conseguisse ser bem-sucedido na luta contra os militantes. Conforme relata o *Sr. Domingos Barros dos Santos*, um dos “mateiros”, trabalhadores recrutados para entrar com o Exército na mata, ao ser perguntado se escolhera ou não entrar na mata com os soldados, respondeu:

[...] fui obrigado, eu não fui por minha conta, aquilo ali ou ia ou então, quando eles [os militares] agradava da pessoa para levar pra andar mais eles, tinha que ir mesmo, não tinha conversa, é, se dizer alguma coisa eles já ia, ou matava logo também. O cara que ficava no meio, conversava bobagem ou coisa pouca eles metia o cacete, imagina se eu dissesse que não ia, aí era pior, tinha que ir mesmo, não é fácil não. (SANTOS, 05 ago.2016).

O relato acima não descarta as ações estratégicas de sobrevivência, pensada pelos trabalhadores rurais, presos entre o conflito. Na tentativa de não se indispor com nenhum

dos lados, buscaram transitar entre uns e outros, procurando não causar “desentendimentos” com nenhuma das partes, como afirmou o Sr. Manoel Alves de Sousa:

Nós não podia falar nada, a gente não podia assim né, nós não tava sabendo do que se trata, ai para nós falar, ninguém sabe como era o problema porque nós não entendemos. Ai nós não podia dizer nada nem de bem nem de mal, nem para um lado nem para o outro não é, a gente para ficar mais descente e livrar de alguma coisa a gente tem que ficar calado, a gente não sabe o que vai acontecer com a gente, ai a gente não está maltratando nem uma parte nem da outra, porque nós não sabia. (SOUSA, 03 ago.2016).

Se as duas partes envolvidas diretamente no confronto, militantes e militares, empregaram um teatro para conquistar os moradores locais, por outro lado os habitantes do lugar, quando perceberam que ambos os lados executariam ações que levariam à eliminação de quem atravessasse seu caminho, começaram a praticar um *contra teatro*, traçando estratégias para poder sobreviver numa luta que não era sua. Conforme registraram Taís Morais e Eumano Silva,

[...] o lavrador João Pereira da Silva [...] conviveu muito tempo com os guerrilheiros Maria, Lena, Jaime e Joaquim antes dos combates. Uma noite, seis militares chegaram e disseram que os vizinhos eram terroristas. Os homens do governo intimaram o camponês a levá-lo até a casa dos guerrilheiros. João não teve alternativa. Quando chegaram perto, os guerrilheiros fugiram. Os militares tocaram fogo na habitação. No dia seguinte, João recebeu uma arma e ordens para se deslocar até o local do incêndio e verificar se havia rastros. Ele foi. O dia passou, a noite caiu e o lavrador não retornou. Quando amanheceu, os militares que ficaram na propriedade do casal saíram em busca de João Pereira e o encontraram morto[...] os guerrilheiros vingaram-se de João por ter guiado as forças repressoras. (MORAIS; SILVA, 2005, p. 263).

É possível que o episódio acima tenha sido orquestrado pelo próprios militares, dentro da estratégia de aterrorizar a população, levando-a a acreditar que os militantes estavam dispostos a matar inclusive os moradores locais. Sem dúvida, em algumas narrativas, há referências ao "justiçamento" de traidores dos militantes, mas também não cabe na discussão que nos propomos neste trabalho.

O que fica evidente é que o modo de vida, ou melhor, as práticas costumeiras dos trabalhadores, não foram levadas em consideração por nenhuma das partes envolvidas diretamente na Guerrilha. Assim, nada mais compreensível que os moradores locais buscassem por alternativas, para “deslizar” e sair do “olho do furacão”, buscando desenvolver estratégias para contracenar com os grupos já descritos.

Logo o Exército perceberia que sua estratégia de aproximação com os locais não estava funcionando. É neste momento que começa abertamente a efetuar prisões e impingir torturas

aos moradores da região, deixando claro seu objetivo nos interrogatórios. A partir desse instante o caldeirão “começa a ferver”, respingando nos trabalhadores da região do Araguaia, conforme nos relataram o *Sr. Antônio Alves de Sousa* e o *Sr. Camilo Benito de Moraes*:

A derradeira coisa que fizeram comigo, pegaram eu, botaram em cima de uma bola de arame farpado, eu me sentei e veio um senhor de Romeu aqui por trás e colocou um troço aqui em minha cabeça e começou apertar e disse: [...] – *ele agora vai falar o que foi que ele fez pra Dina.*[...] começou a apertar, começou a apertar, eu disse: [...] – *olha vocês pode me matar, vocês pode fazer o que quiser, eu estou na mão de Deus primeiramente, segundo na mão de vocês, vocês pode fazer o que quiser, mas o que conto foi só o que fiz e nada mais, eu nunca dei nada pra Dina, nunca fiz nada pra Dina, até muito pouco nós se conversava porque eles vivia mas no serviço dele e eu no meu serviço e pronto.*[...] E aí quando eles chegaram e começaram a apertar eu vi minha cabeça parece que tava desse comprimento assim [ mostra com a mão uma distância aproximada de 40cm a 50cm]. (SOUSA, 03 jul. 2016).

Tinha medo, ninguém falava não, era tudo caladinho, se visse uma pessoa, uma pessoa desses outros, aí ficava caladinho, porque se visse, chegasse, contasse, tinha que dá conta e fazia andar mais eles [os militares] lá apanhando, sofrendo, era assim. O povo andava tudo com medo de peia, ficava calado, ali não conversava pra ninguém, era boca fechada mesmo. Ameaçava e pegava e judiava mesmo, eu tenho um tio, ele morava na Gameleira grande, fica por baixa da Santa Cruz aqui nesse rio aqui, ele passou 24 horas pendurado, ele ficou todo aleijado, todo, até o nariz dele deram um coice nele assim, amassou o nariz dele, o nariz dele ficou amassadinha assim, pois é. (MORAES, 03 ago.2016).

Nesse segundo momento de investida do Exército, o cotidiano dos moradores modificou-se bruscamente. Suas práticas costumeiras foram cerceadas, já não era mais possível ir e vir sem o “olhar” dos militares. Em suas casas também não estavam mais protegidos, pois os soldados poderiam chegar a qualquer momento e “levar preso” sem nenhuma justificativa plausível.

O medo se instaura. A expectativa era de quem seria o próximo a ser pego pelo Exército. Além das violências física e psicológica, os trabalhadores tinham que abandonar suas famílias, que ficavam sem saber para onde foram levados e dependentes do amparo dos vizinhos que, em parte, estavam na mesma situação. Muitas esposas, mães, filhas, viveram dia a dia a angústia de não saber se seu parente estava vivo ou morto. Foi o que nos relatou *D.<sup>a</sup> Elsa Pereira Martins*, que até no momento da entrevista não tivera mais notícias do pai:

Meu pai também, meu pai foi pra roça assim afastado e não era bem a roça dele, era noutra região que ele foi fazer um trabalho lá na roça e lá pegaram ele [os militares] lá desapareceram com ele, aí nunca mais ele apareceu. Manoel Pereira Martins, a notícia que nós tivemos, depois apareceu um

vizinho, depois de uma semana falando que tinha pego ele, que tinha matado ele, até hoje ele nunca apareceu. (MARTINS, 03 ago. 2016).

Em outro registro, o *Sr. Raimundo Nonato Alves de Oliveira*, morador de São Geraldo do Araguaia - PA, interpreta o conflito:

Naquela época foi sofrido não foi só pra um e nem dois não, foi pra todos que moravam aqui, foi pra todos, não foi nem pra um e nem pra dois não, foi pra todos que morava nessa região, foi pra nós tudo, não tem dizer foi pra A ou pra B não, foi pra todo mundo, todo mundo sofreu, uns apanhou demais, apanhou até morrer, foi poucos que não apanhou até morrer. (OLIVEIRA, 04 ago. 2016).

Os trabalhadores ficaram “acuados”, sofrendo as brutalidades do Exército em busca dos “terroristas”. Assim, buscando voltar suas vidas ao curso habitual, na tentativa de sair daquela fornalha e possivelmente na intenção de resguardar os moradores locais de mais sofrimentos, alguns começam a entregar os militantes. É o que depreendemos do depoimento que *D.<sup>a</sup> Rocilda Sousa dos Santos*, moradora da região, deu ao Inquérito Civil Público<sup>14</sup> em 2001:

Manezinho das Duas falou para declarante que pediu para a Rosinha (guerrilheira) se entregar, porém ela teria dito que não se entregaria[...] Manezinho das Duas aprisionou Rosinha justificando que ela estava causando muitos problemas e sofrimento aos moradores da região. (SÃO PAULO, 2001).

Com a deflagração da Guerrilha, os trabalhadores rurais foram submetidos a uma ruptura em seu modo de vida e obrigados, de certa forma, a negar seus costumes. Sua prática de ajuda mútua “foi banida” do cotidiano como uma imposição do Exército; suas relações de sociabilidade com os moradores da região como, por exemplo, o trabalho em mutirão para ajudar os companheiros na plantação e colheita das roças que necessitavam desse auxílio, também foram proibidas.

Essas sociabilidades se estendiam também à convivência com militantes, mesmo depois do acirramento das ações do Exército, como expõe *D.<sup>a</sup> Maria Martins Jorge dos Santos*:

[...] Eu tive um dia que quase eu ia presa, depois me procuraram se eu tinha visto os terroristas, a minha consciência doeu pra eu mentir, não dói a consciência da gente? eu falei:– *Vi*. [...] Eles perguntaram: [...] – *Aonde?* [...] Respondi: [...] – *Eu vi na minha casa*. [...] Só que depois que eu vi eles, eu fiquei com tanto medo que eu não fui mais pra minha casa, mudei para a casa

<sup>14</sup> Os Inquéritos Civis Públicos 1, 3 e 5, todos de 2001, e respectivamente das Procuradorias da República no Pará, em São Paulo e no Distrito Federal, são originários de trabalhos conjuntos que foram desenvolvidos por esses três órgãos do Ministério Público Federal na colheita de informações sobre a “Guerrilha do Araguaia”. Estes documentos foram compilados em uma peça inicial, denominada de: RELATÓRIO PARCIAL GUERRILHA DO ARAGUAIA – INVESTIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, A AÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO E A EXISTÊNCIA DE RELATÓRIOS MILITARES, disponibilizado pela Comissão da Verdade através do link: <[http://www.dhnet.org.br/verdade/rn/combatentes/glenio/mpf\\_relatorio\\_guerrilha\\_araguaia.pdf](http://www.dhnet.org.br/verdade/rn/combatentes/glenio/mpf_relatorio_guerrilha_araguaia.pdf)>

da minha cunhada de medo. Eles perguntaram:– *Eles lhe pediram alguma coisa?* [...] Eu falei:– *Pedi.* [...] Perguntaram: [...] – *Você deu?* [...] Respondi:– *Dei.* Perguntaram:– *Por que você deu?* [...] Respondi:– *Porque eles estavam com fome né, e pelo visto eles estavam com mais fome do que eu, porque eu estava dentro de casa, eu poderia achar uma farinha, eu poderia achar uma coisa, uma raiz de mandioca, um mamão, uma coisa pra comer não é, e eles? É ser humano igual nós, não é? A fome que eu sinto, eles também sentiram.* (SANTOS, 05 ago. 2016).

Observamos que essas relações costumeiras, cujas práticas de sociabilidade eram muito importantes, eram práticas representativas de seus modos de viver. Como vimos, mesmo com toda repressão dos militares e colocando sua vida em risco, *D.<sup>a</sup> Maria Martins* ajuda o militante a “matar” sua fome. Para Antônio Cândido, em *Os Parceiros do Rio Bonito* (2003), este tipo de ação se baseava em uma organização cultural específica e pautada na sociabilidade:

Com efeito, as necessidades têm um duplo caráter social e natural, pois se a sua manifestação primária são impulsos orgânicos, a satisfação destes se dá por meio e iniciativas humanas [...] daí as próprias necessidades se complicarem e perderem em parte seu caráter estritamente natural, para se tornarem produtos da sociedade. (CÂNDIDO, 2003, p. 29).

No que se refere às experiências construídas e partilhadas pelos trabalhadores rurais do Araguaia, a ideia de pensar os sujeitos a partir de seus modos de vida foi importante porque nos possibilitou direcionar o olhar para as práticas das pessoas comuns que habitavam a região. Afinal, sabemos que práticas culturais representativas de um modo de vida, seja ele qual for, são sempre variadas e complexas, cabendo ao historiador escolher, dentre as múltiplas possibilidades, as mais significativas para os grupos estudados no contexto investigado.

Parece-nos que para os trabalhadores rurais que viveram na região de Xambioá e de São Geraldo do Araguaia entre as décadas 1960 e 1970, as práticas mais relevantes eram aquelas ligadas ao cultivo da terra, quando a colaboração entre vizinhos e conhecidos iniciava-se com a broca do terreno a ser plantado e perdurava até o momento da colheita.

Ligadas ao plantio de alimentos, essas práticas constituíam costumes que estabeleceram sistemas de valores simbólicos e materiais, que possivelmente explicam o modo e o porquê de algumas negociações, submissões e conflitos obscurecidos na história e na historiografia acerca das relações vividas e das experiências construídas durante a Guerrilha do Araguaia.

Essas práticas foram vivenciadas por famílias e mesmo por grupos inteiros de trabalhadores rurais na região, quando precisaram apoiar-se uns nos outros para “estabilizar” suas condições mínimas de sobrevivência. Sobre a questão Antônio Cândido (2003) ainda nos afirma que estas vivências, construídas pelo costume, transformam-se em padrões de

sociabilidade sobre os quais não é possível construir nenhum a *priori*, pois as culturas, assim como o modos de viver, são experiências em movimento.

Apesar de entender que existe uma variabilidade nos padrões de sociabilidade, Antônio Cândido (2003) defende que estas experiências têm como fundamento básico e aglutinador o reconhecimento, por parte dos sujeitos, de que a necessidade do outro é também parte de sua realidade. Sobre isso, observamos que os trabalhadores rurais do Araguaia preocupavam-se com aquele que não tinha condições de tocar sua roça sozinho. Em suas palavras, “*o mais fraco de condição nós ajudava*”. Sobre as práticas costumeiras na região, o Sr. Antônio Alves de Sousa nos conta:

Quando a pessoa era mais fraco de condição fazia mutirão, quando a pessoa tinha mais condição não fazia mutirão, mas aqueles que tinha condição fazia mutirão com aqueles que era fraco, como bem, se hoje eu vou botar uma roça, minha roça, perguntava:– *Quantos linhas de roça tu vai botar?* [...] Respondi: – *Vou botar só meio alqueire, que é 08 linhas, botar só meio alqueire.* [...] Mas para mim não passar 10 dias só eu sozinho roçando aquela roça, juntava 08 ou 10 pessoas comigo e dizia:– *Vamos fazer um mutirão na casa do Precatão, aí, olha amanhã ou depois nós vamos botar tua roça.* [...] Aí a gente já juntava um frango, dois frango, uma leitoa matava e fazia aquele almoço para aquela quantidade de gente, aí pegava aquilo às vezes quando era meio dia já terminava de roçar 08 linhas de roça, depois diziam:– *Vamos derribar, vamos.* [...] Aí passava 10 dias, juntava aquilo ali, metia o machado, só que não tinha moto serra era no machado, largava o machado naquela madeira jogava tudo no chão e aí esperava só pra tocar fogo. Era assim que nós trabalhava, era na união. (SOUSA, 03 jul. 2016).

Em outro momento da entrevista, perguntado sobre o que ocorria quando um morador entrava em dificuldades ou perdesse a roça, ele nos disse:

Juntava para acudir, juntava pra acudir, mesmo quando fosse naquele tempo todo mundo tinha pra colher, mas a gente juntava, hoje aquele dia pra colher aquele legume, aí amanhã vamos colher aquele legume daquele outro que está começando perder, se não tava perdendo não tinha nada, mas se tava no rumo de perder, vamos juntar todo mundo da vizinhança pra colher o legume daquele outro companheiro. (SOUSA, 03 jul. 2016).

À mesma pergunta o Sr. Darci Alves Taveira respondeu: “[...] nós aguentava ele na precisão que faltava a coisa”(TAVEIRA, 02 jul.2016), nos indicando que os trabalhadores rurais do Araguaia tanto dividiam entre si a força de trabalho quanto compartilhavam alimentos com os vizinhos, caso faltasse. Subentende-se, portanto, das narrativas acima a importância dos vínculos, baseados na ajuda mútua.

Por outro lado, essas relações de sociabilidade aconteciam também em outros contextos. Carmo Bernardes narra no livro de memórias *Xambioá: Paz e Guerra*, escrito em 1979, como ele, um forasteiro na região da Guerrilha, era tratado com cortesia simples, calcada na ideia de *necessária*, pelas pessoas das vizinhanças do lugar onde se hospedara:

Dona Maria. João Bispo, trouxe para eu levar farofa de pato pegado no arapução que eu fiz [...] Dona Rosana ajudou a amarrar as pamonhas, [...] que eu levasse uma manta de carne e farinha de puba. Adão Marcelo trouxe tijolo e mamão ralado com leite [...] E Pedro Bugréia debulhou milho, que eu levasse, desaguar Tatão [nome do burro de montaria] [...] que ia sendo bem agasalhada em palha seca [...] (2005, p. 118).

Entendemos aqui que a cortesia “necessária” não se resume ao indispensável físico para saciar a fome, mas a um conjunto de imperativos construídos socialmente dentre os quais se destaca a partilha uma afetividade mais ou menos implícita. Não obstante, a ideia de que são sociais mesmo as relações mais essenciais à manutenção da vida, nos conduz à reflexão posta por Thompson (1998, p.17) quanto aos problemas de se pensar cultura a partir de “[...] uma perspectiva ultra consensual [...] entendida como sistemas de valores e significados compartilhados”. Nesse sentido, o que o autor busca (des) construir é o entendimento da cultura como um domínio do consenso e da homogeneidade entre as pessoas e os grupos, pois sua percepção de cultura é:

Um conjunto de diferentes recursos em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflituosos [...] E na verdade o próprio termo “cultura” com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto. (THOMPSON, 1998, p. 17).

As relações de sociabilidade não se constroem apenas entre os trabalhadores rurais na sua labuta diária. Abrangem outras circunstâncias vividas e foram partilhadas pelos militantes, pelos militares e demais sujeitos da região. Trava-se, é claro, de circunstâncias muito difíceis, pois se relacionavam tanto ao conhecimento quanto á ignorância acerca da realidade da Guerrilha naquele momento. Em outro registro documental, produzido em outro contexto, importa registrar os relatos e documentos apresentados no livro *Operação Araguaia: os arquivos secretos do Araguaia*, publicado em 2005 pelos jornalistas Taís Morais e Eumano Silva. Dentre estes, destacamos:

Era ainda o ano de 1970, na narrativa o posseiro Pedro Onça ao visitar um amigo denominado Antônio da Helena encontra-se com um estranho, era o Dr. Juca que a menos de um mês abrira uma farmácia. Dr. Juca se mostra

prestativo: Vendemos remédios e ainda tratamos algumas doencinhas [...] Tem alguns companheiros que moram comigo e também podem ajudar em caso de necessidade. (MORAIS; SILVA, 2005, p. 31).

A presença de uma pessoa que vendia remédios satisfaz Pedro Onça. Afinal, o médico mais próximo não ficava a menos de 100 quilômetros. Ele também gostou da postura do Dr. Juca: educado e atencioso. Estas relações de ajuda mútua são relatadas pelo próprio Pedro Onça e descritas pelos autores:

Um dia, quando voltava para casa, sentiu os efeitos da malária e caiu doente enquanto estava na casa de Antônio da Helena. O corpo pegava fogo. Lembrou-se de quando ficou de cama na casa de irmã e teve medo de morrer. Havia poucas alternativas de ajuda. Pedro Onça mandou chamar o Dr. Juca. (MORAIS; SILVA, 2005, p. 32).

Pensar as relações de sociabilidade no interior do processo da Guerrilha permite deslocar a autoridade dos discursos que compreendem esse movimento apenas em seu viés político. Desta forma, ao privilegiarmos novos sujeitos e novas práticas como objeto de estudo, nosso olhar se volta para a dimensão cultural construída naquele período. Justamente esta dimensão nos levou a dialogar com fontes vivas, preferindo o registro de memórias daqueles que viveram o confronto e que têm lembranças das relações cotidianas e costumeiras construídas naquele contexto.

Os interesses defendidos, fosse pelo Exército ou pelos militantes, poderiam até ter se imbricado, por alguns momentos, com os interesses dos trabalhadores rurais da região do Araguaia. Mas, com o desenrolar do conflito, se em algum ponto se encontraram, fato é que se desconectaram drasticamente. Como vimos, tudo se modificou: o ritmo de vida, a lida diária, as práticas culturais de sociabilidades. Todo um modo de vida, construído sobre experiências partilhadas foi comprometido. Para os trabalhadores que viviam da labuta com a terra e dividiam com a família o pesado fardo, restou a terra arrasada: suas roças foram queimadas, seus frutos destruídos, suas necessidades básicas impedidas de serem satisfeitas.

Diante de toda essa experiência de labuta, sofrimento e dor, reconhecer a cidadania destes trabalhadores implica, também, em recolocar suas memórias na reconstrução do processo histórico. Participantes igualmente legítimos da memória social, requerem que sejam reconhecidos também como construtores da sua própria história. Nesse sentido, cabe aos historiadores possibilitar a esses sujeitos a narrativa do seu passado, nos seus próprios termos, pois tiveram suas experiências silenciadas, suprimidas e desvinculadas das narrativas que se fizeram sobre o período.

À margem do trilhos, olhando passar a veloz locomotiva da história, ficaram à beira dos discursos mesmo quando chamados a adentrarem no vagão. Seu assento seria marcado como apoiador de narrativas que pouco ou nada convergiam com os seus interesses. Nossa intenção, ao longo deste segundo capítulo foi contribuir para que suas experiências, trazidas do passado através de suas memórias, pudessem ser ouvidas, registradas, impressas. Cabe, a seguir, procurar compreender como reconstruíram suas vidas, seus modos de viver e trabalhar, quando a Guerrilha do Araguaia chegou ao fim.

### CAPÍTULO 3.

#### A EXPERIÊNCIA SOCIAL DEPOIS DO CONFLITO NO ARAGUAIA: NOSSAS HISTÓRIAS E NOSSAS MEMÓRIAS ENRAIZADAS NESSE CHÃO

Ao fim da Guerrilha, por volta de 1974, a região do Araguaia se tornou uma das mais violentas do Brasil<sup>15</sup>. Para Campos Filho (2014), as ações do Estado brasileiro, pautadas pelo temor obsessivo da reorganização do movimento guerrilheiro, foram fundamentais para isso.

Sobre um ambiente cada vez mais inóspito, profundamente transformado por desmatamentos descontrolados para a comercialização clandestina de madeira, e posteriormente, para a produção agropastoril, o Estado seria conivente com uma série de crimes que se perpetrariam na região. Com a justificativa de defender a “posição estratégica” representada pela parte oriental da Amazônia, a doutrina da segurança nacional seria evocada para combater os que lutavam pela posse da terra, para a execução de políticas que favoreciam aos grandes proprietários de terras e/ou empresas que investiram na região onde antes viviam famílias de camponeses.

Assim, foram transformados em inimigos internos aqueles que reagiram aos roubos de terras públicas, praticados impunemente e com o apoio das autoridades. Lideranças sindicais, clericais e parlamentares foram e continuam sendo, assassinadas por pistoleiros e policiais a mando dos fazendeiros. (Cf. CAMPOS FILHO, 2014).

Sobre este quadro, o medo vicejaria. Reportando-se sobre sua própria experiência como pesquisador, na região, Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto, nos diz:

[...]quando falamos da guerrilha, precisamos também falar da ‘guerra que veio depois’. Alguns antigos moradores da região chamam de ‘a segunda guerra’ o prolongado estado de sítio imposto pela ditadura, com a supressão da liberdade de reunião e associação. Pior, o que se seguiu atentou contra a integridade pessoal de camponeses, moradores e lideranças sociais, inclusive religiosos ligados à Teologia da Libertação. Em fins de 1980, quando eu mesmo fazia pesquisa de campo na região, vi que não era permitido ao sindicato de professores reunir-se em São Geraldo do Araguaia (PA). Nessa localidade, dona Oneide, viúva do agente da Comissão Pastoral da Terra, Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, assassinado pelo latifúndio em maio de 1980, conta que, em 2004, os estudantes da escola em que ela era então

<sup>15</sup> Além do trabalho de Campos Filho (2014), sobre os desdobramentos que tiveram lugar na região, após a Guerrilha, consultar: CARVALHO, Luiz Maklouf. **O coronel rompe o silêncio**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004; GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; CABRAL, Pedro Corrêa. **Xambioá: Guerrilha do Araguaia**. Rio de Janeiro: Record, 1993; KOTSCHO, Ricardo. **O massacre dos posseiros – Conflitos de terras no Araguaia/Tocantins**. São Paulo: Brasiliense, 1981; BERNARDES, Carmo. **Xambioá: paz e guerra**. Goiânia: Agepel, 2005.

diretora quiseram fazer uma representação da guerrilha, na parada de Sete de Setembro. A iniciativa dos estudantes foi, no entanto, severamente reprimida por parte das autoridades civis e militares do município. (PEIXOTO, 2011, p.489).

Diante deste quadro, entendemos ser pertinente discorrer sobre a reconstrução dos modos de viver dos trabalhadores rurais do Araguaia, depois que o conflito armado se encerrou. Assim, para o presente capítulo nos propomos investigar os enfrentamentos dos trabalhadores para retomarem o curso de suas vidas, as dificuldades suplantadas e/ou adaptadas na recomposição do seu cotidiano na região ou fora dela.

Como vimos, as relações sociais, travadas no cotidiano eram marcadas por um aspecto cultural bem peculiar: a solidariedade. Sobre esse modo de vida, baseado da partilha e na ajuda mútua, o Sr. *Antônio Alves de Sousa* nos indicou que o mesmo se dava também com os forasteiros. Relembrando seu contato com a “Dina”, quando de sua chegada na região, nos disse:

Eu nunca trabalhei para Dina, nunca fiz nada pra Dina, a não ser que quando ela chegou, a minha esposa deu um casal de frango para ela começar, que aquilo era que nós fazia, os camponeses que moravam naquele lugar quando chegava um vizinho para perto da gente, a gente dava um começo de criação para eles, começarem a vida deles que nem os outros fizeram com a gente quando chegamos, ajudava uns aos outros. (SOUSA, 03 jul.2016).

De acordo com a narrativa do militante Glênio de Sá (1990), quando a Guerrilha já havia sido deflagrada, ele se perdeu na mata, não conseguindo mais se localizar com precisão. Andou por vários dias e ao chegar na casa de uma família de trabalhadores rurais, foi tratado da seguinte forma:

A família que me abrigou aconselhou-me a não ir dormi no mato e ficar na casa, que havia mais segurança. Mesmo correndo risco decidi confiar e esperei amanhecer o dia para ir em busca dos meus amigos. Andava apressado, só parando para comer e beber água. Antes de anoitecer, cheguei à casa de farinha. Os donos me receberam bem, embora desconfiados. [...] Convidaram-me para pousar lá essa noite, mas agradei e expliquei que não podia correr risco. Ganhei mais farinha e um pouco de querosene e sai em busca de um lugar no mato para dormir. (SÁ, 1990, p. 22-23).

Refletimos que o necessário não se resume ao indispensável físico para saciar a fome, mas a um conjunto de necessidades construídas socialmente, dentre elas, a de partilhar uma afetividade. Mesmo recebendo o militante com desconfiança – naquele momento os moradores já sabiam que estavam sob os "olhos" do Exército – o trabalhador rural exercita seus costumes. Abre a porta de sua casa, reconhece no indivíduo uma situação que também podia ser sua, pois

o Exército destruía casas, roças, mercadorias, celeiros, intimidando os trabalhadores para que não ajudassem os militantes. Assim, mesmo com medo e sobre pressão, o morador opta por manter suas práticas costumeiras.

Todavia, as relações constituídas na região do Araguaia, antes da chegada do Exército, estavam para além da manutenção da vida. Tratavam-se de relações sócio culturais e que, por isso mesmo, não devem ser pensadas enquanto consenso. Conforme alerta Thompson (1998, p.17), a cultura deve ser entendida numa perspectiva ultra consensual, onde os sujeitos partilham significados e valores.

Assim, acreditamos que mesmo nas situações de ajuda mútua, de cooptação ou de negociação – estabelecidas entre militantes, militares e trabalhadores rurais –, permaneciam as distinções próprias de cada grupo no interior do conflito social. As mediações se davam pela cultura e mais, especificamente, por uma moral que delineava o cotidiano do morador da região do Araguaia, numa perspectiva que contemplava as tensões e negociações estabelecidas com os demais sujeitos.

Com efeito, até a irrupção da Guerrilha, as fontes nos indicam a existência de um "acordo" velado, baseado na solidariedade entre os trabalhadores rurais. Este era, aliás, o grande aglutinador cultural que "ligava" os moradores da região aos próprios militantes do PCdoB. Ou seja, a solidariedade fazia parte de um conjunto de necessidades básicas, mas também de uma economia moral que reconhecia na partilha um instrumento de manutenção da vida do grupo social.

Essa característica parece construir o alicerce das relações costumeiras na região onde se desenrolou a Guerrilha. Vinculado a essa troca, o cultivo da terra se apresentou como um dos aspectos centrais, constituidores do modo de viver e de trabalhar dos moradores daquela localidade. Conforme nos disse o *Sr. Darci*, a relação entre os vizinhos, baseava na “[...] ajuda do broque; os vizinhos ajudava, brocar de um depois ia brocar de outro, era assim, era unido o pessoal”. (TAVEIRA, 02 jul. 2016).

Os trabalhadores rurais do Araguaia, de fato precisavam uns dos outros para garantir suas necessidades básicas. Além disso, a ajuda também era importante na resistência à exploração do trabalho braçal requisitado e mal pago e, muitas vezes, *nem mesmo pago* pelos latifundiários locais. Assim, as narrativas nos apresentam uma organização social alinhavada por relações de sociabilidade, representada pela ajuda mútua. Estes elementos sinalizam para costumes partilhados, constituidores de traços culturais significativos dentro do modo de viver daquela região, assentes desde a década de 1960, antes mesmo da chegada dos militantes e militares naquela região.

Mesmo em meio à turbulência da guerra, os trabalhadores rurais se esforçam para manter os vínculos de solidariedade. Porém, como vimos, a presença do Exército altera seu cotidiano. Conforme se recorda o *Sr. Antônio Alves de Sousa*,

Quando um dia eles chegaram lá bem cedinho (os militares), era base de umas 7hs do dia, disse:- *Olha você vai sair daqui agora, porque nós vamos bombardear isso aqui e se você tiver aqui você vai morrer.* [...] Aí nós com medo, juntamos logo as coisinhas tudo, deixei outras coisas pra trás e o que era de roupa, uma parte das vasilhas da cozinha peguei um bocado e levei para uma barraca adiante da minha casa que eu morava uns mil metros, era a casa de um companheiro que os militares já tinha pego, a mulher dele já tinha saído da casa, tinha ido para a casa da mãe dela que ficava uma base de uns 400 metros de distância da casa, e aquela casinha lá numa ponta de mato lá, a casa que eu pude sair foi lá pra aquela casa, aonde aquele companheiro já tinha saído, já tinha sido pego pelo militar, mais eu fiquei ali no entroncamento das duas estradas, a que ia lá pra casa e a que saia para as abóboras. (SOUSA, 03 jul.2016).

A narrativa acima, evidencia o momento em que o confronto foi deflagrado. Em meio ao processo, os trabalhadores rurais do Araguaia precisaram lidar com a nova situação, imposta pelos militares, e administrar os conflitos nos quais estavam incluídos sem seu consentimento: "driblar" as situações para as quais eram arregimentados, na condição de "guia" e ou de delator, contrariando frontalmente seu modo de vida. Porém, na medida em que a presença e brutalidade do Exército se consolidavam, cada vez mais os trabalhadores precisavam valer-se de estratégias para garantir sua própria sobrevivência, o que acarretaria a destruição do seu modo de vida.

Vale lembrar que embora a história registre o encerramento do conflito armado em 1975, mesmo depois do fim da Guerrilha do Araguaia o controle do Exército sobre os moradores locais permaneceria. Somente no final da década de 1990 alguns começaram a narrar suas histórias de sofrimento e reconstruir suas memórias o que, segundo compreendemos, são campos abertos no processo de devolução ao trabalhadores que viveram aquele período. Quando o conflito chegou ao seu termo, a memória do *Sr. Antônio Alves de Sousa* registra:

Em 1977 não, porque acabou a guerra em 1973. O exército nunca mais procurou ninguém, só que eles não mexeu mais com ninguém, só que eles ficaram, ficou essa mata na observação até uns 20 anos, toda a vida eles sempre corrigindo essa mata, mas aí foi o tempo que foi indo e acabou tudo. (SOUSA, 03 jul. 2016).

De fato, com o fim da Guerrilha os trabalhadores rurais precisaram enfrentar uma série de outros conflitos. Em primeiro lugar, destacamos o conflito interno: a necessidade de conviver com as lembranças.

Não por acaso, no processo de rememoração, muitos entrevistados embargaram suas vozes, suspiraram, silenciaram, engasgaram. Para nós, esses suspiros, pausas e silêncios são expressões que nos dizem muito sobre um período cruel da vida dos moradores da região do Araguaia. Sobretudo, indicando-nos que há feridas abertas, traumas jorrando histórias e memórias de uma região que experimentou, de maneira drástica, a transformação do seu modo de viver.

Com a permanência do Exército, monitorando a região, o medo também permaneceria. Mesmo depois do confronto armado os trabalhadores estiveram sob a observação dos militares, tendo sua mobilidade restringida. Como nos disse o, *Sr. Antônio Alves de Sousa*, “[...] toda vida eles sempre corrigindo essa mata”. (SOUSA, 03 jul. 2016). Por conta disso, *D.ª Maria Emilia Ferreira da Silva* ainda trouxe do passado o medo, inclusive, de falar sobre ele: “[...] Sei lá siá, sei não, a gente pensa né [...] principalmente eu, vixi eu tinha medo demais mulher e foi indo gente falando, siá não pode ficar assim não, larga esse medo besta, tu tem que falar, mas eu ia cismada, eu ficava com medo de falar pra muita gente.” (SILVA, 05 ago.2016).

Além do medo constante da volta daquele período nefasto, terminada a Guerrilha, outra luta se agravaria na região: a luta pela terra.

Defender o direito à terra, significava sair em defesa dos costumes que sedimentavam seu modo de vida, antes da chegada dos militares e da deflagração da Guerrilha do Araguaia. Tratava-se de defender costumes que perpassavam por escolhas morais, articuladas a um repertório cultural em suas diferentes vivências cotidianas.

Ainda que fragmentárias e difusas, as ações dos trabalhadores rurais são formas cotidianas de resistência, tanto na luta por manter suas práticas costumeiras, quanto na refutação da exploração dos grandes latifundiários que grilavam terras no esteira da Guerrilha que se findava:

Nestes últimos anos, desenvolveu-se intensa grilagem às margens do Araguaia, com apoio aberto ou disfarçado das autoridades. Os antigos moradores são expulsos dos lugares que cultivavam e não tem para onde ir [...] As grandes companhias, estimuladas pelos incentivos fiscais, tomam conta de dezenas e de centenas de milhares de hectares de terra [...] Como resultado dessa verdadeira usurpação, os posseiros levantam-se em defesa das glebas que ocupam e entram em choque com a polícia e com os pistoleiros profissionais a serviço dos poderosos. (AMAZONAS, 1982, p. 36).

O direito à terra é, no horizonte dos trabalhadores rurais, reflexo do direito de plantar, colher e sustentar a família. Este direito, por sua vez, é regido pela complexa relação entre uma moral baseada na solidariedade e da potencial "reclamação" quanto à sua garantia. Desta forma,

as lutas – inclusive os confrontos armados – se ligavam muito mais ao campo do direito de uso, do que do direito de propriedade.

De forma análoga, até a instalação dos grileiros de terra, o direito de uso fazia parte de um reconhecimento moral que reivindicava esse uso como inalienável, conforme nos conta *D.<sup>a</sup> Elsa Pereira Martins*, moradora da cidade de Xambioá:

Meu pai foi que saiu e antes dele sair, entrou um povo do INCRA né, cortando terra e passou a cortar terra assim, e passando para o fazendeiro, naquele tempo não tinha documentação, a gente chegava e arranchava num lugar onde a gente beneficiava, ali era da gente né, não era uma coisa comprada, depois disso foi que veio esse negócio de comprar e vender terra, até antes não era. (MARTINS, 03 ago. 2016).

A situação colocada por *D.<sup>a</sup> Elsa* fazia parte da relação dos costumes, comuns, partilhados na região. Conforme relata o *Sr. Antônio Alves de Sousa*, quando novas regras suplantam as práticas cotidianas de uso e posse da terra, igualmente, novas situações também se instalam, gerando a tensão e o conflito:

Aí quando começou a GETAT entrar pelo meio, o INCRA, aí começou a legalizar [...] E aí ficou eles tudo comprando assim, como bem tem o Zé Almeida bem aí que comprou uma fazenda do Valdemar Barros, que onde ele começou perto de onde eu morava, e começou a comprar, a minha aonde era meu que era ligada, eles tomaram de conta, compraram não sei de quem, aí foi comprando terra por terra, aí vai indo de posseiro por posseiro e hoje em dia ele tem é mundo de terra comprada aí nesse mundo todo. Aí foi tirando os posseiros, os posseiros foram saindo, foi indo e hoje os posseiros invadiram novamente lá, depois de tudo feito, todo lugar já preparado, já gramado, como bem tem muita área ali dos Almeida, que os posseiros venderam e voltaram de volta, tomaram novamente a terra. (SOUSA, 03 jul.2016).

Recomeçar a vida depois da Guerrilha do Araguaia, implicou numa mudança radical nas práticas costumeiras, acordadas na região por seus moradores. Muitos precisaram se ajustar a outras formas de trabalho, bem diferentes do modo de viver construídos até então. O deslocamento para a cidade, significou, enfim, o sepultamento das práticas culturais existentes antes da Guerrilha e que os definiam enquanto trabalhadores rurais.

Conforme nos disse o *Sr. Manoel Alves de Sousa*, morar na cidade foi uma solução encontrada para dirimir o *medo*, que se tornara uma constante após o término da Guerrilha: “[...] Não deu mas jeito de voltar porque quando nós ia, minha mãe não queria mais, estava amedrontada, meu pai também não quis mais de jeito nenhum, fiquemos com medo”. (SOUSA, 03 ago. 2016).

Mas, *também*, foi para muitos a única solução possível, pois para muitos uma nova situação se desenhou: *a perda da terra*. A memória do *Sr. Antônio Alves de Sousa*, recupera a realidade que precisou enfrentar, depois que foi liberado pelo Exército:

Quando me soltaram aí, eu perdi tudo que tinha, só não perdi a família, mas o que eu possuía não fiquei com nada, perdi, primeiramente a minha terra, toda minha roça [...]. Fiquei morando em terras alheias para poder sobreviver, não tive mas direito de voltar no que era meu, perdi tudo. Sem licença mais de voltar, eu fiquei na beira dessa estrada aqui de Marabá, lá na Fazenda Buqueirão, passei lá um ano e quatro meses, [...] fiquei trabalhando lá na Fazenda de um senhor Dr. Bento para poder sustentar a família, aí eu vim pra cá para Xambioá em 1976, cheguei aqui em Xambioá doente [...] mas nesse tempo era mais novo tinha mais força, assim mesmo doente fiquei trabalhando aqui perto, numas empreitadas [...] Aí fiquei numa casinha alugada aqui em cima, aí um companheiro, um cearense, viu aquela situação e arrumou um serviço para mim na serraria. (SOUSA, 03 jul.2016).

Mais adiante, quando perguntado sobre o tipo de serviço que executava na serraria, em Xambioá, o *Sr. Antônio* nos disse

Quando eu vim para cá, eu comecei trabalhar numa firma, na Maginco madeireira, trabalhei 17 anos nessa firma, eu trabalhava no pátio pegando aquelas madeiras pesadas, eu estava doente, mas trabalhando sem parar [...] eu sofria de um puxado horrível, aí fui trabalhar de ajudante geral, aí fechou a firma, aí eu passei quatro anos em Parauapeba, no Pará, voltei pra mesma firma em Tucumã, também no Pará, passei dois anos, voltei novamente pra cá e até hoje tô morando aqui. (SOUSA, 03 jul.2016).

A fala do *Sr. Antônio* condensa a situação geral dos trabalhadores rurais do Araguaia, após a Guerrilha. Sem as terras das quais retiravam seu sustento e o de suas famílias, tiveram que buscar trabalho na cidade ou deslocar-se para outra região em busca de serviço no campo.

A necessidade de deslocamento do entorno conhecido, provocou no *Sr. Antônio* não apenas a insegurança decorrente da busca do sustento, mas também a aflição da ruptura com todo um modo de vida dentro do qual se identificava enquanto sujeito e membro da coletividade. Agora, trabalhando na Madeireira Maginco, se via carregando madeira nas costas, posteriormente aprendendo a dirigir para o exercício da função de motorista e garantindo, sob outras formas, o sustento da família.

Vivendo em Xambioá - TO, redimensionou suas relações sociais e de trabalho, sendo forçado a um novo modo de vida, que em nada se assemelhava ao anterior. No comparativo, o *Sr. Antônio* entende que a mudança para a cidade,

[...] foi para pior, aqui teve ocasião que eu vi minha mulher empatar para lavar roupa [para outras pessoas] para poder dar de comer pra nós, para os filhos e

o marido e tudo, e eu de cara pra cima [sem emprego] [...] os filhos só não choravam de fome porque não via eles chorar pra comer, mas a menor que mora bem aí, um dia a gente amanheceu sem nada dentro de casa e não tinha aonde arrumar. Vi a mulher botar aquelas trouxas na cabeça e ir pra dentro do rio o dia todinho pra trazer aquele pouquinho de coisa pra nós comer aqui. Rapaz, eu aguentei calado e ela também aguentou calada, e sofremos, teve dia de nego amargar de fome. (SOUSA, 03 jul. 2016).

De provedor do lar, para o qual retirava da terra o sustento, na cidade, o Sr. Antônio se tornou mais um desempregado, sujeito às oscilações do mercado. Dependente do parco ordenado trazido à casa pela lida da própria esposa, ele e os filhos enfrentaram o amargor *da fome*, uma condição impensável no campo.

Também ficara para trás, a solidariedade da roça. Na cidade, a lógica é a da concorrência, da individualidade e do “mais forte”, em detrimento dos interesses do coletivo:

[...] o povo não se contenta em dividir o serviço, cada um tocar um serviço, junta 200,300,400 pescador numa área de chão como essa daí pra pescar e acaba né, porque se um ver uma pessoa fazer uma madeira para ir pescar, 50 querem fazer aquela madeira pra pescar também, aonde vai as coisas, onde vai a fome! O povo não sabe se acomodar, o povo não sabe se controlar pra todo mundo ter um acordo... se a gente for inventar como bem hoje aqui, se eu inventar fazer um depósito de banana, que aqui nessa cidade se você for comprar banana, você vai comprar cinco reais um quilo de banana[...] aqui bem aqui eu tinha um depósito de banana bem aqui, eu comprava mil cachos de banana por mil cruzeiro, a um cruzeiro o cacho e vendia por dois, três mil cruzeiros, vendendo de dúzia, hoje se eu fosse vender uma dúzia de banana comprida, como eu comprava banana comprida, hoje é quase vinte conto, porque é doze conto uma dúzia que eles cobram, dependendo da banana é um real uma banana, aonde eu vendia por dois reais uma dúzia de banana. Mas quando eu fiz aquilo [o depósito] quantas pessoas num quis ir na minha frente botando um depósito de banana, aí eu comecei a vender seis bananas por cinquenta centavos, cinco bananas por cinquenta centavos e eles vendiam dez, doze por cinquenta centavos, aí um ia inutilizando a venda um do outro, aí acabou. Hoje ninguém tem bananal, onde vem banana de Gurupi -TO. [...] Naquele tempo aonde é, eu vendia sim arroz [...] mas naquele tempo tinha as pessoas consignadas de comprar o saco de arroz, dois sacos, dez sacos de arroz, tinha a pessoa consignada de comprar, e é assim, vendia para certas pessoas, dono de usina é quem comprava arroz de cinquenta sacos, de trinta sacos, de quarenta sacos conforme fosse, porque o lavrador mesmo não comprava não, [...] porque eu tinha, ele também tinha, então juntava, eu juntava dez sacos, ele juntava dez saco dali, outro juntava cinquenta dali, vinte dali, fazia uma parte de cem, duzentos sacos de arroz e vendia. (SOUSA, 03 jul. 2016).

Com quase oitenta anos, o Sr. Antônio não se “conformou”. Foi obrigado a se adaptar à uma nova lógica, à práticas culturais que em nada se assemelhavam ao modo de vida no qual

construíra sua identidade e a de seu núcleo familiar. Sem alternativas, precisou desenvolver mecanismos de defesa para se inserir no novo contexto, no qual não cabiam mais a solidariedade e as práticas de ajuda mútua. Como nos disse, ao final da narrativa acima: “[...] aí um ia inutilizando a venda um do outro, aí acabou”. (SOUSA, 03 jul. 2016).

Os aspectos da experiência de vida enfrentada pelo Sr. Antônio na cidade praticamente se repete nas trajetórias dos demais entrevistados. Também para eles foi necessário se ajustar às novas relações sociais e de trabalho, num processo constante de negociação. Agora, sem a confiança no grupo e as práticas solidárias, a instabilidade se instaurou.

D.<sup>a</sup> *Elsa Pereira Martins* tinha 12 anos quando a Guerrilha do Araguaia chegara ao fim. Em meio ao confronto, já havia presenciado o fim da família de cinco pessoas, constituída por ela, o pai, a mãe e mais dois irmãos. O pai, fora levado pelos militares e até a data da entrevista continuava desaparecido. A mãe, inconformada com a ausência, adoecera. Incapaz de cuidar sozinha da família, muda-se com os filhos para a casa da avó materna das crianças. Pouco depois, falece. A própria avó, agora com a responsabilidade sobre os netos, também não consegue lhes prover o sustento e, assim, a pequena família destrozada segue para a cidade.

Foi assim, porque a gente ficou com dificuldade, assim de comer a gente arrumava lá, mas precisava de se vestir, calçar né, não tinha condição de se vestir e se calçar, naquele tempo aceitavam as vezes uma pessoa para ficar na casa de uma pessoa para ajudar, para dar comida e isso e aquilo. (MARTINS, 03 ago. 2016).

Restou à menina a exploração pelo trabalho doméstico. Ela se tornou parte de um exército de crianças vindas “da fazenda”, “boas para trabalhar” em casa de família em troca de comida e pouso.

Recorrente na história do Brasil, a prática é comum ainda hoje no interior do país. Muitas famílias de classe média, “abrigam” meninas numa faixa etária entre 08 e 16 anos, com a promessa de estudo, moradia, alimentação e roupa em troca de serviço doméstico. Os pais, – ou avós, como no caso de *Elsa* – entregam as crianças, na expectativa de uma vida melhor. Porém, como se sabe, a realidade é bem diferente. As meninas são submetidas a um trabalho extenuante, sem direito a descanso, salário fixo ou carteira assinada. Trata-se, é claro, de uma das formas modernas de trabalho escravo, justificado pela alegação de que as meninas trabalhadoras são “como se fossem da família”!

Os relatos nos mostram que os trabalhadores rurais do Araguaia foram forçados, pelas prerrogativas da sobrevivência, a construir novos aprendizados e se adaptarem a padrões

sociais ao qual não estavam acostumados. Além das memórias do conflito, o que os uniria, depois da Guerrilha seria, justamente, o enfrentamento das adversidades.

Para o *Sr. Camilo Benito de Moraes*, o recomeço teve dois momentos distintos. O primeiro, quando ele e a família foram expulsos da terra e o segundo quando retornaram à ela:

Aí eles [os militares] deram o prazo de nós sair de lá da terra, desocupar a terra, nós tinha roça de arroz, tinha colhido um alqueire de arroz e tava esse arroz todo agasalhado dentro de casa, batidinho dentro de casa e aí deram um prazo de nós sair com três dias para desocupar a moradia que o negócio ia arruinar [...]–*Vocês foram para onde?*[...] Para o Tocantins, para o Ananás, nós tínhamos uns parentes pra lá e aí atravessamos aquele gado todinho de canoa, cinquenta cabeça de gado, puxando de um por um ali na canoinha remando [...] ficou o arroz, ficou a galinha, ficou o porco, ficou ovelha [...] pegamos aquele gado demos na meia pro velho, mas a quinta do velho tinha muita erva que matava o gado, sabe, aí nós coloquemos o gado lá, aí o gado ó, tu acredita como não ficou nem um bezerro para comprar não, tira esse bezerro aqui pra comprar um saco de arroz ou farinha para comer [...] como é que faz pai, agora, o legume ficou pra lá, nós não podia ir buscar, ficou arroz, ficou farinha, ficou meio alqueire de mandioca boa de farinha, ficou paiol de arroz, ficou galinha, ficou tudo lá e não pudemos pegar nada pra comer, pois é, não deram pra nós de jeito nenhum, oh sofrimento que nós passamos foi esse ó. (MORAIS, 03 ago. 2016).

Proibidos de voltar, enfrentaram a privação, a penúria e a fome:

[...] Aí fiquemos jogado lá, trabalhando para um e outro e passando fome, aí a condição ficou tão ruim pra nós que nós ia pescar no rio, no rio Corda, pegava o peixe no dia que não tinha farinha nós ia arrancar inhame [...] nós arrancava aqueles inhames, cozinhava, aí comia com peixe, com carne de caça pra escapar enquanto chegou o legume [...]Ele (o pai) ficou muito abatido, chorava quando via os filhos pedindo o que comer, chorava de dó né, porque nós tínhamos fartura no Pará e aí chegava o filho chorando de fome e não dá jeito né, o pai a mãe tristes também, pois é. [...] a valença que nós era trabalhador, plantamos logo uma roça de arroz, de milho, foi que chegou e acudiu a precisão nossa logo, não demorou muito não. (MORAIS, 03 ago. 2016).

Três anos depois, quando a Guerrilha do Araguaia terminou e o *Sr. Camilo* e sua família, retornaram, o que encontraram foi uma terra arrasada:

[...] aí voltemos para terra, chegamos lá não achemos arroz, não achemos porco, não achemos galinha, não achemos ovelha, não achemos nada, nada, nada, só a terra mesmo, e aí a mandioca eles [os militares] arrancaram todinha e jogaram em cima da terra e toraram miudinha assim, para secar em cima da terra, aí nós fiquemos lá, fomos plantar roça de novo, mas nunca pegamos a condição que nós já tinha, porque tinha o gado né e aí foi o tempo que nós

fiquemos lá direto, depois que o velho [pai] tava pra morrer, ele pegou a terra e vendeu. (MORAIS, 03 ago. 2016).

A venda da terra, foi orquestrada em meio às práticas de grilagem e corrupção, que se agravaram na região da Araguaia após a Guerrilha. Para uma terra tratada como mercadoria, desimportante de prover a manutenção da vida, aplicou-se a lei “do vale tudo”:

[...] ele pegou a terra e vendeu, porque não era pra ele ter vendido a terra, o velho vendeu sem nossa ordem [...] se eu que sou o filho mais velho, se eu fosse botar juízo, porque ele [o comprador] pegou meu pai e a velha [mãe] e trouxe pra São Geraldo [PA], aí compraram escondido de nós, nós não queria vender lá, pois é, quando nós soubemos já tinha feito o negócio, meu irmão ainda desmanchou uma, duas vezes, aí depois nós não ligamos, mas se nós fosse correr atrás, nós ganhávamos. (MORAIS, 03 ago. 2016).

Embora tenham retornado ao lugar no qual construíram sua pertença cultural, não foi possível retomar as mesmas práticas de confiança e solidariedade. As relações sociais haviam se modificado tanto que o próprio sentido dado à terra também se alterara.

A percepção dolorosa de que o fim da Guerrilha não oportunizava o retorno ao mundo anterior, também encontrou o Sr. *Darci Alves Taveira*. Perguntado se havia voltado para a terra depois que o confronto terminara ele nos disse: “[...] depois, depois eu não fui mais lá, os fazendeiro tomaram de conta, perdi a terra”. (TAVEIRA, 02 jul. 2016).

O Sr. Darci também se mudou para a cidade. Mas, desmantelado pela perda do irmão torturado, pela morte da mãe e com a saúde debilitada pelas torturas que ele mesmo sofrera, interpreta seu recomeço como uma jornada de peregrinação de “um canto a outro”:

Quando eu vim para cá, pro Xambioá, eu não trabalhei mais de jeito nenhum, eu adoeci ainda hoje vivo doente, desmantelado velho de taca, de pau, era pau mesmo que surrava a gente, meu irmão mais veio que eu, eu ainda tô contando a história, meu irmão faleceu só de taca, eles fizeram eu comer uma dúzia de limão verde com sumo com tudo sem descascar, tudo eles fizeram. Depois disso que eu sai, que eu larguei a terra mesmo, fiquei só de fazenda em fazenda beirando o rio, eu tava na terra bem aí na Sucupira mais um velho grosso que tinha aí, ele vendeu a terra e logo eu vim para dentro de Xambioá, eu ia ficar aonde? Não tinha terra mais, só era a terra dele, vendeu, ele tinha uma casa dizendo que ia me dar a casa também, quando vendesse a terra ia me dar uma casa, quando chegou aqui a casa tá quieta, eu vivo de aluguel direto. (TAVEIRA, 02 jul. 2016).

Os elementos que marcaram o recomeço, se repetem na trajetória de todos os trabalhadores rurais entrevistados: a dificuldade de adaptação às novas relações estabelecidas na cidade, o uso comercial da terra, substituição das relações de solidariedade e ajuda mútua por relações utilitárias. Todo um universo de práticas culturais e de trabalho coletivo – como

mutirões, festividades devocionais, encontros para caçar, pescar, etc. – são substituídos por relações com base no lucro e na expropriação do trabalho. É recorrente nas narrativas a “promessa” de um pagamento por serviços que nunca se concretiza, como a “casa” que foi prometida ao *Sr. Darci*, após a venda da fazenda na qual trabalhou.

Recolhido à cidade, mesmo sem o aprumo físico necessário buscou trabalho “aqui e ali”. Perguntado sobre um “e se” da história, ou seja, como acredita que seria a vida sem o episódio da Guerrilha, nos disse:

A minha vida estaria diferente demais, porque eu gostava era de trabalhar e aqui em Xambioá sem trabalhar, doente, velho, imaginando o tanto que eu era trabalhador e tinha minhas coisinhas, aí viver de aluguel [pausa longa na conversa] [...] com fé que era diferente mesmo, estava trabalhando para possuir as coisas [...] eu trabalhava porque gostava, porque gostava mesmo, não me dava nem fome, passava hora de almoço, eu gostava de trabalhar, não estou trabalhando porque estou doente. Eu gostava de trabalhar, ainda mais para mim que eu puxava mesmo. Lá na terra eu não ia comprar porque tinha, aqui na cidade, como eu estou agora, se quer comer tudo é comprado, da água pra cima, tudo é comprado e lá na minha terra não era, eu tinha, eu plantava. (TAVEIRA, 02 jul. 2016).

O *Sr. Raimundo Nonato Alves de Oliveira* buscou refazer sua vida na cidade. Também precisou se reelaborar para enfrentar a nova vida e os novos valores. Porém, a sua percepção *da terra* permanece a mesma:

[...] foi a época dos militares ainda, eu perdi ela [a terra] sem direito de ficar lá tive que sair era o jeito, aí vim embora pra cá e aqui o que é que tem? tem nada, se eu tivesse com minha terra hoje e eu quisesse vender ela, eu tava com muito dinheiro, hoje um alqueire da terra aqui vale 50,60,70 até 80 mil reais dependendo da terra né, se está toda pastada, toda limpa é um bom dinheiro viu, se eu tivesse com minha terra tão boa, eu tava dentro de uma casinha como eu tô aqui, eu agradeço a Deus por ainda ter essa casinha. Hoje mesmo, lá onde eu tava mais o Valdir, ele é cortador de cabelo, eu tava lá conversando mais ele, o Valdir falando sobre terra né disse: - *rapaz se eu tivesse dois alqueires de terra eu tava era rico.*[...] Eu digo: - *não Valdir, acontece o seguinte, dois alqueires de terra você cria uma família, que a terra não acaba não, acaba nós, nós acaba porque nós vamos morrer, mas a terra fica, que a terra não dá conta não, você pode trabalhar a vida toda que você não dá conta de acabar ela.*

Como se observa no diálogo acima, trazido do passado pela memória, os sujeitos possuem percepções diferentes sobre o mesmo bem: a terra. Se para o Valdir, o barbeiro da cidade, o chão é mercadoria, meio para enriquecimento, para o *Sr. Raimundo*, lavrador que tudo perdeu por conta da Guerrilha do Araguaia, a terra é meio de sobrevivência.

Como todos, o *Sr. Manoel Alves de Sousa*, também foi resistindo. Na busca da sobrevivência, enfrentou, junto com a família, a reorganização de sua identidade cultural, enfrentando o mundo e os infortúnios da cidade.

Sáimos, viemos para dentro da cidade, para o São Geraldo [...] deixemos nossos bens lá para trás[...] viemos para dentro da rua sem poder trazer nada[...] Aí ficamos na rua passando por milagre de Deus, sem ter condições, ficando em casa alugada e aí quando foi pra ter uma melhorazinha quando terminou a Guerrilha, foi que veio um inverno muito grande que foi de 1979 para 1980, a água derrubou nossa casa, aí nossa condição ficou pior ainda, aí acabou. Nós viemos para a paróquia, aí o padre falou para meu pai:– *Celso eu vou arrumar a paróquia para vocês ficarem* [...] aí ficamos lá [...] Quando a água começou a baixar, aquelas casas que não foi devorada os moradores começaram a voltar, mas a nossa que caiu, nós não tinha como voltar. [...] Na rua nós não sabia como trabalhar, o que é que ia fazer, porque nós era acostumado com a roça, na rua não tinha como nós trabalhar, aí nós ficamos sofrendo. Você sabe o que é sofrendo, nós sofrendo mesmo. Aí fomos trabalhar uma diarinha para um, para outro, aí fomos escapando, até hoje, eu estou trabalhando aqui de bico, trabalhando de servente. (SOUSA, 03 ago. 2016).

Dois elementos se cruzam na interface das memórias: de um lado, a impossibilidade de retorno ao campo e à uma vida que embora simples, era farta e solidária e, de outro, os azares e as mazelas da cidade. Neste outro mundo, a solidariedade vem de poucos espaços. No caso do *Sr. Manoel Alves*, veio dos braços da Igreja. No caso de *D.ª Maria Emilia Ferreira da Silva*, veio de outros pobres, desvalidos como ela mesma, buscando na sabedoria popular a medicina que não tinha [mais] acesso. Afinal, os poucos médicos que serviram à população em nome da causa revolucionária, haviam sido mortos. E a ajuda humanitária do Exército, com seus remédios e operações de assistência social, há muito haviam partido, deixando um rastro de destruição para trás:

Quando terminou a Guerrilha que liberaram meu marido [...] fomos trabalhar para os outros de novo, até que viemos para São Geraldo, aí chegou aqui fomos trabalhar na Olaria, cavando barro, fazendo telha, tijolo [...] nós dois. Ficamos morando num barraquinho de plástico lá na olaria, lá mesmo fazia a comidinha, o sol quente esquentava tudo, aí um dia deu uma chuva e o vento veio e pegou o plástico e sumiu. Trabalhava para outra pessoa, para o dono da terra, aí ele [o marido]) já doente não podia trabalhar, trabalhava uns dias sim, outros não. Doente da cabeça, dava dor de cabeça que inchava e saia aquela coiserada; e ele ficava surdo, o povo me ensinava remédio, eu colocava, aí destampava. Era só começar a trabalhar começava tudo de novo, ele dizia que tinha apanhado muito, tinham batido muito nele. Foi passando, foi passando, até o dia em que ele morreu, é na beira do Araguaia, foi ali que ele morreu e é ali que ele está sepultado. (SILVA, 05 ago. 2016).

Também como muitos, *D.<sup>a</sup> Maria Emília* pouco entende do “acontecido”. As razões da Guerrilha, as mortes, as torturas, a terra arrasada, as vidas para sempre marcadas. Quando relata, deita sobre nós o semblante pálido, inquietador, como a buscar de nós uma resposta para o seu próprio sofrimento. No silêncio das pausas intermitentes, compartilha conosco a pesada carga do sofrimento passado com o esposo. Para ela, se houvesse um “e se” na história, os resultados seriam tão diferentes quanto foram nas digressões do *Sr. Darci Taveira*. Sem a Guerrilha, *D.<sup>a</sup> Maria Emília* acredita que hoje não estaria vivendo “de favor” na casa da única filha, dividindo as complicações do dia a dia com o genro e duas netas.

A mesma esperança de um “futuro pretérito”, também aquece o Sr. Domingos Barros dos Santos:

Se não tivesse acontecido, eu acho que nós estava bem melhor, porque a gente estava bem encaminhado nas coisas né, mas naquela época bagunçou tudo, aí a gente fica tudo nervoso, não fica? porque daquela dali [...] e aí a gente fica sufocado, dormi pouco, até pra dormi fica ruim. Fica pensando, porque eu não fiz mal para ninguém [...] Poderia ter tido um rumo bem melhor, podia estar assim andando bem, a gente fica assim imaginando. (SANTOS, 05 ago. 2016).

Diferente os demais sujeitos, – que se voltam para passado como uma época perfeita e, como contraponto de um presente adverso, bem poderia continuar existindo–, o *Sr. Sebastião Fernandes de Sousa* recoloca o passado *antes* da Guerrilha do Araguaia, no contexto de outras lutas. Ao contrário dos demais que creditam exclusivamente à Guerrilha as contendas e disputas na região, ele consegue trazer à memória um cenário bem diferente do paraíso:

Aí eu quase não sei dizer pelo seguinte, naquela época antes da Guerrilha, nós vivia tinha uma tal liberdade, nós morava na mata e tinha aquele direito de botar nossa rocinha, plantar nossa mandioca, nosso arroz, toda coisinha alimentar, né. Nós tinha aquele direito, mas também, nós não tinha direito de mandar numa tora, não tinha direito não, era debaixo de sujeição de castanhal, dos grileiros, então [...] Eu mesmo cansei de cortar um leite de castanha, lá nas abóboras, aí quem me tomou o leite de castanha que eu tinha cortado foi até o finado Zé Brejim, ele era fiscal lá [...] Então era assim, a gente só cortava castanha mandado por eles para eles cobrarem a quantidade de castanha que cortava, porque ter o direito a castanha, nós não tinha não. (SOUSA, 05 ago. 2016).

A narrativa do *Sr. Sebastião* deixa claro que existiam conflitos na região, além do confronto da Guerrilha do Araguaia. De certa forma, ele traz à tona uma memória que tanto contradiz as interpretações assentes do confronto, quanto oferece uma marcação histórica para a luta pela terra, que ainda se dá no presente. Ou seja: as memórias e a narrativa do *Sr. Sebastião* nos dizem que o confronto pela terra é, também, constituidor das relações que se travavam na

região do Araguaia e que, impostas *de cima para baixo* contribuiriam até mesmo para as práticas de solidariedade *entre os trabalhadores rurais*. Para sobreviver num espaço ameaçado pelo grileiro, o latifundiário e o fiscal predador, cabia aos pequenos se unirem e se ajudarem.

Reafirmando aquele fogo cruzado, as memórias do Sr. José Costa de Souza, de 74 anos, também registram a recorrência dos conflitos pela terra<sup>16</sup>, antes da Guerrilha. Desta forma, nos parece que a memória sobre o advento da Guerrilha do Araguaia recobre outras lutas sociais na região, instituindo uma espécie de “hegemonia mnemônica” sobre o processo.

Assim, mesmo que os enredos das histórias rememoradas apresentem consonâncias com relação a uma memória pretendida hegemônica, nas entrelinhas da narrativas surgem as dissonâncias. São pois, a partir destes relatos que os sujeitos se constituem. A partir da narração dos trabalhadores rurais, é que podemos apreender a história como um processo vivido.

Não obstante, a possibilidade narrativa do processo histórico vivido, sempre se dará pela rememoração. E, também aqui o que se registra do passado é, igualmente, uma representação.

Ocorre, porém, que nem todos os sujeitos estão dispostos a trazer o passado à tona. Muitas vezes, entre lembrar e esquecer, opta-se pelo esquecimento. Sobretudo em eventos traumáticos como a experiência dos trabalhadores rurais na Guerrilha do Araguaia, o silêncio é também uma forma de se lidar com as dores. O Sr. Antônio Alves de Sousa nos contou sobre a recusa de um amigo, inclusive diante da possibilidade de o seu depoimento instruir um processo indenizatório:

Eu conheço muita gente, eu conheço muitas pessoas que, eu trabalho aí na comissão de Anistia, mas tem gente que não quer nem saber dessa história, eu conheço gente que sabe, porque tava diretamente junto comigo e eu fui falar desse assunto pra ele, pra entrar com o processo de indenização. Aí ele me perguntou: – *Tu é meu amigo?* [...] Eu respondi: – *Sou rapaz, se eu não fosse, eu não estaria aqui te procurando.* [...] Ele falou: – *Se tu é meu amigo, tu nunca me fala dessa história.* (SOUSA, 03 jul. 2016).

Diante da recusa à memória, também cabe ao historiador respeitar o silêncio e o direito ao esquecer. Afinal, o silêncio também é revelador do processo histórico, igualmente funcionando como rastro, fios, sinais. *Esquecer* dos eventos que tiveram lugar durante a Guerrilha do Araguaia, sem dúvida significa, para o sujeito, evitar o registro do próprio sofrimento. Para o historiador atento, o silêncio de uma memória “enferma” também possui o

---

<sup>16</sup> A memória do Sr. José Costa de Sousa, de 74 anos, registra que ele se esforçou para levar o “trabalho sindical” à região, na qual eram abundantes os conflitos pela terra. Segundo seu relato, devido ao trabalho no “sindicato rural”, ele teria se deslocado por várias cidades, cobrindo um território que abrangia o sul do Pará e o norte do Tocantins. Contudo, como o registro mnemônica é fluido, optamos apenas por indicá-lo, em pé de página, deixando a outros pesquisadores o trato da questão.

estatuto de uma ação e, por meio dela, é possível reconstituir os fragmentos do processo histórico.

Da mesma forma, existem os sujeitos que optam pelo direito à memória. Para estes, lembrar está para muito além de reconciliar-se com um passado que é, aliás, irreconciliável. Trata-se de lutar pelo direito à cidadania, pelo direito de ter as próprias memórias registradas pela história e, desta forma, garantir a permanência da sua representação sobre o passado, *no futuro*. Para o Sr. José Costa de Sousa, este movimento é, também, uma ação de patriotismo. Ao ser perguntado se nos autorizava a utilizar sua entrevista em nosso trabalho de pesquisa, respondeu-nos:

Autorizo sim, isso é ótimo para a história de nosso país, eu acho muito importante o trabalho que você está fazendo, para nós ele é valioso, para nosso país, para nossa história, para nosso conhecimento, para o conhecimento das pessoas que vão evoluir de agora para a frente, a juventude tomar conhecimento, porque eu até aquela época não sabia nem sequer o que era uma constituição, eu não sabia qual era os meus direitos, eu não sabia nada, se eu aprendi alguma coisa foi através dessa luta. (SOUSA, 02 ago. 2016).

Nossa pesquisa procurou rastrear homens e mulheres, em suas relações sociais, sabendo que estas se constituem de especificidades e compreendem múltiplas situações e desdobramentos. Observamos que os laços de convivência, a reciprocidade, as práticas rotineiras instituídas, foram transformados por um advento que chocou-se frontalmente com esse modo de viver. Os eventos que tiveram lugar no contexto da Guerrilha alteraram de forma drástica a vida e o *curso das histórias de vida* vivenciadas às margens do Araguaia. Como nos disse o Sr. Domingos Barros dos Santos,

A gente fica com uma coisa ruim por dentro, a gente viu muita coisa que a gente nunca tinha visto, nunca pensava em ver aquilo, uma coisa daquela, a gente ver, cê tá doido, aquilo é ser humano, gente como a gente, tá doido, via mas não podia falar nada não, se falasse até matava, tinha que dizer não vi e acabou, não foi fácil não. (SANTOS, 05 ago. 2016).

Lembrar, narrar, registrar, é também uma forma de reparação histórica. Portanto, procuramos direcionar nessa pesquisa para os trabalhadores rurais da região do Araguaia, na tentativa de trazer outras expectativas de leituras para a própria interpretação do processo histórico. No capítulo que ora se finda, as memórias nos indicaram que muito depois do término do conflito, as vidas quebradas de forma tão bruta, ainda procuram seus “pedaços”. Não é possível, é claro, voltar o tempo e devolver aos narradores um outro passado. Mas, sem sombra de dúvidas, cabe ao trabalho histórico oferecer a possibilidade de um futuro redimido. Neste, a memória dos trabalhadores rurais do Araguaia, ocupa um lugar de destaque.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção dessa pesquisa levou-nos a muitos desafios. Alguns, bastante difíceis, porém extremamente prazerosos. Cada passo desnudou percepções que, se por um lado, exigiram mais empenho intelectual, – pois, muitas vezes pareceu que ficávamos "estacionados" na investigação e em decorrência disso, o pânico se instalava –; por outro, procurar reconstruir os modos de viver e trabalhar dos sujeitos que retiravam seu sustento do campo, na região do Araguaia, a partir da décadas de 1960, foi de um relevante aprendizado.

Por entendermos que o conhecimento só pode ser apreendido a partir da mediação da experiência e da nossa visão de mundo, igualmente acreditamos que existe uma ligação entre o sujeito social que investiga e o processo que escolhe investigar. Foi por este viés que entendemos os sujeitos sociais de nossa investigação: como agentes de sua própria história.

Adentrar os espaços incertos da pesquisa, significou enfrentar uma série de questões. Em princípio, nosso próprio amadurecimento intelectual. Via de mão dupla, ela nos exigiu, *sempre*, o alargamento de nossas concepções teóricas, flexibilizando nossas indagações. Não raro, foi necessário, primeiro, um entendimento *interno, pessoal*, para percebermos as sutilezas das narrações dos sujeitos que, num período extremamente trágico, eram obrigados à escolhas dentro do seu horizonte de possibilidades.

A incerteza foi nossa amiga fiel no processo. Ao concluirmos este trabalho, é importante lembrarmos que tratou-se de uma primeira experiência de pesquisa. Assim, para além das inseguranças que inevitavelmente acompanham o “aprendiz”, também enfrentamos as transformações na própria linha de pesquisa da qual fazíamos parte. A mudanças de nossa orientação, dentro da linha “Trabalho e Movimentos Sociais”, alimentaram ainda mais nossa velha companheira, a *incerteza*.

Todos os burburinhos nos corredores do Programa de Pós Graduação em História, as várias possibilidades que se colocavam, as inquietações quanto aos novos rumos da pesquisa, as especulações de nova orientação, enfim, toda uma realidade sobre a qual não possuíamos controle, contribuiu largamente para nossa sensação de “congelamento”. Mas, *também*, para nossa própria percepção *humana*. Como humanos, falíveis, nos vimos diante de outra companheira fiel: a solidão. E nestes momento, por certo, aprendemos.

Passada a turbulência, acertado novo orientador, passada a qualificação e o temor de sermos “deletada” do sistema – pois foi preciso solicitar a dilação de prazo –, nos reencontramos

com nossa pesquisa, nossos sujeitos, suas histórias, seus dramas, enfrentamentos e superações. Também ali, e *sobretudo ali*, igualmente, *aprendemos*. Como historiador e como sujeito.

Nosso grande aprendizado com a pesquisa que ora se encerra, foi a percepção das relações humanas vivenciadas em meio ao conflito. No fogo cruzado de um confronto armado feroz e brutal, foi extremamente compensador perceber, através dos próprios narradores, um modo de vida radicalmente diferente. Sem dúvida, perceber os costumes, os modos de viver e trabalhar, todo um universo diferente de práticas culturais, exigiu perseguir trilhas, pegadas e vestígios num sem fim de caminhos que se nos apresentavam. Para indicá-los, buscamos compor um painel no qual destacamos as evidências coletadas.

Ao longo da investigação, percebemos que no trato histórico da “Guerrilha do Araguaia”, os trabalhadores rurais da região estavam subsumidos às representações e memórias que nem sempre lhes dava voz. Nossa pesquisa procurou, em contrapartida, problematizar a vida daqueles trabalhadores e compreender suas experiências através da sua *própria narrativa*.

Logo, trabalhar com entrevistas foi desafiador. Encontrar as fontes, convencê-las ao exercício da memória, separar o dito e o não dito, ler nas entrelinhas e nos silêncios, foi *extremamente difícil*. Por vezes, o entendimento do fio condutor de algumas narrativas exigiu um esforço intelectual, nos levando a debruçar sobre o relato muitas e muitas vezes. No entanto, de braço dado com a dificuldade, também conhecemos o encantamento.

A partir das narrações, os caminhos da pesquisa foram se “descortinando”. Emergiram sutilezas e elementos diferenciadores, inclusive, das narrativas já escritas sobre o processo das Guerrilha do Araguaia. De fato, estávamos diante de uma historiografia que por vezes “ignorou” os trabalhadores rurais e/ou os moradores que já habitavam a região do Araguaia, como *sujeitos* do processo. Por isso, face a um caminho em construção, a pesquisa exigiu cuidado e delicadeza para não referendarmos as representações já instituídas que retratam os trabalhadores sob o ponto de vista da memória dos contentores da Guerrilha: a memória do PCdoB ou a memória do Exército. Em consequência disso, enfrentamos outro desafio: atentar-nos para não sugerir as lembranças dos trabalhadores ou inferir de suas narrativas interpretações desconexas de suas experiências.

Destarte, entre o narrado e o escrito a linha é tênue. Assim, reconstituir os modos de viver dos trabalhadores rurais do Araguaia, exigiu pinçar das narrativas as especificidades das *experiências dos sujeitos*, observando-os como agentes de uma prática sociocultural, dentro de um processo. Em vista disso, coube respeitar suas memórias e experiências, nem sempre alinhadas com as expectativas da própria pesquisa, mas esclarecedoras da construção de sentido e de lugar erigidas pelos próprios trabalhadores em sua vivência cotidiana.

Por vezes, foi preciso degustar em “conta gotas” cada história de vida registrada pelas memórias, em busca das evidências que nos permitissem compreender suas experiências, decalcando-a das leituras já consagradas sobre a Guerrilha. Mas, no processo, procuramos abrir espaços para que os trabalhadores rurais do Araguaia pudessem narrar suas histórias a partir de sua própria visão de mundo.

Os relatos colhidos demonstraram que o fio capaz de interligar todas as histórias de vida foi *a experiência com a terra*. Esta se revelou o ponto de partida para todas as indagações que surgiram no processo mesmo da pesquisa.

Importa ressaltar que, ao iniciarmos nosso trabalho, a questão da terra não se colocava no horizonte da investigação. Contudo, como dito acima, ela se transformou no elemento norteador do processo investigativo, possibilitando recompor algumas das práticas dos moradores da região do Araguaia, lançando luzes sobre seu modo de viver e sobre as experiências dolorosas que vivenciaram ao longo da Guerrilha do Araguaia. Da mesma forma, também permitiu compreender os significados conferidos ao confronto para o qual foram enredados bem como aqueles travados antes dele.

Por outro lado, a pesquisa também revelou os desdobramentos das histórias de vida após o encerramento da Guerrilha. Também aqui a experiência com a terra e os significados culturais advindos da relação dos trabalhadores rurais, foi fundamental para compreendermos as tentativas de retorno, as resistências ao novo contexto, as reelaborações, enfrentamentos e adaptações.

Do ponto de vista pessoal, da nossa relação com o tema e do quanto sua reflexão nos transformou, registramos que a apreensão das memórias e experiências dos trabalhadores rurais, nos permitiu pensar nossa própria narrativa acadêmica. Também aqui as versões estão em constante disputa, num processo sem “começo e sem fim”, no qual constantemente são feitas e refeitas interpretações sobre o passado. Este movimento, inerente à reflexão histórica, nos mostrou que a pesquisa, por si, jamais esgota qualquer tema e nem mesmo consegue abarcar todas as questões ensejadas pelo problema.

No caso do presente trabalho uma série de questões, surgidas ao longo do percurso, não puderam ser trabalhadas. Dentre estas, destacamos a recorrência da luta pela terra, indicativa de conflitos sociais bem antes do advento da Guerrilha e, por seu turno, agravados por esta. Infelizmente, o tempo e as prerrogativas postas pela presente dissertação nos impediram de aprofundar a reflexão sobre este problema. No entanto, ele permanece como possibilidade futura.

Por ora, entendemos que, se a pesquisa que agora se finda tornou possível clarear as experiências e modos de viver dos trabalhadores rurais da região do Araguaia, então, cumprimos nosso intuito.

## REFERÊNCIAS

### A. FONTES DOCUMENTAIS

#### 1. DOCUMENTAÇÃO ORAL E ÁUDIO VISUAL

ALVES, Onete. (n.: 23 jan. 1943). [Entrevista]. São Geraldo, 04 agosto 2016. Entrevista concedida a Rosângela de Sousa Moura Souto.

BARBOSA, Rita Cardoso. (n.: 28 dez. 1940). [Entrevista]. São Geraldo, 04 agosto 2016. Entrevista concedida a Rosângela de Sousa Moura Souto.

COSTA, Edson. (n.:28 ago.1930). [Entrevista]. Xambioá, 03 janeiro 2016. Entrevista concedida a Rosângela de Sousa Moura Souto.

MARTINS, Elsa Pereira. (n.: 14 set. 1959). [Entrevista]. Xambioá, 03 agosto 2016. Entrevista concedida a Rosângela de Sousa Moura Souto.

MORAES, Camilo Benito de. (n.:04 mar.1948). [Entrevista]. Xambioá, 03 agosto 2016. Entrevista concedida a Rosângela de Sousa Moura Souto.

NEVES, Maria das. [Entrevista]. In: FERNANDES, Vandrê. **Camponeses do Araguaia: a guerrilha vista por dentro** [documentário]. Rio de Janeiro: 2010. Documentário. Oka Comunicações/Fundação Maurício Grabois.

OLIVEIRA, Raimundo Nonato Alves de. (n.:22 mai. 1943). [Entrevista]. São Geraldo, 04 agosto 2016. Entrevista concedida a Rosângela de Sousa Moura Souto.

SANTOS, Domingos Barros dos. (n.:16 fev. 1946). [Entrevista]. São Geraldo, 05 agosto 2016. Entrevista concedida a Rosângela de Sousa Moura Souto.

SANTOS, Maria Martins Jorge dos. (n.: 02 jan.1952). [Entrevista]. São Geraldo, 05 agosto 2016. Entrevista concedida a Rosângela de Sousa Moura Souto.

SILVA, Maria Emília Ferreira da. (n.:21 jan.1948). [Entrevista]. São Geraldo, 05 agosto 2016. Entrevista concedida a Rosângela de Sousa Moura Souto.

SOUSA, Antônio Alves de. (? 1938). [Entrevista]. Xambioá, 03 julho 2016. Entrevista concedida a Rosângela de Sousa Moura Souto.

SOUSA, José Costa de. (n.: 07 mai.1942). [Entrevista]. Xambioá, 02 agosto 2016. Entrevista concedida a Rosângela de Sousa Moura Souto.

SOUSA, Manoel Alves de. (n.: 04 jul.1948). [Entrevista]. Xambioá, 03 agosto 2016. Entrevista concedida a Rosângela de Sousa Moura Souto.

SOUSA, Sebastião Fernandes de. (n.: 07 fev.1940). [Entrevista]. São Geraldo, 05 agosto 2016. Entrevista concedida a Rosângela de Sousa Moura Souto.

TAVEIRA, Darci Alves. (n.: 10 mai.1943). [Entrevista]. Xambioá, 02 julho 2016. Entrevista concedida a Rosângela de Sousa Moura Souto.

## 2. DOCUMENTAÇÃO ESCRITA

BRASIL. Câmara dos Deputados. Depoimento concedido pelo Coronel Pedro Corrêa Cabral à Comissão Externa - Desaparecidos Políticos em 20 de outubro de 1993. Audiência Pública nº 430/93. Brasília, 1993. p. 1-148.

BRASIL. Lei nº 10. 559 de 13 de novembro de 2002. Lex: Regulamenta o art. 8o do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Brasília, DF, 13 de novembro de 2002. Disponível em:

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Direito à Memória e à Verdade. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007.

BRASIL. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. Processos de Deferimento. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

BRASIL. Lei nº 12 528, de 18 de novembro de 2011. Lex: Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em:

BRASIL. Ministério Público Federal. Relatório parcial guerrilha do araguaia – investigações do ministério público federal, a ação do exército brasileiro e a existência de relatórios militares.

CEARÁ. Ministério da Justiça. Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia – Depoimentos dos Guerrilheiros Presos. Fortaleza: Departamento de Polícia Federal /Delegacia Regional, em 17/03/1972.

COMISSÃO da verdade. Relatório da comissão da verdade, v. 1, dez. 2014. p. 684.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. O que é grilagem? Portal do INCRA, 17 fev. 2009. Disponível em:

O COMITÊ Central do Partido Comunista do Brasil. Guerra Popular - Caminho da luta armada no Brasil. Rio de Janeiro, janeiro de 1969. In: Nova Cultura. Disponível em:

SÁ, Glênio. Araguaia, relato de um guerrilheiro: depoimento inédito sobre sua participação na Guerrilha do Araguaia. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990.

SÃO PAULO. Ministério Público Federal. Depoimentos dos moradores locais da Região do Araguaia. Inquéritos Cíveis Públicos. São Paulo: MPF/SP/Nº 01/2001-02/2001 e 03/2001.

SALGADO, Solange. Sentença: Guerrilha do Araguaia. Indicação de sepultura, atestados de óbito e exibição de documentos. Poder Judiciário. Justiça Federal de 1ª. Instância. Seção Judiciária do Distrito Federal. 30 jun. 2003. Disponível em:  
<<http://www.derechos.org/nizkor/brazil/doc/araguaia.html>> Acesso em: 25 nov. 2009

### 3. DOCUMENTOS DE IMAGEM

#### *Mapas*

O MAPA da Guerra. [Mapa] (Bases guerrilheiras e militares). [s.d.]. Suporte digital. **Guerrilha do Araguaia: ontem e hoje**, 2010.

Disponível em: <<http://guerrilhaaraguaia.blogspot.com.br/p/mapa-das-buscas.html>>  
Acesso: 09 dez. 2017

REGIÃO onde ocorreu a Guerrilha do Araguaia, entre Tocantins e Pará. 2014. [Mapa] Suporte digital. In: BORGES, Bruna. Major Curió ainda atemoriza testemunhas da Guerrilha do Araguaia, diz Comissão da Verdade. **Uol Notícias – Política**. Marabá, PA: 16 set.2014. Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/09/16/major-curio-ainda-atemoriza-testemunhas-da-guerrilha-do-araguaia-diz-cnv.htm>> Acesso em 09 dez. 2017.

O MAPA da Guerra. [Mapa] (Bases guerrilheiras e militares). [s.d.]. Suporte digital. **Guerrilha do Araguaia: ontem e hoje**, 2010.

## B. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Paulo Roberto de; MACIEL, Laura Antunes; KHOURY, Yara Aun (Org.). Outras histórias: memórias e linguagens. São Paulo: Olhos D'Água, 2006.

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984.

AMAZONAS, João et al. Guerrilha do Araguaia, 1972-1982. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 1982. 112 p.

AMAZONAS, João; ANTERO, Luiz Carlos; SILVA, Elmano. Uma epopeia pela liberdade: guerrilha do Araguaia, 30 anos. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

ARAÚJO, Fernando A. S. Análise sobre a Guerrilha do Araguaia. Geração Editorial, mai. 2006. p. 03.

ARROYO, Ângelo. Relatório sobre a luta no Araguaia (1974). In: COMISSÃO da verdade. Relatório Arroyo. Relatório escrito por Ângelo Arroyo após o conflito e apresentado para Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. São Paulo: 2009, 19 p. Disponível em: <<http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/upload/010-relatorio-arroyo.pdf>> Acesso em 10 out. 2017.

ARROYO, Ângelo. Grande acontecimento na vida do país e do PC do B. In: AMAZONAS, et al. Uma epopeia pela liberdade: guerrilha do Araguaia, 30 anos. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

BERNARDES, Carmo. [1979]. Xambioá: paz e guerra. Goiânia: Agepel/Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005.

BEZETTA, Luiza Maria Capanema; CLEPS Jr., João. O desenvolvimento agrícola da região centro-oeste e as transformações no espaço agrário do estado de Goiás. Caminhos de Geografia, Uberlândia, 2 (12) 29-49, Jun./2004. Disponível em:

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

BLOCH, Marc. A apologia da História: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BURKE, Peter. História e teoria social. São Paulo: UNESP, 2002.

CABRAL, Pedro Corrêa. Xambioá: guerrilha no Araguaia. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

CANO, Wilson. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, vol. 35, n. 3 (140), pp. 444-460, jul./set. 2015. Disponível em:

CALVO, Célia Rocha. Narrativas orais, fontes para a investigação histórica: culturas, memórias e territórios da cidade. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 42, jan./jun. 2010. p. 11-29.

Campos FILHO, Romualdo P. *A Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

Campos FILHO, Romualdo Pessoa. *Araguaia: depois da guerrilha outra guerra*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.

CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos meios de vida*. 10. ed. Coleção Espírito Crítico. São Paulo: Livraria Duas Cidades; São Paulo: 34, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAUÍ, Marilena Sousa. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CHAUÍ, Marilena Sousa. "Precisamos de várias frentes de luta para enfrentar o golpe". *Rede Brasil Atual*, mar. 2016. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/03/marilena-chauí-precisamos-de-varias-frentes-de-luta-para-enfrentar-o-golpe-7595.html>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

CRUZ, Heloisa de Faria. Direito à memória e patrimônio documental. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 54, jan./jun. 2016. p. 23-59.

FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). *Muitas memórias, outras Histórias*. São Paulo: Olho D'água, 2005.

FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 40, jan./jun. 2009. p. 5-23.

FENELON, Déa Ribeiro. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004. p. 116-138.

FENELON, Déa Ribeiro. Memórias profissionais. Educação em Revista. Belo Horizonte, n. 47, p. 127-134, jun. 2008.

FONTANA, Josep. História: análise do passado e projeto social. Bauru: Edusc, 1998.

FUCHS, Ângela Maria Silva; FRANÇA, Maíra Nana; PINHEIRO, Maria Salete de Freitas. Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos. Uberlândia: Edufu - Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2013.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987. 287 p.

HOBSBAWM, Eric. Mundos do trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBSBAWM, Eric. Sobre a história. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. Projeto História, São Paulo, n. 22, jun. 2001. p. 79-103.

KHOURY, Yara Aun. Apresentação. In. PORTELLI, Alessandro. Ensaios de História Oral. Tradução de Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010. p. 7-18.

Martins, J. de S. Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997. cap. IV, p. 146-203.

MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. Operação Araguaia: os arquivos secretos da Guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005. Disponível em: <[https://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2015/06/documentos-e-relatorios\\_araguaia\\_parte1.pdf](https://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2015/06/documentos-e-relatorios_araguaia_parte1.pdf)>. Acesso em: 02 fev. 2016.

MOURA, Clóvis. O diário da guerrilha do Araguaia. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.

NOSSA, Leonêncio. Mata! O major Curió e as guerrilhas no Araguaia. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA, Robson Quintino de; CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Desenvolvimento amazônico: uma discussão das políticas públicas do estado brasileiro. Revista eletrônica da faculdade de Alta Floresta, Alta Floresta – MT, v.2, n.1, 2013, n.p. (Arquivo em html). Disponível em: <<http://faflor.com.br/revistas/refaf/index.php/refaf/article/view/90/html>> Acesso em 12 dez. 2017.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: O direito ao passado. In: O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico, 1992. p. 25-28.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. Belém, v. 6, n. 3, p. 479-499, set.-dez. 2011

PERROT, Michelle. Introdução. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em:

POMAR, Vladimir. Araguaia: o partido e a guerrilha. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

PORTELLI, Alessandro; SANTHIAGO, Ricardo Ensaio de história oral. Seleção de textos. Alessandro Portelli e Ricardo Santhiago. Tradução de Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. Prefácio de São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PORTELLI, Alessandro. "O momento da minha vida": funções do tempo na História Oral. In: FENELON, Déa et al (Org.). Muitas memórias, outras histórias. São Paulo: Olho d'água, 2004. p. 300.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val diChianna (Toscana: 29 de Junho de 1944) mito, Política e senso Comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos & abusos da história oral. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente? Projeto História, São Paulo, n. 14, fev. 1997. p. 25-39.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética na história oral. Projeto História, São Paulo, n. 15, abr. 1997. p. 13-49.

RÉMOND, René. Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos & abusos da história oral, 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2013.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania/DPH. São Paulo: DPH, 1992.

SARLO, Beatriz. Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de Comunicação. Tradução de Rubia Prates Goldoni e Sérgio Molina. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). A escrita da História: Novas Perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. No fio da navalha: ditadura, oposição e resistência. In: Brasil: uma biografia. São Paulo: Cia das Letras, 2015, p. 437-466.

STUDART, Hugo. A lei da selva. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

THOMPSON, Edward Palmer. Costumes em comum. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

THOMSON, Alistair. Memórias de Anzac: colocando em prática a teoria da memória popular na Austrália. História Oral, v. 18, n. 2, Tradução de André C. Gattaz e Meire T. M. Soares, 2001. p. 85-101.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a Memória. Questões sobre a relação entre a História Oral e as Memórias. Projeto História, São Paulo, v. 15, abr. 1997, p. 51-84.

WILLIAMS, Raymond. Marxismo e literatura. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

